



**UNIVERSIDADE FEDERAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-**

**RURAL DO RIO DE JANEIRO
HUMANAS E SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

***O DEVIR-NEGRO NO MUNDO COMO PRODUTO DA MÁQUINA
SOCIAL CAPITALISTA:***

**Uma relação conceitual a partir da análise de obras de Achille Mbembe,
Gilles Deleuze e Félix Guattari**

CAMILA SOUZA DA SILVA

Sob orientação do Professor Dr.

Renato Nogueira dos Santos Júnior

E coorientação da Professora Dr^a.

Naiara Paula Eugênio

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia**, no Curso de Pós-Graduação em Filosofia, área de Concentração em Política e Ética.

Seropédica, RJ

Fevereiro de 2023.

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca
Central / Seção de Processamento Técnico**

**Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S586d Silva, Camila Souza da, 1996-
O DEVIR-NEGRO NO MUNDO COMO PRODUTO DA MÁQUINA

SOCIAL CAPITALISTA: Uma relação conceitual a partir da análise de obras de Achille Mbembe, Gilles Deleuze e Félix Guattari / Camila Souza da Silva. - Rio de Janeiro, 2023.
110 f.

Orientador: Renato Nogueira dos Santos Júnior.
Coorientadora: Naira Paula Eugênio .

Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Filosofia, 2023.

1. Devir-negro do mundo. 2. Máquina social capitalista. 3. Capitalismo. 4. Sistema de produção. 5. Produtos subjetivos. I. Santos Júnior, Renato Nogueira dos , 1972-, orient. II. Eugênio , Naira Paula , -, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Filosofia. IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

CAMILA SOUZA DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia,
no Curso de Pós-Graduação em Filosofia, área de Concentração em Política e Ética.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/02/2023

Dr. Renato Nogueira dos Santos Júnior – UFRRJ
(Orientador)

Dr^a. Michelle Bobsin Duarte – UFRRJ

Dr^a. Naira Paula Eugênio – UFRRJ
(Coorientadora)

Dr. Wanderson Flor Nascimento – UnB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO,
ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 2023

**TERMO N° 723/2023 - PPGFIL
(12.28.01.00.00.92)**

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/06/2023 08:55)

**RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS
JUNIOR**

*PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matricula: ###065#9*

(Assinado digitalmente em 26/06/2023 21:47)

**NAIARA PAULA
EUGENIO**

*ASSINANTE
EXTERNO CPF:
###.###.647-##*

(Assinado digitalmente em 24/06/2023 12:09)

**WANDERSON FLOR DO
NASCIMENTO**

*ASSINANTE
EXTERNO CPF:
###.###.131-##*

(Assinado digitalmente em 23/06/2023 15:58)

**MICHELLE BOBSIN
DUARTE**

*ASSINANTE
EXTERNO CPF:
###.###.820-##*

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **723**, ano: **2023**, tipo:

TERMO, data de emissão: **23/06/2023** e o código de verificação: **ae0d5421cd**

Dedicatória

Para todxs periféricxs:
Faveladxs, acadêmicxs e além de teorias

A falta do equipamento
É reflexo do projeto
Da maldade das disparidades
Infinita produção de insanidades,
Expansão de sofrimentos: isso é brutalidade!
argumentos baseados em autoridade
camuflados em questionamentos sobre a tal maturidade
Na real esse é o Estado de inconstitucionalidade
A morte não é um canto sereno,
Atiram contra sonhos, do alto do centro!
Não há “resposta” nessa habilidade,
Mas gera milhões em ações e publicidade
Para todos que vivem à margem,
Não compare com vaidade
Não acredite quando afirmam:
Você não pode ser o que quiser nesta idade!
Não é herdeiro, não está rico nesta cidade
Assassinos te matam rindo e assinam decretos
Que geram vagas nos cemitérios:
produção desejante de sofrimento
Destroem sonhos, suas escolhas sem critérios!
Só ódio e intolerância, viver aqui é o próprio inferno
Armas gritam por ganância, negam esperança!
Sobram violência extrema e infinita insegurança
Morador do Leblon, não acessa à podridão
Cobra e tem garantido a justa legislação
Muito além da teoria: marginalização
Racismo e machismo estruturam a nação
Heranças do crime de colonização
Genocidas, réus confessos!
Sentem medo da vingança,
Sobretudo, a econômica!
Ouço choro de criança!
Empobrecimento, Silenciamento,
Injustos confinamentos
Pra você não sou pessoa, apenas um objeto
Eu não sei de nada! Não me para!
Ter muitas jornadas é uma luta braba!
Nessa longa caminhada, tô sempre cansada,
Meu grande desejo agora é chegar em casa!

Não me atrasa! Não me mata!
Somos todas vidas raras,
E o sofrimento se arrasta
De meu pai já ouvi falar:
“é triste a vida da rapaziada”
Se já foi um desses caras, ele sabe o que diz
Necrotério não é presente!
Muitas vezes não entendi,
Nem mesmo depois que vi
Um homem sem diretriz,
A sabedoria do mistério revela todo projeto:
Abcesso no acesso ao que é certo e sucesso ao retrocesso!
“Ordem e Progresso” quer dizer futuro incerto
Uma bala sem remetente
Te sangra sem torniquete!
Matar ou deixar morrer, esse é seu interesse
Falam de necropolítica
Eu repito pra você:
É muito além da teoria!
Vamos buscar evidências em nossas realidades
Por que corpo da periferia vale menos que a sua vaidade?
Que camufla a guerra às drogas destruindo muitas vidas
Porque o dinheiro não brota
Se você planta!
Muito discurso, pura marola!
Quer ter a prática, mas foge da ação?
Tem como? Não!
Tem como? Não!
Tem como? Não!
A gente quer tudo!
Seu tudo é nada!
Transgredindo o direito à vida,
Nadou, nadou e morreu na praia.
Trocós de balas!
Tapas na cara!
Tomando dura na sua rua,
Show das viaturas!
Vivendo ao lado da boca que chora
Tensão que te trava:
“morreu na hora”.
Mais uma criança voltando da escola!
O sangue escorre pela rua
Fuzis à vista!
A bala não é doce,
é bala perdida!

Você acredita nessa covardia?
No lucro pago pra matar a vida?
Ilusão de hora
Não são mentiras!
Que toda verdade possa ser dita!
Possa ser ouvida! Ser vista!
Ser sentida!
Ilusão é a própria dicotomia
Toda essa morte é projeto de vida!
Contracorrente me movimento
Pra que causas naturais não virem causas sociais,
É só a luta e o enfrentamento
Um computador ou um mantimento?
Este é o risco!
A busca por conhecimento
Revela o desvelamento da verdade
Conectados às redes,
Somos como presas frágeis
Eternos alvos de antigos maus fregueses
No lugar em que habito,
o trabalho não te deixa rico!
E se falta dinheiro pra pagar as dívidas
Imagem pra fazer a revisão de ortografia
A linguagem é limitada porque a língua que não é minha
É a urgência da favela ocupando a Academia
A vida que eu gosto de levar
Não é a vida que eu levo não
Nem todo mundo quer roupa de marca
ou privilégio de mansão
O processo é lento e acusam o Nemo
De se revoltar no fundo do mar,
Tô esperando a movimentação que faça a roda parar
Versos livres

Camila Lendária

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Nizete de Souza e Elizeu Gonçalves da Silva, que abdicaram de suas vidas e projetos pessoais para que eu pudesse chegar até aqui. Foram anos de muita luta e trabalho, o que certamente os desgastou física e psicologicamente. Sim, foi muito esforço, mas também muitas frustrações, por isso agradeço por não desistirem de mim e das minhas ideias e sonhos. Eu amo vocês.

Também quero registrar meu “muito obrigada” à minha linda irmãzinha, Nicole Souza da Silva, que sempre me alegra e surpreende. Sei que não pudemos estar juntinhas durante sua primeira infância, mas teremos muitos outros momentos para nos alegrarmos na companhia uma da outra. Fico emocionada quando penso que aos 9 aninhos você já demonstra saber bem como quer ser vista no mundo. Desejo que você floresça ainda mais e conquiste todos os lugares! Eu te amo e nunca me cansarei de lembrar a todos que você é incrível como eu nunca imaginei. Também quero agradecer à Maria Sophia Souza da Silva, minha mais nova irmãzinha! Querida princesa, seja bem-vinda e imensamente feliz, obrigada por chegar! Eu te amo!

Agradeço muitíssimo ao meu companheiro de vida, namorado e amigo Igor. Meu amor, sem o seu carinho e incentivo teria sido muito mais difícil. Obrigada por toda motivação, por não me deixar desistir e por fazer com que eu me sentisse especial todos os dias. Estar ao seu lado é sempre uma imensa alegria. Que o nosso amor permaneça renovando-se a cada momento!

Também agradeço a todos os meus familiares e amigos que não foram citados nominalmente, cada palavra de conforto e ajuda me trouxeram até aqui e me impulsionam a novos caminhos. Muito obrigada a todos!

Aos meus queridos docentes do PPGFil: muito obrigada por confiarem nas minhas propostas e me orientarem com o melhor que tinham, especialmente o professor Dr. Renato Nogueira (cujo trabalho e história de luta muito me inspiram todos os dias) que nunca desistiu de me ajudar a duvidar e confrontar as inconsistências teóricas, políticas e sociais; muito obrigada! Agradeço também aos professores Afonso, Francisco, Michelle, Leandro e Walter, que me acolheram com carinho e respeito, incentivando e ensinando prontamente.

Também quero agradecer ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ (NAI-UFRRJ), coordenado pela professora Márcia Denise, por me permitir ser capacitada e desenvolver uma proximidade com a audiodescrição e outras tecnologias assistivas ligadas às estratégias de acessibilidade para inclusão de todas as pessoas, sobretudo as com deficiência. Além disso, sabemos o quanto é difícil se manter num curso de pós-graduação sem emprego fixo ou bolsa de estudo; por isso agradeço ao NAI-UFRRJ por me acolher e confiar no trabalho que eu poderia prestar, assegurando-me uma bolsa de treinamento e capacitação técnica, que fora essencial para tornar este sonho real e para aprofundar os princípios de Educação na Perspectiva Inclusiva.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Resumo

Esta dissertação objetivou investigar, através da análise e interpretação das obras *Crítica da Razão Negra* (2018) e *Necropolítica* (2014) de Achille Mbembe, bem como *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* (1994) de Gilles Deleuze e Felix Guattari, marcadores estruturais produzidos pelo sistema capitalista, consolidado e sustentado, ainda agora, sob o esgotamento humano. Buscou-se refletir sobre a racialização e desumanização de sujeitos alvos da ilusão convencionada pela crença na superioridade racial entre humanos, o que condiciona a exploração da vida, utilizada como energia (consumida de forma violenta e brutal) de manutenção do sistema de privilégios, em contextos capitalistas. As referidas obras, alinhadas a outros construtos de autores como Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, Abdias Nascimento, Ailton Krenak, Valentin Mudimbe e Angela Daves, problematizam ações éticas e políticas nas relações e condicionamentos sociais. Este texto refletiu sobre a formação do *sujeito racial*, o *devir-negro*, o conceito de *homem-moeda*, *máquina social capitalista* e *produção desejante* e as implicações políticas, sociais do exercício da necropolítica.

Palavras-chave: Devir-negro do mundo, capitalismo, máquina, produto.

Abstract

This dissertation aimed to investigate – from the studies produced under the interpretation of the Critique of Black Reason and Necropolitics, by Achille Mbembe, and Anti-Edipo: capitalism and schizophrenia, by Gilles Deleuze and Felix Guattari – how the capitalist system was consolidated and sustained, even today, under human exhaustion, where those affected represent a select group of people racialized and dehumanized by structures originally from the delusion of the racial superiority's theory, which conditions the life's exploration, used as energy (consumed by violent and brutality) for keeping the system of privileges, in capitalist contexts. These texts discuss political and social aspects, on the relationship between society and racialized individuals and “non-garanteed” or incorporating in the capital. Thus, we will reflect on the formation of the racial subject, which drives the "black-becoming", as well as the concept of "merchandise man", which designates the emptying promoted by the accumulation system, whose theoretical reference is extracted from the interpretation of the naming “capitalist's social machine”, “desiring production” and “desire”, itself as the stimulus to the production of the feeling of lack of something. We will also discuss aspects suggested through the political, social and epistemological implications arising from the process of causing and managing daily deaths, supported by the exercise of necropolitics – derived from the Foucaultian notion of biopower.

Keywords: becoming black of the world, capitalism, machine, product.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULOS.....	23
I. CAPITALISMO COMO <i>MÁQUINA SOCIAL</i>.....	24
1.1. <i>Máquinas desejantes</i>	24
1.2. As três sínteses.....	28
1.3. <i>Máquina social</i> : produto e superfície de registro.....	35
II. O <i>DEVIR-NEGRO DO MUNDO</i>.....	52
2.1. A imposição do sujeito racial.....	52
2.2. O <i>devir-negro do mundo</i> e a produção capitalista.....	64
III. <i>DEVIR NEGRO DO MUNDO</i> COMO PRODUTO DA <i>MÁQUINA SOCIAL</i>	
<i>CAPITALISTA</i>	69
CONCLUSÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	108

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetivou, sob o método de revisão bibliográfica, refletir acerca das imposições forjadas aos sujeitos racializados ao longo dos processos fundadores do sistema de produção e acumulação de capital. Inferiu-se, através das revisões e interpretações, que o capitalismo impõe à todes – como culturalmente disseminado em relação a uma maior abrangência e inclusão da diferença não comportada na indefinição pronominal expressa pela substantivação masculina (todo) – a invisibilização e assimilação compulsória da catástrofe da morte planetária, bem como todos os seus produtos condicionantes.

Promoveu-se uma reflexão filosófica por meio do diálogo entre a produção deleuze-guattariana na obra *Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia* (2010) e a proposta crítica mbembeana desenvolvida em *Crítica da Razão Negra* (2018), relativa a problematização sobre o sistema capitalista e neoliberalismo em sociedades como o Brasil. Também utilizamos textos complementares de Abdias Nascimento e Carolina Maria de Jesus no comentário sobre as violências estruturais enquanto produto social-capitalista com potencial produtivo.

Ao pensar através da Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze e Félix Guattari, objetivou-se interpretar, para além de noções fixas, sua prática filosófica inovadora e complexa, enquanto experiência que questiona e subverte os pilares herdados do projeto de mundo moderno. Neste sentido, Deleuze e Guattari empreenderam conceitos sob um novo estado de ordem com foco crítico e até político.

Tal qual Janz (2012), é necessário perguntar-se sobre a objetiva relevância ou como aproveitar o pensamento deleuze-guattariano no pensamento pós-colonial, refletindo as implicações da máquina capitalista na estrutura global. O que poderia servir de verdade aos autores, diante do atual cenário? Como conceituar o que é ou se torna a partir do que não se mostra aparente ou possível? Na verdade, precisamos, por desejar experimentar o novo, fazer caber palavras e interpretações onde os autores não o fizeram. Neste caso, os limites entre o cabível, o esperado e o convencional carecem de parâmetros e inovações.

Promoveu-se a reflexão sobre a existência de sobreposições ideológicas, apropriações criminosas de noções e sentidos difundidos entre os povos durante a colonização moderna. O apagamento histórico impôs conceitos para essencialidades humanas. A dualidade fora imposta à humanidade na medida em que se aceita a existência de dois mundos metafisicamente distintos, como desenvolvido pela filosofia clássica: mundo natural (dos objetos governados pelas leis físicas) e mundo sobrenatural (da subjetividade – entendido sob o julgamento das leis morais). O corpo humano é dotado de aspectos naturais e está imerso em comunidade, sempre se relacionando a outros semelhantes; cada indivíduo, em suas dimensões intelectuais, se desenvolve sob a tutela de conceitos como exclusividade, individualidade, insubstitutividade, sacralidade e livre arbítrio. Fato é que cada subjetividade humana compartilha características, próprias da espécie, que não se sobrepõem. A cada dia novas memórias e aprendizados são formados no aparato cognitivo de cada humano vivente. Tudo sempre foi novidade e, mesmo hoje, não haveria de ser diferente. O que se diz é sobre a multiplicidade do *Ser*, que uma vez experienciada na forma humana, se revela a própria diferença, em pessoa. E alguém ousaria questioná-la?

A Filosofia ocidental, despertada na Grécia Antiga por volta do século VI, antes da era Comum, é propiciada pelas trocas culturais de sua época e não exclui a existência das sabedorias e suas práticas em outras eras e civilizações, considerando antecessores, contemporâneos e predecessores. Eis então um marco histórico em sua tradição de pensamento: o filosofar que emerge do encontro com a prática milenar de amar o conhecimento. Um outro ocorrido: o encontro revelado, uma nova origem apresentada e, mesmo atualmente, reivindicada. Primeiramente, não existe apenas um único modo de filosofar. É forçosa a necessidade metodológica mas, ela não se diz de uma única maneira.

Dessa forma, a história da Filosofia expôs ao nosso mundo a vontade humana em conhecer tudo aquilo que é acessado pela verdade. Mas, o que é a verdade, se não a forma, artificial ou natural com a qual ela nos aparece? Tal Filosofia, por exemplo, ao investigar aspectos desta questão – da antiguidade clássica até os dias atuais – obteve múltiplos posicionamentos, indicando variadas verdades, que são impostas segundo a vontade e dominação dos povos.

Muitos estudiosos defendem que a verdade em Sócrates (470 – 399 AEC), por exemplo, se trata da disposição em saber que ela mesma não está assim tão acessível aos meios com os quais a captamos. O conhecimento, por sua vez, é o que acumula-se com a experiência sensível e, ironicamente, está vinculado a essa verdade inatingível. Mas, como definir aquilo que nos escapa pelas mãos? Sendo o humano um ser vivo “racional” que age naturalmente em vista de uma finalidade, o que fora exposto por Aristóteles (384 – 322 AEC), o desejo por conhecer as coisas por suas principais causas designa-se como objetivo do pensar humano. Sendo assim, a atitude filosófica se expressa nesse tipo de ação, que pretende estabelecer causas e soluções para problemas colocados como tal, a partir de um pensamento autointerrogatório que une-se à experiência, ao entender e explicá-la. Representa a unificação máxima entre realidade percebida pelo aparato cognitivo e o saber por ele construído (que ainda não é capaz de atingir a verdade).

A multiplicidade de possibilidades do *Ser*, apresentada por Aristóteles em sua doutrina da substância, permite o entendimento sobre as mais variadas maneiras que o possibilitam; dessa forma, uma interpretação conceitual da Filosofia nos gera a contingência de poder percebê-la como a sintetização e exercício do pensamento. A investigação conceitual do termo ocidental designa, por consequência lógica, uma grande questão de dimensão interpretativa, o que traz à tona a dificuldade de se estabelecer um conceito fixo sobre o assunto. Sua “natureza”, no sentido de essência, tende a ligar os saberes, conectando-os às diversas áreas, objetivando a elaboração de um conhecimento mais profundo e sistêmico, o que promove o estabelecimento da atitude filosófica também como experiência acerca do ato de conhecer.

Platão (427 – 347 AEC) propôs um jogo antagônico entre *doxa* (“verdade” como consenso entre opiniões), que indica interesse particular, juízo de valores, desejo, senso comum etc; e *episteme* (“verdade única”), que designa verdade, interesse universal, razão etc. Dessa relação, é possível concluir que a verdade, caso possível fixá-la num conceito universal, corresponde ao método pelo qual se consegue atingir o ideal (segundo a concepção platônica de *mundo sensível*, que sugere as representações como cópias das ideias primordiais; e *mundo ideal*, onde se encontram tais ideias, tidas como verdades de fato). A prática filosófica do ateniense envolveu o abandono de crenças e mitos vinculadas,

em detrimento do aperfeiçoamento do conhecimento a partir das ideias inteligíveis, contidas no mundo *inteligível*.

Platão utilizou-se das abstrações *bem*, *belo* e *justo*, por exemplo, para pensar a essência da verdade que se desejava intuir. Mas, um conceito universal poderia garantir acesso ao ente verdadeiro? Neste caso, o filósofo assumiria sua missão investigativa, em resolver problemas por diversas vias tal como dedução, indução ou observação, com objetivo último de reconhecer, aprender e disseminar o conhecimento, de acordo com sua variabilidade.

É necessário atentar-se à reflexão sobre como o “todo mundo” tornou-se a “fábula¹” projetada para alimentar um modo de vida destrutivo, expresso através do controle (biológico, ideológico, de acesso à informação ...) e transformação da vida (em morte). O reforço às ilusões como a própria verdade – que não é em si inexistente mas, pluriversal, ainda que massacrada, desrespeitada, oprimida e anulada, em silenciamento provocado pela intensa produção de simulacros, que fixam-na como conceito, reflexo de imposições e acordos que expressam os interesses daqueles que a conceberam – como representação de seus desejos, que promovem a invisibilização e morte do *outro*, que não se aproxima da ideia de humano.

Neste sentido, a existência de tradições diversas de pensamento vos é apresentada como um dos pilares que sustentam nossos argumentos sobre a finalidade oculta no dinamismo capitalista, estruturado sobre uma dívida de sangue. A mutabilidade da verdade deveria ser apresentada às outras existências por meio da forma respeito, mas nossa reflexão versou justamente sobre a produção de sua falta. Consideração e reverência eram apresentados à diferença; de forma que investigou-se também como o dogmatismo tornou-se persistente e negacionista, corajoso o suficiente para impor-se como absoluto e equivocado o bastante para fechar portas valiosas para o que se nomeia conhecimento e sabedoria.

A retomada do “por que” sobre a escolha da Filosofia da Diferença se estabelece como complemento que visa observar que relação se faz entre o capitalismo – como evento político e econômico – e a criação de novos arranjos e grupos sociais, bem como o aumento da disparidade social sobre a ótica deleuze-guattariana. Especificamente, como herdeiros da tradição opressiva percebem suas formas.

1 Tal como proposto pelo filósofo ocidental Nietzsche em seu *Crepúsculo dos ídolos* (2006).

Qualquer apontamento sobre o sistema capitalista não deveria nunca excluir o processo de racialização oriundo da intolerância e anulação da diferença e suas derivações. A hierarquização racial ultrapassara todos os limites de uma possível ética globalizada. O que é dito caminha sobre processos como a “expansão territorial” imposta pela colonização mais tudo aquilo que fora forjado através da verdade convencional, objetivando o domínio a partir do acúmulo primitivo (representado pelas atrocidades imputadas aos humanos objetificados e desumanizados).

Há muito interesse, segundo Carlos Moore, por parte daqueles que buscam entender as sociedades, na teorização e discussão sobre o capitalismo, pelo fato de ser entendido como sistema “gestor” do período chamado Modernidade (do século XV ao XVIII), ao passo que é possível inferir que um é causador do outro. É sob a tutela de conceitos marxistas, como a noção de acúmulo e cadeias de produções, que o capitalismo aparece como “desenvolvimento econômico e social da sociedade moderna ocidental” (MOORE, 2007). Contudo, ainda segundo o autor, existem inconsistências graves na crença de que tal sistematização tenha sido promovida em caráter linear e “orgânico” nas comunidades autônomas. É necessário tomar outro caminho, um que não permita o apagamento do fato de que o capitalismo é criação ocidental instituída pela máxima expressão do domínio através do medo, violência e brutalidade. Deve-se considerar também as etapas consolidadoras da realidade do delírio racial, produção e transformação das práticas racistas, que são de fato o principal pilar para a consolidação do próprio sistema.

(...) Analisar as origens do capitalismo como sendo o fruto de uma evolução exclusivamente orgânica e linear da sociedade ocidental; ou, como o produto do “gênio” que, segundo muitos autores, seria específico aos europeus, é certamente um erro no qual caiu mais de um pensador. Na base desse erro, no entanto, estabeleceu-se a premissa, amplamente aceita, segundo a qual haveria um nexo de causa e efeito entre capitalismo e Modernidade. Mas o problema não está realmente aí, senão embutido em uma questão mais ampla que, aparentemente simples, se torna um verdadeiro quebra-cabeças quando colocada no centro de nosso debate: caso o capitalismo não tivesse sido o produto de uma evolução interna da sociedade ocidental, como ele teria surgido e de que processo? (MOORE, 2007)

Desta forma, capitalismo pode ser dito como o arranjo econômico, político e social no qual vigora a legitimidade da propriedade de bens privados e das relações de trabalho que envolvem a comercialização; seu principal objetivo é lucrar. Mas, acreditamos que vidas não

tem preço, não podem ser valoradas como produtos, objetos, mercadorias. O desenvolvimento do modo de produção capitalista se dá graças à viabilidade de sua fabricação em larga escala. Mas, como essa produção se dá? Entre os séculos de crescimento econômico mundial, com o trabalho; em sua maioria, trabalho forçado pelo crime de escravização. Esses indivíduos foram forçados a produzir açúcar, algodão, café, dentre muitos outros produtos, para que as grandes potências mortais, pudessem gerar mais lucro para si. Porém, antes mesmo que a captação dos lucros desse tipo de comercialização pudesse ser gerado já se “lucrava” através do comércio dessas pessoas sequestradas e privadas do direito de viver livremente.

A partir da leitura de uma obra da filosofia da diferença, inaugurada por aqueles que pensaram possibilidades filosóficas para além do tradicionalismo dogmático.

Na filosofia da diferença, o capitalismo é apresentado enquanto sistematização maquínica instaurada sobre fluxos da forma “produto”. Para os autores, o sistema referido, por meio da definição e imposição de seus limites, seria capaz de promover a emancipação dos fluxos diante do desejo, sua própria aniquilação. Contudo, nota-se que tal finalidade não se pretende realizar, em virtude do fato de que a rota escolhida para demarcar tais limites é a mesma que distancia o sistema de uma finitude: a *produção desejante*.

(...) O capitalismo é – como veremos – a única máquina social que se construiu sobre fluxos decodificados, substituindo os códigos intrínsecos por uma axiomática das quantidades abstratas em forma de moeda. Portanto, o capitalismo liberta os fluxos do desejo, mas nas condições sociais que definem o seu limite e a possibilidade de sua própria dissolução, de modo que contrária constantemente com todas as suas desesperadas forças o movimento que o impele para este limite. (DELEUZE; GUATTARI, 2010)

De acordo com Deleuze & Guattari, no limite da sistematização capitalista², a substituição do *socius* pelo *corpo sem órgãos* promove a precipitação dos fluxos em produção desejante – o que configura a “eterna” produção da produção. Os autores ainda assumem que

2 (...) No limite do capitalismo o socius desterritorializado é substituído pelo corpo sem órgãos, e os fluxos decodificados precipitam-se na produção desejantes. Pode-se pois compreender retrospectivamente toda a história à luz do capitalismo, mas só com a condição de se seguirem exatamente as regras formuladas por Marx: em primeiro lugar a história universal é a das contingências, não a da necessidade; dos cortes e dos limites, e não a da continuidade. Porque foram precisos grandes acasos, espantosos encontros que se poderiam ter dado noutros sítios, ou antes, ou nem sequer virem a dar-se, para que os fluxos tenham escapado à condição e para que mesmo assim, não tenham deixado de constituir uma nova máquina determinável como socius capitalista: tal como o encontro da propriedade privada com a produção mercantil, e, no entanto, são duas formas muito diferentes de decodificação, uma por privatização, a outra por abstração. (DELEUZE; GUATTARI, 2010)

a história das sociedades humanas pode ser compreendida à luz do capitalismo (marxista) e que é possível enxergar contingências e acasos possibilitadores do sistema como um todo – que veremos se tratar da mais pura expressão do tradicionalismo, capaz de justificar, enquanto relações de causa e efeito, a escolha pela violência extrema (como sequestros, roubos, mutilações, assassinatos e o próprio crime de escravização) como desvelamento do poder, ou em conceito foucaultiano: biopoder. É este quem controla todas as esferas da vida humana, mas não o faria se não houvessem soberanos e tiranos cuja prática de concentração de poder determinou o curso inconcebível, embora factual (incoerência ética), desta história.

Aqui é necessário evidenciar que nossa principal base argumentativa – referente à imposição de uma política mortal estruturada sobre o “delírio” expressado pela ilusão da teoria de superioridade racial – ergue-se através da interpretação das teorias que compõe as obras *Necropolítica* (2013) e *Crítica da Razão Negra* (2018) de Achille Mbembe, pensador camaronês que caracteriza o capitalismo enquanto sistema exploratório da vida pelo trabalho e desumanização. De forma que também nos interessa ressaltar que a escolha pelo construto deleuze-guattariano – sobre o processo capitalista como uma grande máquina fabricante do desejo por sua própria manutenção – evidenciado até então, refere-se à compreensão da realidade projetada a partir dos privilegiados olhos daqueles que participam do “referencial humano”.

Dessa forma, objetiva-se ainda discutir e relacionar dimensões interpretativas acerca do conceito de *devir- negro*, segundo seus condicionamentos propiciados pelo controle social através de ilusões descritas enquanto verdades. Neste contexto, o professor Mbembe, em sua produção filosófica, critica justamente a concepção de um devir universal que não distingue, sequer enxerga, o ser que fora deliberadamente categorizado e racializado outrora: a vida humana.

Neste sentido, nossos esforços se concentraram em discutir a relação de oposição presente nos dois sentidos de “devir negro” investigados nas obras anteriormente mencionadas. Para os filósofos da diferença, a expressão é tratada de forma “positiva”, derivando da expressão francesa *devenir-noir*. Já em Achille Mbembe, a proposta interpretativa se dá através da investigação do termo *devenir-necré*, que ascende de forma pejorativa, tal qual “xingamentos” como *black* e *nigger*. Dessa forma, *noir* distingue-se de

necré, pois remete à assimilação do “negro” enquanto categoria racializante globalmente imposta, enquanto a segunda expressão se vincula à noção de “corpo morto”. Em português, é possível observar semelhança interpretativa entre os termos “negro”, “preto” e “crioulo”, por exemplo.

O capitalismo comentado pelo professor Achille, é apresentado como construto ocidental propiciado por momentos como a “espoliação organizada” e a globalização mercadológica. Esta sequência de fatos, por sua vez, fundamentou e iniciou o processo delirante resultante da crença sobre a desumanização do sujeito racializado, culminando na privatização do mundo a partir da complexificação da economia financeira, que transforma o tempo de trabalho em força reprodutiva da forma dinheiro. Sendo assim, segundo o momento atual, o neoliberalismo acrescenta um valor de mercado a todas as situações globais que dizem respeito à vida e às coisas. Este conceito humano, organiza a vida em função do trabalho, de forma a produzir infinitamente meios para o não acontecimento da falência sistêmica. Sendo assim, se ontem este “novo homem”³ foi posto em estado de opressão, agora o complexo desenvolvimento econômico produz o desespero, em virtude da anulação de suas próprias vidas. Neste sentido, cabe refletir sobre o que é viver predestinado à massiva exploração e quem são os indivíduos sacrificados pela manutenção do sistema capitalista.

Para alcançar possibilidades de respostas a estas questões, decidimos investigar a obra *The Invention of Africa* (2014) de Valentin Yves Mudimbe, para aprofundar o debate acerca da estrutura colonizadora imposta pelo Ocidente europeu; tal escolha tem o objetivo de traçar um diálogo entre o que fora elucidado até o momento – sobre a inconsistência delirante das convenções acordadas para expressão da ganância e dominação europeia – e o pensamento sobre as estruturas coloniais e suas imposições de sociabilizações e falsas convicções, que sustentam a atualidade brutal e violenta das sociedades capitalistas, mantidas pela extração da vida.

A referida obra se propõe a refletir acerca dos sistemas de pensamento africanos e sua relação com o construto *Filosofia*. Neste sentido, primeiramente, é necessário pensar a imposição metodológica ocidental que forjou uma tradição estruturada pelo epistemicídio e que, conseqüentemente, colocou em posição de anulação e desconfiança tudo o que se pensa

³ Refere-se à categoria “sujeito racial” descrita pelo professor Achille Mbembe em sua obra *Crítica da Razão Negra* (2018).

fora de suas proposições e convenções. Logo, como ponto de partida é fundamental trazer ao momento o debate sobre a legitimidade de uma tradição filosófica única e exclusiva, tal qual evidenciada; dessa forma, é preciso questionar o próprio aparato de invalidação e invisibilização para que os muros epistemológicos sejam derrubados, dando lugar a pontes de diálogo entre *ser* e conhecer.

Desta maneira, optou-se pela estruturação desta dissertação em 3 capítulos. Para o primeiro sugeriu-se o título "Capitalismo como *máquina social*" para refletir sobre a relação conceitual através da interpretação do primeiro capítulo do livro *O anti-Édipo: Capitalismo Esquizofrenia* (2010) de Gilles Deleuze e Félix Guattari, tendo sua primeira edição publicada em francês em 1972. Segundo os autores, a realidade capitalista, em suas formas de expressão, se estrutura em produtos, subjetivos e objetivos, que promovem as etapas de um eterno processo de produzir a si mesmo; não tão simples mas, por este caminho, este primeiro capítulo visou apresentar algumas propostas conceituais dos autores em questão, apontando para uma interpretação da realidade social como a realização das potências dos produtos que sustentam o sistema de exploração e condicionamentos.

O segundo capítulo foi nomeado *O devir-negro do mundo* e objetivou-se interpretar a obra *Crítica da Razão Negra* (2018) do filósofo camaronês Achille Mbembe, evidenciando seus esquemas e conceitos, sobretudo no que diz respeito ao *devir-negro*, mas também aos conceitos-produtivos, como o distúrbio sobre a superioridade racial que realiza projetos financiados pelo capital no contexto social. Desta forma, tratou-se de comentar conceitos estruturantes como a imposição do sujeito racial, o racismo, a necropolítica e outros marcadores e desdobramentos do projeto de colonização moderna.

Em *O devir-negro do mundo* como produto da *máquina social capitalista*, nosso terceiro capítulo, a proposta foi pensar os crimes, condicionamentos e outros processos que impedem a realização da vida em sua plenitude e liberdade como produtos em pleno vigor produtivo, em superfícies sociais orientadas pelo sistema fútil de morte e dinheiro, como os locais por todo o planeta onde são crescentes as implicações em disparidade social e genocídios por exemplo.

Com isso, nossas conclusões buscaram encaminhar reflexões sobre as diversas realidades das sociedades pós-colonizadas com ênfase no Brasil e seus contextos.

CAPÍTULOS

1. CAPITALISMO COMO MÁQUINA SOCIAL

A "teoria generalizada dos fluxos"⁴ desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari em sua obra conjunta *Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia* (2010), propõe que todo movimento é sistematizado através de máquinas, “cada um com as suas pequenas máquinas. Uma máquina-órgão para uma máquina-energia, sempre fluxos e cortes”. (DELEUZE; GUATTARI, pag.12, 2010). Para nossa argumentação, interessou-nos iniciar apresentando os conceitos a serem instrumentalizados ao longo proposta. A medida em que nos abrimos aos filósofos da diferença, nesta obra, encontramos-nos também diante de sua crítica ao capitalismo social, que nos auxilia a montar nossa relação conceitual. Portanto, pensamos o sistema capitalista como uma *máquina-social*, através do pensamento deleuze-guattariano.

Desta forma, propõe-se conceituar o capitalismo, não apenas enquanto um arranjo econômico e político, mas também como *máquina-social*, determinada por sua autoprodução mortal, sustentada por realidades intencionalmente desfavoráveis. As sínteses produzidas pelos autores alinham-se às concepções e representações marxistas⁵ acerca da sociedade capitalista e suas estruturas, no que concerne à observação das divisões sociais, por exemplo. O que nos conduz ao entendimento sobre como o capitalismo foge de uma mera representação sistêmica⁶, mas encontra-se assentado sob “toda produção” (DELEUZE; GUATTARI, pag.12, 2010), inclusive a própria ideia de inconsciente será por ele produzida – o que sinaliza a postura crítica dos autores diante de vertentes psicanalistas que propuseram a construção do inconsciente a partir de dualidades como falta e desejo.

O que se diz é que a teoria política dos autores em comento é pensada também através de análises sobre a teoria do desejo, como objeto subjetivo ativamente produzido; o que anuncia um posicionamento crítico com relação à psicanálise freudiana (assim como certas interpretações lacanianas), desvencilhando a noção de *desejo* de uma origem parental, ou seja, que o inconsciente se estruture ao redor do núcleo familiar.

4 Construto desenvolvido em *O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia* (1994).

5 “Félix Guattari e eu [...] permanecemos ambos marxistas”, diz Deleuze em entrevista a Toni Negri (NEGRI, 2019, p. 120)

6 Enquanto “modelo sistematizado”, um conjunto de elementos interligados que podem caracterizar os objetos e imagens que compõe nossos pensamentos.

Neste sentido, em *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia* (2010), Deleuze e Guattari investigam as categorias consciente e inconsciente do funcionamento das máquinas, inclusive as sociais, a partir das produções projetadas para tal arranjo. Interessa-nos comentar, neste início, sobre o funcionamento das *máquinas*, seus *fluxos* e finalidades, sobretudo a concepção de *máquina-social* atrelada ao conceito de Capitalismo.

Mas o essencial é o estabelecimento de uma superfície encantada de inscrição, ou de registro, que atribui a si própria todas as forças produtivas e os órgãos de produção, e que opera como quase-causa, comunicando-lhes o movimento aparente (o fetiche). Isto é tão verdadeiro quanto dizer que o esquizofrênico faz economia política, e que a sexualidade é questão de economia. (DELEUZE; GUATTARI, pag.25, 2010)

1.1. *Máquinas desejantes*

Ao iniciar a obra referida, Gilles Deleuze e Félix Guattari pontuam sobre a existência de máquinas, em suas múltiplas formas e finalidades, especificamente em “toda parte” do mundo; segundo eles:

Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com seus acoplamentos, suas conexões. Uma máquina-órgão é conectada a uma máquina-fonte: esta emite um fluxo que a outra corta. (DELEUZE; GUATTARI, pag.12, 2010)

Aqui, como proposta de interpretação e instrumentalização teórica, as máquinas poderiam representar partes formativas (peças) de outras máquinas, como no caso das sociais – conglomerados de sistemas e ações políticas historicamente determinados por coletividades humanas. Os tipos de máquinas determinarão, nesta perspectiva, se as mesmas emitirão ou interromperão os fluxos que as conectam (“acoplam”). Assim, evidencia-se uma de seus possíveis finalidades: a produção sistêmica de processos, pensamentos, dentre tudo o que puder ser vinculado como produção. É neste sentido que desejou-se observar os agentes subjetivos (ideias, por exemplo) como resultante destas relações maquinicas.

Para os autores em questão, a distinção existente entre a natureza e a indústria também se expressa como relação, na medida em que a segunda absorve a matéria-prima da primeira e

retorna seus resíduos e dejetos, como necessidade. Segundo Deleuze e Guattari, essa relação se fragmenta e determina a maneira como a máquina-social sintetiza a produção.

(...) Em um certo nível, é provável que a natureza se distinga da indústria: por um lado, a indústria se opõe à natureza, por outro, absorve os materiais dela; por outro, ainda, ela lhe restitui seus resíduos etc. Esta relação distintiva homem-natureza, indústria-natureza, sociedade-natureza, condiciona, na própria sociedade, a distinção de esferas relativamente autônomas que chamaremos de “produção”, “distribuição”, “consumo”. Mas este nível de distinções gerais, considerado na sua estrutura formal desenvolvida, pressupõe (como Marx mostrou) não só o capital e a divisão do trabalho, mas também a falsa consciência que o ser capitalista tem necessariamente de si e dos elementos cristalizados do conjunto de um processo. É que, na verdade — na ruidosa e obscura verdade contida no delírio — não há esferas nem circuitos relativamente independentes: a produção é imediatamente consumo e registro, o registro e o consumo determinam diretamente a produção, mas a determinam no seio da própria produção. De modo que tudo é produção: produção de produções, de ações e de paixões; produções de registros, de distribuições e de marcações; produções de consumos, de volúpias, de angústias e de dores. Tudo é de tal modo produção que os registros são imediatamente consumidos, consumados, e os consumos são diretamente reproduzidos. (DELEUZE; GUATTARI, pag.15, 2010)

É possível notar que a relação entre as categorias de produção capitalista e a organicidade do todo planetário é atravessada por inúmeros paradoxos, uma vez que a observação ativa revela complexidades, tais como o “adoecimento” do ambiente natural, provocado pelo extrativismo e acúmulo desordenado de resíduos tóxicos. Dessa forma, na realidade que ressalta a existência de uma “produção de produção”, contextos e sociedades também são produtos com potencialidades, inclusive de destruições e catástrofes.

As máquinas, neste sentido, representam absolutamente tudo conectadas umas às outras através dos fluxos e codificações que determinam sua utilidade e funcionalidade. Todo esse trabalho de produção se expressa sob o conceito *máquinas desejanter*, que produzem um meio não natural, mas fabricado.

As máquinas desejanter são máquinas binárias, com regra binária ou regime associativo; sempre uma máquina acoplada a outra. A síntese produtiva, a produção de produção, tem uma forma conectiva: “e”, “e depois”... É que há sempre uma máquina produtora de um fluxo, e uma outra que lhe está conectada, operando um corte, uma extração de fluxo (o seio — a boca). E como a primeira, por sua vez, está conectada a uma outra relativamente à qual se comporta como corte ou extração, a série binária é linear em todas as direções. O desejo não para de efetuar o acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados. O desejo faz correr, flui e corta. (DELEUZE; GUATTARI, pag.17, 2010)

Para os autores, as *máquinas desejantes* apresentam dois lados: conectivo e disjuntivo. A chamada “produção da produção”, é também expressão da síntese conectiva (processo no qual realizam-se as etapas, segundo Gilles Deleuze e Félix Guattari, na primeira edição da obra em comento), que representa interações entre as máquinas; todas operadas por fluxos e supressões estabelecidas pela parcialidade das coisas e objetos, estruturalmente atravessados por outras coisas e objetos, que por sua vez juntam-se aos fluxos emitidos, absorvendo-os ou interrompendo-os, e que também são interpelados por outras máquinas. Uma confusão, tal qual as aparências, tanto no contexto original dos autores, como na atualidade dos desdobramentos políticos, econômicos e sociais frutos dos agenciamentos maquínicos presentes em processos históricos que culminaram nas etapas do capitalismo, como o neoliberalismo.

(...) produzidos por objetos parciais, constantemente cortados por outros objetos parciais que, por sua vez, produzem outros fluxos também recortados por outros objetos parciais. Todo “objeto” supõe a continuidade de um fluxo, e todo fluxo supõe a fragmentação do objeto. Sem dúvida, cada máquina-órgão interpreta o mundo inteiro segundo seu próprio fluxo, segundo a energia que flui dela: o olho interpreta tudo em termos de ver — o falar, o ouvir, o cagar, o foder... Mas sempre uma conexão se estabelece com outra máquina, numa transversal em que a primeira corta o fluxo da outra ou “vê” seu fluxo ser cortado pela outra. (DELEUZE; GUATTARI, pag.18, 2010)

Neste sentido, toda máquina pressupõe a existência e continuidade de um fluxo, assim como este último se relaciona à fragmentação de um dado processo. De maneira que cada máquina tem seu lugar, direto ou indireto, na produção; absorve e observa o mundo a partir de seu próprio fluxo, através da energia que a nutre e que é por ela liberada.

Félix Guattari e Gilles Deleuze sugerem-nos universos interpretativos para o uso dos termos *Capitalismo* e *Esquizofreia*, parece-nos que há o interesse em articular o mundo estruturado sob a lógica capitalista à psicanálise advindos do colapso do inconsciente projetado. Para os autores, não há uma especificidade ou entidade esquizofrênica, segundo suas palavras: “a esquizofrenia é o universo das máquinas desejantes produtoras e reprodutoras, a universal produção primária como realidade essencial do homem e da natureza”(DELEUZE; GUATTARI, pag.18, 2010).

São chamadas síntese conectiva, aquela que se dá a partir da produção⁷; síntese disjuntiva, a que registra a produção e síntese conjuntiva, a encarregada do consumo dos objetos produzidos. Sendo assim, de acordo com os autores: “Tal é o primeiro sentido de processo: inserir o registro e o consumo na própria produção, torná-los produções de um mesmo processo” (DELEUZE; GUATTARI, pag.15, 2010). O que significa sinalizar e criticar o fato de que o processo geral da produção envolve também registrar e consumir aquilo que é produzido, o que torna as últimas duas etapas expressões de uma mesma produção. O que não seria mera casualidade mas, múltiplos interesses. É esta a referência atribuída ao primeiro uso do conceito “registro”, feito pelos autores.

1.2. As três sínteses

Segundo os autores, neste processo analisado, a “produção da produção”, existem três categorias que identificam as etapas e funções gerais do grande sistema, são chamadas de sínteses: conectiva, disjuntiva e de consumo.

A produção de consumo, por sua vez, segundo os filósofos, se dá como “despesa ou consumo”⁸ inseridos no jogo como peças codependentes do próprio processo produtivo, mas que fazem parte componente do projeto geral e representam caminhos criados para garantir sua aplicabilidade, tal qual demandada pelo capitalismo produtivo. Ou seja, o sistema produtivo fabrica objetos e demandas de consumo para estes.

É neste sentido que Deleuze e Guattari apontam uma segunda interpretação para o construto *consumo*, seria ele o excesso de todo o processo produtivo, capaz de relacionar o desejo enquanto um princípio intrínseco formativo do próprio ciclo de produção. Para além disso, os autores também promovem uma terceira via interpretativa para a ação de consumo:

7 (...) De modo que tudo é produção: *produção de produções, de ações e de paixões; produções de registros*, de distribuições e de marcações; *produções de consumos*, de volúpias, de angústias e de dores. Tudo é de tal modo produção que os registros são imediatamente consumidos, consumados, e os consumos são diretamente reproduzidos. (DELEUZE; GUATTARI, pag.14, 2010)

8 Quando Georges Bataille [1897-1962] fala de despesas ou consumos suntuosos, não produtivos, em relação com a energia da natureza, trata-se de despesas ou consumos que não se inscrevem na esfera supostamente independente da produção humana enquanto determinada pelo “útil”: trata-se, pois, daquilo que chamamos de produção de consumo. (DELEUZE; GUATTARI, pag.15, nota 3, 2010)

(...) Eis porque a produção desejante é a categoria efetiva de uma psiquiatria materialista, que situa e trata o esquizo como Homo natura. Com uma condição, no entanto, que constitui o terceiro sentido de processo: que este não seja tomado como uma meta, um fim, nem confundido com sua própria continuação ao infinito. O fim do processo, ou sua continuação ao infinito, que é estritamente a mesma coisa que sua paralisação bruta e prematura, acaba causando o esquizofrênico artificial, tal como o vemos no hospital, farrapo autístico produzido como entidade. (DELEUZE; GUATTARI, pag.16, 2010)

Para os autores, no processo de produção, o *consumo* não deve ser concebido como uma finalidade corporativa ou comparado a uma continuidade infinita, mas se expressa como efeito que incide diretamente na formação, percepção e condicionamento do sujeito diante do todo maquínico, ou melhor, de sua descaracterização humana. De forma que a *produção desejante* configura uma produção de processos subjetivos (o inconsciente maquínico, por exemplo) que se chocam às possibilidades e realidades.

A distinção entre o humano e a natureza aparece com dificuldade, justamente pelo trabalho humano ativo de interferir diretamente no meio natural, sobretudo a partir do caráter produtivo. Muito embora exista uma naturalidade original no sujeito, a essência da natureza é agora atravessada por processos humanos não naturais, que geram outras relações de sínteses e conexões, quando se pensa em extração e retorno de resíduos e dejetos, por exemplo. Tira-se da natureza a matéria-prima que, ao final do processo, a ela retornará em todo seu esvaziamento e desconfiguração. Dessa forma o processamento industrial apresenta-se como um dado projetado para ocupar esse lugar essencial na dinâmica “homem-natureza”⁹, um lugar de necessidade – forjada para ocupar tal posição.

Pode-se pensar a relação de causa e efeito entre a natureza, o sujeito e o objeto, situação esta que justamente fora arranjada por humanos, de forma não natural – e nota-se que sem responsabilidade ambiental e social. O que demonstra transformações no modo de vida

9 “Em segundo lugar, há menos ainda a distinção homem-natureza: a essência humana da natureza e a essência natural do homem se identificam na natureza como produção ou indústria, isto é, na vida genérica do homem, igualmente. Assim, a indústria não é mais considerada numa relação extrínseca de utilidade, mas em sua identidade fundamental com a natureza como produção do homem e pelo homem. Não o homem como rei da criação, mas antes como aquele que é tocado pela vida profunda de todas as formas ou de todos os gêneros, que é o encarregado das estrelas e até dos animais, que não para de ligar uma máquina-órgão a uma máquina-energia, uma árvore no seu corpo, um seio na boca, o sol no cu: o eterno encarregado das máquinas do universo. Este é o segundo sentido de processo; homem e natureza não são como dois termos postos um em face do outro, mesmo se tomados numa relação de causação, de compreensão ou de expressão.” (DELEUZE; GUATTARI, pag.17, 2010)

estabelecido entre humanos. Dado que o processo da máquina é produtivo, quando o consumo e a indústria são percebidos enquanto expressões da relação natureza-humano-objeto, agarradas às estruturas propostas pelas máquinas sociais. E no fluxo produtivo, também são fabricadas diversas categorias de humanos, guiados por devires e condicionados ou fixados em múltiplas realidades. Segundo os autores, a produção social organizada sob a lógica das máquinas, determina uma produção humana centrada na ideia de um universo maquínico, que os reservaria a “responsabilidade” de uma espécie de gerenciamento das máquinas. Neste contexto, a indústria e o consumo podem ser tidas como este dado pilar estruturante das máquinas-sociais.

Ao seguir-se os caminhos elucidativos propostos em *O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia* (2010), o leitor pode facilmente confundir os conceitos propostos, o que espera-se que não aconteça por estas linhas escritas. Busca-se aqui refletir as relações apresentadas pelos autores para pensar a sociedade capitalista, segundo suas experimentações conceituais. Neste sentido, interessou-nos buscar na filosofia de Deleuze e Guattari meios para caracterizar e introduzir a sistemática capitalista da atualidade, de modo que nos permitisse enxergar o funcionamento mecânico do cotidiano.

Como fora anteriormente citado, as sínteses referenciadas pelos autores são ditas conectiva, conjuntiva e disjuntiva. Onde a primeira se caracteriza por ser iniciada a partir do processo de produção; a segunda como aquela que recebe o registro da fabricação; e a terceira é designada ao consumo dos objetos sintetizados. Ao passo que é possível notar a crítica dos autores sobre o processo paradoxal da fabricação das próprias etapas produtivas, que orientam uma superfície, na qual são inseridos processos que determinam especificidades da formação de um dado objeto, este por sua vez será conduzido à etapa de registro e, posteriormente, ao consumo. Esta é uma questão para nós, visto que é neste ponto que evidencia-se a finalidade do produto, que é servir ao desejo, caracterizado também como necessidade. Para que se usa o produto fabricado com tanto ardor, suor, lágrimas, sangue, vida? A questão que não se vence paira sobre a contextualização da viabilidade do processo produtivo capitalista. Ou seja, por que desperdiçar o mundo natural e seus recursos, inclusive a vida humana em detrimento da ideia e ação de produzir?

Segundo os autores, “O acoplamento da síntese conectiva, objeto parcial-fluxo, tem, portanto, uma outra forma também: produto-produzir. O produzir está sempre inserido no produto, razão pela qual a produção desejante é produção de produção, assim como toda máquina é máquina de máquina.” (DELEUZE; GUATTARI, pag.18, 2010). Desta forma, identifica-se o fluxo enquanto uma energia produtora que se utiliza na união das etapas produtivas sintéticas, de modo que o próprio “produzir” é fragmentado e integrado neste movimento, ocasionando a congruência entre ser objeto ao mesmo tempo que se é parte integrante da fabricação da produção deste dado produto – que se origina na ação de produzir.

Ainda de acordo com Deleuze e Guattari, “A regra de produzir sempre o produzir, de inserir o produzir no produto, é a característica das máquinas desejantes ou da produção primária: produção de produção. (DELEUZE; GUATTARI, pag.19, 2010)”, o que significa explicar que o processo inicial da produção, a *desejante*, é o próprio processo de fabricação desta dada finalidade, bem como o ato de ser máquina indica também a relação direta com outras máquinas.

É necessário salientar que a multiplicidade de produtos formalizados pela *produção desejante* encontra-se de forma direta e indireta nas sociedades-produtos¹⁰, como no caso das pós-colonizadas que tiveram seus processos formativos atravessados pelo estigma do poder em conjunto ao delírio ideológico da superioridade racial, que por sua vez quando prensados pelo capitalismo culminaram no atual processo necropolítico, no qual o produto final é a morte das pessoas racializadas, que se origina através da complexificação, através do brutalismo, da sociabilidade produzida dentro destes territórios produzidos pelo processo maquínico capitalista.

Simplemente, as formas de produção social implicam também uma parada improdutiva inengendrada, um elemento de antiprodução acoplado ao processo, um corpo pleno determinado como socius, que pode ser o corpo da terra, ou o corpo despótico ou, então, o capital. É dele que Marx diz: não é o produto do trabalho, mas aparece como seu pressuposto natural ou divino. Ele não se contenta, com efeito, em se opor às forças produtivas em si mesmas. Ele se assenta sobre toda a produção, constitui uma superfície na qual se distribuem as forças e os agentes de produção, de modo que se apropria do sobreproduto e atribui a si próprio o conjunto e as partes do processo, que, então, parecem emanar dele como de uma quase-causa. (DELEUZE; GUATTARI, pag.24, 2010)

10 Tipo de sociedades geradas pelo processo de produção desejante;

Segundos os autores, existe uma relação entre a *produção desejante* e a produção social que indica um processo de apropriação, do que eles chamam *antiprodução*, das forças produtivas. É neste sentido, que indicam a energia de fomento social como implicação ao que eles denominam uma *parada improdutiva*, enquanto elemento vinculado ao todo processual. Dessa forma, determina-se que o processo produtivo, carrega em si mesmo elementos contrários à corrente de fabricação.

Dado que a tal *parada improdutiva* está referenciada enquanto corpo pleno, de acordo com os autores, esta, forma uma superfície na qual toda produção se registra, parecendo ela mesma originar-se deste plano de registro. Neste sentido, o trabalhador associado à produção distancia-se cada vez mais de “seus” produtos, pois nunca o foram seus de verdade, não são partes de si, mas o sujeitam à objetificação. Ou seja, os sujeitos do trabalho capitalista são explorados e tem sua energia vital (potência produtiva) transferida ao valor do produto, que aumenta em detrimento da desumanização do trabalhador.

(...) A sociedade constrói o seu próprio delírio ao registrar o processo de produção; mas não é um delírio da consciência, ou melhor, a falsa consciência é consciência verdadeira de um falso movimento, percepção verdadeira de um movimento objetivo aparente, percepção verdadeira do movimento que se produz na superfície de registro. O capital é, sem dúvida, o corpo sem órgãos do capitalista, ou melhor, do ser capitalista. Mas, como tal, ele não é apenas substância fluida e petrificada do dinheiro: é que ele vai dar à esterilidade do dinheiro a forma sob a qual este produz dinheiro. Ele produz a mais-valia, como o corpo sem órgãos se reproduz a si próprio, floresce e se estende até aos confins do universo; encarrega a máquina de fabricar uma mais-valia relativa, ao mesmo tempo em que nela se encarna como capital fixo. E é no capital que se engancham as máquinas e os agentes, de modo que seu próprio funcionamento é miraculado por ele. É objetivamente que tudo parece produzido pelo capital enquanto quase-causa. (DELEUZE; GUATTARI, pag.24, 2010)

Para os autores, o processo produtivo condiciona o *delírio social*, na medida em que propaga-se e é percebido pela subjetividade projetada. O que significa dizer que o modo de pensar e experienciar a vida humana, no contexto da *máquina-social capitalista*, é fabricado pela *produção desejante*, que o expurga, sob expressão de condicionamento *ideal* para a consolidação e validação do ciclo vicioso da autoprodução de suas etapas. Para realizar e recriar o processo é preciso impor conjunturas para sua efetivação, incluindo a percepção de mundo e de si, ou seja, projetar subjetividades que “sirvam” aos fluxos operantes, para a realização dos objetivos da *produção desejante*. Neste sentido, os sujeitos são condicionados

a uma “falsa consciência”, através da real experiência de reconhecimento desta consciência. Dessa forma, a lógica delirante, introduz sentidos e crenças que, forçosamente, agem para a promoção dos fluxos, refletidos na superfície social.

Contudo, para os autores, não se trata de um “delírio de consciência” real, uma vez que a tomada de consciência se dá sobre o estado de afetação da “falsa consciência”, esta sim participa da realidade, observando o movimento sistematizado; admitindo-se que todo o processo se ampara no comportamento estipulado para tal, por meio da subjetividade projetada. Em seu movimento incessante, a fabricação da autoprodução que revela a sociedade capitalista enquanto projeto e também como agente produtor. Deste modo, a noção de capitalismo também pode ser entendida como produto, uma vez que mobiliza as subjetividades para o “exercício” do *capitalismo*. O capital, promoveria sua máquina social, orientando-a segundo seus objetivos e necessidades produtivas, objetivando realizar seus ciclos de autoprodução.

Neste sentido, é possível dialogar através de questões relativas às estruturas que perpassam a vida social, como o delírio sobre a hierarquização das diferenças – característica primordial da espécie humana – entre os sujeitos, o aumento das disparidades, evidentes no empobrecimento e esvaziamento do *Ser e* todas as formas de desumanização e impedimentos, sobretudo na crescente brutalidade das violências endêmicas urbanas¹¹. Esta máquina que promove as estruturas sociais, realiza suas etapas com o objetivo de viabilizar a *produção desejante*, e cada ação se relaciona ao grande fim de autorecriar-se. Acontece que cada movimento produz elementos, de forma que todo o processo torna-se produto de si para si.

Como diz Marx, no começo os capitalistas têm necessariamente consciência da oposição do trabalho e do capital, e do uso do capital como meio de extorquir sobretrabalho. Mas depressa se instaura um mundo perverso enfeitado, ao mesmo tempo em que o capital tem o papel de superfície de registro que se assenta sobre toda a produção (fornecer mais-valia, ou realizá-la, eis o direito de registro). “À medida que a mais-valia relativa se desenvolve no sistema especificamente capitalista e que a produtividade social do trabalho cresce, as forças produtivas e as conexões sociais do trabalho parecem destacar-se do processo produtivo e passar do trabalho para o capital. Assim, o capital se torna um ser bastante misterioso, pois todas as forças produtivas parecem nascer no seio dele e lhe pertencer” E, aqui, o que é especificamente capitalista é o papel do dinheiro e o uso do capital como corpo

11 Enquanto problemas sociais de ordem estrutural, fundamentados através de preconceitos, como o racismo, machismo e capacitismo, por exemplo.

pleno para formar a superfície de inscrição ou de registro. (DELEUZE; GUATTARI, pag.24, 2010)

Segundo o exposto, a superfície social na qual incidem os agentes do capital, demonstra sua relação, de causa e efeito, com as forças de produção. Os autores, reconhecem que o “dinheiro”, enquanto produto conceitual, aparece como mera representação característica do capitalismo. De fato, pode-se dizer, que neste arranjo sistematizado, o termo dinheiro articula o imaginário subjetivo às realidades produzidas, desenvolvendo ainda mais produtos para o exercício de sua era. Não muito distante da realidade dos autores, este termo ainda condicionaria vidas, numa perspectiva mortal.

Para os pensadores, em Karl Marx o sujeito capitalista – observado no contexto histórico e político do autor – reconhece a função e objetivos do trabalho neste sistema, como antagonismo ao *capital* e seus objetivos. Uma Vez que ele funciona também como objeto de extração de sobretrabalho, por seu caráter exploratório, entendê-lo demanda compreender as formas como ele sintetiza o trabalho. O “fato perverso” indicado, sugere que a reflexão crítica sobre a realidade do *capitalismo social* representar a própria superfície na qual se promovem as atividades elencadas.

Ao observar a primeira síntese, a conectiva, nota-se a fabricação de uma superfície para que a produção possa ter um local de estabelecimento, o que permite-nos associar a *síntese conectiva* à existência e manutenção do *capital*, incluindo suas forças produtivas. Para aprofundar, pode-se entender a existência da superfície na qual operam as máquinas sociais como uma espécie de local de “encantamento”, onde as relações assumem seus papéis e objetivos como num transe hipnótico que incide sobre todo o movimento necessário para a expressão dos fluxos e conexões. Tal dinâmica se dá de forma aparente, e a tomada de consciência sobre a mesma é real, muito embora toda sua articulação seja determinada pela subjetividade-produto subserviente às necessidades de operação do sistema, impondo os sentidos e significados pertinentes à realização do *máquina-social*, como a ideia de *dinheiro*.

A segunda síntese, “disjuntiva ou produção de registro” (DELEUZE; GUATTARI, pag.26, 2010), recebe as conexões produtivas em forma de produto, submetendo-as a uma nova lógica estrutural determinada pelo registro da produção. Contudo, o “movimento objetivo aparente” não consegue demonstrar a ação de registro tal como ela se desenvolve,

por conta da atividade do projeto de consciência em vigor. Num geral, a passagem da *síntese conectiva* (produção) para a *disjuntiva* (registro) reformula as regras de atuação de seus mecanismos, de forma que a certeza acerca das etapas do primeiro processo não pressupõe a mesma dinâmica no segundo.

A síntese disjuntiva de registro vem, portanto, recobrir as sínteses conectivas de produção. Como processo de produção, o processo se prolonga em procedimento como procedimento de inscrição. Ou melhor, se denominarmos libido o “trabalho” conectivo da produção desejante, devemos dizer que uma parte dessa energia se transforma em energia de inscrição disjuntiva (Numen). Transformação energética. (DELEUZE; GUATTARI, pag.27, 2010)

Dessa forma, a *síntese disjuntiva* subscreve os elementos, recém saídos de seus caminhos de fabricação, mas o faz sob o domínio de uma nova lógica estrutural¹², apoiada pelas subjetividades criadas na primeira síntese. Sendo assim, os produtos são categorizados em função da finalidade de registro, que forma também as vias para o processo de consumo destes produtos.

Neste sentido, a terceira síntese, *conjuntiva* ou produção de consumo, pode ser reconhecida enquanto produto de sua etapa anterior, que fora comentada nos parágrafos anteriores, onde nota-se o consumo como principal objeto a se propiciado. Sendo assim, a produção da produção envolve ainda as três sínteses mencionadas: conectiva, disjuntiva e conjuntiva. De forma que pode-se concluir que a relação¹³ entre elas é de cadeia constitutiva, sendo que a primeira fundamenta a formação e prosseguimento da segunda e assim se faz com a terceira, de modo que todas elas se expressam enquanto produtos.

1.3. *Máquina social*: produto e superfície de registro

12 (...) É que, imperceptivelmente, passamos para um domínio da produção de registro, cuja lei não é a mesma que a da produção de produção. A lei desta era a síntese conectiva ou acoplamento. Mas quando as conexões produtivas passam das máquinas ao corpo sem órgãos (como do trabalho ao capital), dir-se-ia que elas são submetidas a uma outra lei, a que exprime uma distribuição em relação ao elemento não produtivo enquanto “pressuposto natural ou divino” (as disjunções do capital). (DELEUZE; GUATTARI, pag. 24-25, 2010)

13 (...) Conforme o sentido da palavra “processo”, o registro se assenta sobre a produção, mas a produção de registro, ela mesma, é produzida pela produção de produção. Do mesmo modo, o consumo sucede ao registro, mas a produção de consumo é produzida pela e na produção de registro. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 30, 2010)

De acordo com os autores, o plano superficial de inscrição dos registros não atua segundo determinações fixas, ou seja, a utilidade das relações produtivas são desenvolvidas caso a caso, desempenhando o papel necessário à manutenção da autoprodução sistematizada, executando suas potencialidades exclusivamente em função da *produção desejante*. Desta forma, os *corpos* incorporados à exploração são transformados em produtos não intencionados, prostados ao lado das máquinas desejantes, pois é resíduo da ação dos fluxos e descontinuidades formativas das sínteses produtivas. Este ser esvaziado é assimilado por essa ordem subjetiva que paira sobre a superfície.

(...)É que, na superfície de inscrição, algo da ordem de um sujeito se deixa assinalar. É um estranho sujeito, sem identidade fixa, errando sobre o corpo sem órgãos, sempre ao lado das máquinas desejantes, definido pela parte que toma do produto, recolhendo em toda parte o prêmio de um devir ou de um avatar, nascendo dos estados que ele consome e renascendo em cada estado. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 30, 2010)

Os autores, em acordo com suas referências de fundamentação, consideram que os devires podem expressar um “fluxo de si” em relação à *produção desejante*, de forma “que toda produção desejante já é imediatamente consumo e consumação, logo ‘volúpia’. Contudo, ela não o é ainda para um sujeito, que só pode se situar através das disjunções de uma superfície de registro, nos restos de cada divisão” (DELEUZE; GUATTARI, pag. 30, 2010). Dessa forma, as relações humanas também estão condicionadas ao grande processo de autoprodução propiciados pela *produção desejante*.

(...) Do mesmo modo que uma parte da libido, como energia de produção, se transformou em energia de registro (Numen), uma parte desta se transforma em energia de consumo (Voluptas). É esta energia residual que anima a terceira síntese do inconsciente, a síntese conjuntiva do “então é...”, ou produção de consumo. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 31, 2010)

Os movimentos, as ações e sensações, dentre outras experiências sensoriais, fazem parte da rede de programação funcional que capta a realidade física e imaginativa do corpo (social) produzido pela *máquina-social capitalista*, como “energia de produção”, transformada em registro, consumo e dejetos.

A *síntese do inconsciente* diz respeito a essa subjetividade produzida para o engajamento do sistema e sua autofabricação. O delírio sobre os conceitos-produtos que conduzem os caminhos sociais depende de toda uma construção imaginária; segundo os autores, existe uma relação entre as máquina-paranóica, máquina-miraculante e máquina-celibatária, no que concerne ao desenvolvimento do sujeito produzido. A subjetividade transita entre o delírio sobre a aparência e a falsa necessidade diante da *síntese conjuntiva*.

Neste sentido, um sujeito residual¹⁴, que se confunde com a produção de consumo, é parasitado pelo inconsciente produtivo – impossível não remetes aos sujeitos condicionados enquanto tais pela ação do capitalismo e sua força mortal – e se confunde, justamente, com a etapa da produção do consumo¹⁵.

(...) Porque, de fato, desde que nos colocam no Édipo, desde que nos comparam com Édipo, tudo se resolve, suprimindo-se a única relação autêntica que era a de produção. A grande descoberta da psicanálise foi a da produção desejante, a das produções do inconsciente. Mas, com o Édipo, essa descoberta foi logo ocultada por um novo idealismo: substituiu-se o inconsciente como fábrica por um teatro antigo; substituíram-se as unidades de produção inconsciente pela representação; substituiu-se o inconsciente produtivo por um inconsciente que podia tão somente exprimir-se (o mito, a tragédia, o sonho...) (DELEUZE; GUATTARI, pag. 40, 2010)

Entende-se o *Édipo* como a corrente psicanalista a qual os autores desejam antagonizar-se, mas não adentraremos nesta dicotomia, interessa-nos apenas investigar a sequência lógica que expressa a *máquina-social capitalista* no que se refere a produção de suas etapas e toda dinâmica observável, para contextualizar alguns de seus produtos e ações que reverberam terror na atualidade destes processos – o que será desenvolvido de forma mais aprofundada no próximo capítulo, em articulação ao pensamento de Achille Mbembe. Dessa

14 (...) Empreguemos o nome de “máquina celibatária” para designar essa máquina que sucede à máquina paranoica e à máquina miraculante, formando uma nova aliança entre as máquinas desejantes e o corpo sem órgãos, em prol do nascimento de uma humanidade nova ou de um organismo glorioso. Isso equivale a dizer que o sujeito é produzido como um resto, ao lado das máquinas desejantes, ou que ele próprio se confunde com essa terceira máquina produtora e com a reconciliação residual que ela opera: síntese conjuntiva de consumo, sob a forma maravilhosa de um “Então era isso!”. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 39, 2010)

15 (...) Com efeito, o delírio qualifica o registro que recolhe o processo de produção das máquinas desejantes; e, embora seja dotado de sínteses e afecções próprias, como acontece na paranoia e até nas formas paranoicas da esquizofrenia, ele não constitui uma esfera autônoma, mas é segundo em relação ao funcionamento e às falhas das máquinas desejantes. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 39, 2010)

forma, retomando a filosofia de Deleuze e Guattari, o inconsciente produtivo substituído pelo “teatro antigo” demonstra a instauração da ficção social que permite tal desenrolar processual.

(...) De certa maneira, a lógica do desejo não acerta seu objeto desde o primeiro passo, aquele da divisão platônica que nos faz escolher entre produção e aquisição. Assim que colocamos o desejo do lado da aquisição, fazemos dele uma concepção idealista (dialética, niilista) que o determina, em primeiro lugar, como falta, falta de objeto, falta do objeto real. É verdade que o outro lado, o lado “produção”, não é ignorado. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 41, 2010)

Este desenrolar processual produz, de certa forma, um falso desejo, que na verdade retomar o pressuposto de que a própria realidade percebida é desconexa, desajustada e percebida, verdadeiramente, pela mente-produto e suas imagens ilusórias. Trata-se da origem da necessidade, do desejo, em seu sentido kantiano, conforme referenciado¹⁶ pelos autores, de existir através de seus sentidos (representação) e ser causa de suas realidades apreendidas pelos sentidos. Segundo os autores, em comentário a esta concepção, pode-se reconhecer as relações de causa e efeito que promovem o ambiente externo à consciência, mas não há impedimentos para a vontade, a crença no desejo interiorizada no sujeito, que busca sempre ser objeto central no “movimento aparente”.

Para Deleuze e Guattari, o produto¹⁷ fabricado pelo desejo opera na realidade psíquica e sua falta como sintoma de necessidade demonstra que o objeto factual que inspira o desejo relaciona-se às sugestões deturpadas das imagens representadas no pensamento. Neste sentido, há um condicionamento mental comum a todos os sujeitos que compartilham a *máquina-social* e o desejo sobrepõe um mundo imaginário sobre o que de fato existe, duplicando-o.

16 (...) Coube mesmo a Kant operar uma revolução crítica na teoria do desejo ao defini-lo como “a faculdade de ser, pelas suas representações, causa da realidade dos objetos dessas representações”. Mas não é por acaso que, para ilustrar essa definição, Kant invoca as crenças supersticiosas, as alucinações e os fantasmas: sabemos bem que o objeto real só pode ser produzido por uma causalidade e mecanismos externos, mas esse saber não nos impede de acreditar na potência interior do desejo de engendrar seu objeto, mesmo que sob uma forma irreal, alucinatória ou fantasmática, e de representar essa causalidade no próprio desejo. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 41-42, 2010)

17 (...) Se o objeto é produzido pelo desejo, sua realidade, portanto, é a realidade psíquica. Então, podemos dizer que, no essencial, a revolução crítica nada altera: essa maneira de conceber a produtividade não põe em questão a concepção clássica do desejo como falta, mas se apoia nela, escora-se nela, contentando-se em aprofundá-la. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 42, 2010)

(...) se o desejo é falta do objeto real, sua própria realidade está numa “essência da falta” que produz o objeto fantasmático. Concebido assim como produção, mas produção de fantasmas, o desejo foi perfeitamente exposto pela psicanálise. No nível mais baixo da interpretação, isso significa que o objeto real que falta ao desejo remete, por sua vez, a uma produção natural ou social extrínseca, ao passo que o desejo produz intrinsecamente um imaginário que vem duplicar a realidade, como se houvesse “um objeto sonhado atrás de cada objeto real” ou uma produção mental atrás das produções reais. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 42, 2010)

Mesmo se assemelhando às mais diversas características da realidade, os “fantasmas” (projeções do real), ainda que verossímeis, não passam de mecanismos para o espetáculo de sobreposição e produção das ilusões, em evidenciando sua relação como a *produção desejante*. Por conseguinte, ao considerar a subjetividade produzida como consciente, sua atuação projeta um mundo fictício, de forma que pode-se concluir que as ilusões fantasmagóricas muitas vezes se confundem com a realidade de fato, tornando os sujeitos fantoches da sistematização. Nesta dinâmica parece ser extremamente difícil se desvencilhar das afetações irreais.

Mais uma vez, o que se diz é que existe um mundo de representações ilusórias¹⁸ que se percebe em concomitância ao mundo que pode ser dito real, estes fantasmas podem confundir o sujeito, que já está em estado de transe, com relação ao seu processo cognitivo fabricado. Segundo os autores, esta ilusão representativa é produzida pelo desejo e se intensifica mediante a produção da “falta de” que se expressa através da necessidade.

Em suma, quando se reduz a produção desejante a uma produção de fantasma, contentamo-nos em tirar todas as consequências do princípio idealista que define o desejo como uma falta, e não como produção, produção “industrial”. Clément Rosset diz muito bem: sempre que se insiste numa falta que faltaria ao desejo para definir o seu objeto, “o mundo se vê duplicado por um outro mundo, seja qual for, segundo este itinerário: o objeto falta ao desejo; logo, o mundo não contém todos os objetos, falta-lhe pelo menos um, o do desejo; logo, existe um objeto, alhures, que contém a chave do desejo (um, que falta ao mundo)”. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 43, 2010)

18 (...) mesmo quando o fantasma é interpretado em toda a sua extensão, não mais como um objeto, mas como uma máquina específica que põe em cena o desejo, essa máquina é apenas teatral, e deixa subsistir a complementaridade do que ela separa: então, a necessidade é que é definida pela falta relativa e determinada do seu próprio objeto, ao passo que o desejo aparece como aquilo que produz o fantasma e produz a si próprio separando-se do objeto, mas também reduplicando a falta, levando-a ao absoluto, fazendo dela uma “incurável insuficiência de ser”, “uma fal ta-de-ser que é a vida”. Disso deriva a apresentação do desejo como apoiado nas necessidades, mantendo-se a produtividade do desejo sobre o fundo das necessidades e da sua relação de falta com o objeto (teoria do apoio). (DELEUZE; GUATTARI, pag. 42-43, 2010)

Para Deleuze e Guattari, o desejo incide na realidade como o conjunto de *sínteses passivas*, relacionadas como unidades produtivas; conseqüentemente, a ele “nada falta¹⁹” em suas formas, sentidos ou referências, mas é o humano “que falta ao desejo, ou é ao desejo que falta sujeito fixo; só há sujeito fixo pela repressão. O desejo e o seu objeto constituem uma só e mesma coisa: a máquina, enquanto máquina de máquina.”(DELEUZE; GUATTARI, pag. 43, 2010). Logo, o desejo é um fator produtivo, não origem, falta ou substância de algo.

Desta maneira, não havendo faltas ao desejo, os autores promovem que são as necessidades que se amparam nele, enquanto produtor de realidade, garantem as condições para suas derivações. Sendo assim, a falta pode ser enxergada como um efeito da realidade do desejo, ou seja, a produção não se fundamenta na lógica da falta, não é ela o gatilho que impulsiona o capitalismo.

(...) Como diz Marx, não há falta, o que há é paixão como “ser objeto natural e sensível”. Não é o desejo que se apoia nas necessidades; ao contrário, são as necessidades que derivam do desejo: elas são contraproduzidas no real que o desejo produz. A falta é um contrafeito do desejo, depositada, arrumada, vacuolizada no real natural e social. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 44, 2010)

A falta se organiza na produção social²⁰, é fabricada como antiprodução e se apropria das forças produtivas, não sendo causa primeira do processo investigado, mas aproveitando-se dele para propagar-se, mesmo sem sua necessidade, dado que a produção conseguiria abarcar a todos. Os autores chegam a denunciar que essa organização privilegia a manutenção do sistema de classes, que, segundo eles, operam em função do vazio econômico, que por sua vez organiza a falta mesmo diante de toda prosperidade produtiva.

19 (...) Se o desejo produz, ele produz real. Se o desejo é produtor, ele só pode sê-lo na realidade, e de realidade. O desejo é esse conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais, os fluxos e os corpos, e que funcionam como unidades de produção. O real decorre disso, é o resultado das sínteses passivas do desejo como autoprodução do inconsciente. Nada falta ao desejo (...) O desejo é máquina, o objeto do desejo é também máquina conectada, de modo que o produto é extraído do produzir e algo se destaca do produzir passando ao produto e dando um resto ao sujeito nômade e vagabundo. O ser objetivo do desejo é o Real em si mesmo. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 43, 2010)

20 A falta é arrumada, organizada, na produção social. É contraproduzida pela instância de antiprodução que se assenta sobre as forças produtivas e se apropria delas. Ela nunca é primeira: a produção nunca é organizada em função de uma falta anterior; a falta é que vem alojar-se, vacuolizar-se, propagar-se de acordo com a organização de uma produção prévia. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 46, 2010)

(...) É arte de uma classe dominante essa prática do vazio como economia de mercado: organizar a falta na abundância de produção, descarregar todo o desejo no grande medo de se ter falta, fazê-lo depender do objeto de uma produção real que se supõe exterior ao desejo (as exigências da racionalidade), enquanto a produção do desejo é vinculada ao fantasma (nada além do fantasma). (DELEUZE; GUATTARI, pag. 46, 2010)

Parece-nos, diante de toda articulação dos autores até aqui, que o capitalismo produz a sociedade como sua superfície de produção para todas as etapas de seu processo e no que concerne à experiência subjetiva, torna-se propiciador das diferenças de classe, que agem enquanto produtos e finalidade. Ainda sobre este ponto, nota-se que a manutenção das estruturas sociais cria o ambiente perfeito para a dominação; de acordo com o que se diz, as dificuldades também se evidenciam como produtos e agem num dinâmica colaborativa à disseminação dos fantasmas.

Assim, as formas de reprodução social capitalista, considerando sobretudo a maximização da brutalidade de seus desdobramentos condicionais, são produzidas pelo desejo, derivam-se dele para a formação de sobreposições das realidades, o que pode-se relacionar ao histórico aumento exponencial das violências estruturais, que atravessam a contemporaneidade das experiências sociais produzida por esta máquina. Ou seja, as realidades sociais são projetadas pela ação da *maquina-social-capitalista*, de acordo com os autores, atuando e sendo percebidas enquanto produtos que são, expressam-se em subprodutos que de potencial transformador, promovendo fluxos de continuidade para o grande ciclo vicioso da produção. Para os autores, existem “(...) tão somente o desejo e o social, e nada mais. Mesmo as mais repressivas e mortíferas formas da reprodução social são produzidas pelo desejo, na organização que dele deriva sob tal ou qual condição que deveremos analisar.” (DELEUZE; GUATTARI, pag. 46, 2010)

O que se diz é sobre como o desejo implica e transforma os contextos através de arranjos subjetivos formulados para responder e condicionarem-se, como a manipulação²¹ das

21 (...) Eis porque o problema fundamental da filosofia política é ainda aquele que Espinosa soube levantar (e que Reich redescobriu): “Por que os homens combatem por sua servidão como se se tratasse da sua salvação?”. Como é possível que se chegue a gritar: mais impostos! Menos pão! Como diz Reich, o que surpreende não é que uns roubem e outros façam greve, mas que os famintos não roubem sempre e que os explorados não façam greve sempre: por que os homens suportam a exploração há séculos, a humilhação, a escravidão, chegando ao ponto de querer isso não só para os outros, mas para si próprios? Nunca Reich mostra-se maior pensador do que quando recusa invocar o desconhecimento ou a ilusão das massas para explicar o fascismo, e exige uma explicação pelo desejo, em termos de desejo: não, as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo

massas, os projetos de miséria e morte, todas essas ações se relacionam a reações, considerando um processo em cadeia que determina as realidades, mas não somente do ponto de vista de cada subjetividade, mas ainda perceber que cada expressão de vida, diante da lógica da produção capitalista, é reduzida a uma peça, uma engrenagem, não necessariamente importante, mas com exatamente a função de fluidez necessária a continuidade dos processos produtivos. Neste sentido, a “(...) repressão social que incide sobre a produção desejante não afeta em nada nosso princípio: o desejo produz real, ou a produção desejante não é outra coisa senão a produção social. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 48, 2010), mas tal constatação não representa a concepção de uma “existência particular” do desejo e suas relações, como se ele pudesse apropriar-se da experiência material através de uma subjetividade-produto, por outra via, o que se diz é sobre como as máquinas desejantes promovem “fantasmas de grupo²²” que se expressam, não apenas no exercício da centralização do poder em forma de controle social mas, através do condicionamento psicossocial que culmina na formação da identidade, enquanto sugestão sobreposta, camuflada, operada por mecanismos subconscientes. Ainda, enquanto produto, a desordem é mais um objeto criado para a continuidade da *produção desejante*.

(...) Mas entre as duas, entre as máquinas desejantes e as máquinas sociais técnicas, nunca há diferença de natureza. Há certamente uma distinção, mas apenas uma distinção de regime, segundo relações de grandeza. São as mesmas máquinas, mas com regimes diferentes; e é isso que os fantasmas de grupo mostram. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 48, 2010)

Com isso, objetiva-se neste comentário sobre o primeiro capítulo de *O anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia* (2010) de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que a noção de *máquina social* relaciona o movimento aparente dos processos à incidência de seus produtos, sendo ela mesma objeto. Tal observação busca alcançar implicações entre as *máquinas*

num certo momento, em determinadas circunstâncias, e é isso que é necessário explicar, essa perversão do desejo gregário. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 46, 2010)

22 (...) As máquinas desejantes não são máquinas fantasmáticas ou oníricas que se distinguiriam das máquinas técnicas e sociais, e que viriam duplicá-las. Os fantasmas são antes expressões segundas que derivam da identidade de dois tipos de máquinas em um dado meio. Ademais, o fantasma nunca é individual; é fantasma de grupo, como soube mostrar a análise institucional. E se há dois tipos de fantasmas de grupo, é porque a identidade pode ser lida em dois sentidos, conforme as máquinas desejantes sejam apreendidas nas grandes massas gregárias que elas formam, ou conforme as máquinas sociais sejam relacionadas às forças elementares do desejo que as formam. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 48, 2010)

desejantes e as *máquinas sociais*, possibilitando entendê-las como agentes, que estruturam e propiciam a culminância de diversas formas viabilizadas pela produção. Ao se considerar a realidade e atualidade destas estruturas, objetivamos contextualizar o problema acerca da atuação da *máquina social capitalista*, segundo a percepção dos autores, no que diz respeito aos condicionamentos impostos pelo seu exercício. Uma experiência de horror.

Por conseguinte, busca-se amparar este primeiro momento da proposta dissertativa ao entendimento sobre o conceito de *máquina-social capitalista* e seus impactos através da realização de processos de fabricação que desenvolvem não só uma sistematização global que se desdobra em condicionamentos políticos, sociais e econômicos, mas em produtos de controle social, expressados através de sínteses e etapas que viabilizam e amplificam a *produção desejante*; como evidências, referenciam-se *fatores como perseguições, genocídios, adoecimento físico e mental das populações vulneráveis* e muitas formas de degradação e desumanização, transformação do humano em mais um objeto que serve apenas aos interesses do capitalismo – como já sinalizado, esta questão será aprofundada no próximo capítulo.

Contudo, vale ressaltar a forma como os autores exemplificam a atuação da *produção desejante* nas confecções artísticas desenvolvidas no contexto capitalista, como produtos, ainda que desconfigurados de seus conceitos iniciais e tornados novos objetos pelo artista²³. No tocante à lógica de atuação das sínteses *conectiva*, *disjuntiva* e *conjuntiva*, é possível identificar que a ideia de produção é apresentada na primeira etapa e já na segunda etapa é permitido que seu entendimento inicial seja interpretado e/ou reformulado conforme os interesses que convergem para a manutenção dos processos da *produção desejante*; dessa forma, as expressões artísticas participam de todas as etapas, mas é a subjetividade que, de fato, as realiza, uma vez considerado que a ideia conceitual de “arte” está sobreposta às suas diversas formas de concretização.

Com o objetivo de instrumentalizar o debate sugerido pelos autores da obra em comento, buscou-se refletir através das possibilidades convencionadas pela primeira síntese, comparando-as à multiplicidade de ressignificações e perspectivas apresentadas durante a

23 (...) O artista é o senhor dos objetos; integra na sua arte objetos partidos, queimados, estragados, para submetê-los ao regime das máquinas desejantes, nas quais o desarranjo faz parte do próprio funcionamento; ele apresenta máquinas como outras tantas máquinas técnicas, pronto a minar as máquinas técnicas com máquinas desejantes. Mais ainda: a própria obra de arte é uma máquina desejante. O artista acumula o seu tesouro para uma explosão próxima, razão pela qual ele acha que as destruições, na verdade, não advêm com suficiente rapidez. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 48, 2010)

segunda síntese, que realiza transformações estruturais de desdobramentos concomitantes incertos e determinados, ou seja, não se pode prever as ações que resultarão da transmutação desejante mas, certamente, ocorrerão alinhadas ao objetivo final da *produção desejante*: produzir a si mesmo – proponho, respeitosamente.

A produção artística representaria, então, a transição entre os processos, da formulação do conceito como objeto ao seu registro, valoração (sobretudo através da ação das subjetividades-produtos, como o dinheiro) e consumo. Neste sentido, a concepção de um objeto artístico requer pensar em seu potencial produtivo e em sua atuação objetiva, mobilizando e reorganizando matérias e ideias fabricadas pela própria *produção desejante*.

(...) A arte utiliza frequentemente essa propriedade, criando verdadeiros fantasmas de grupo que curto-circuitam a produção social com uma produção desejante, e introduzem uma função de desarranjo na reprodução de máquinas técnicas, como os violinos queimados de Arman, os carros comprimidos de César. Ou ainda, o método de paranoia crítica de Dalí que faz explodir uma máquina desejante num objeto de produção social. Já Ravel preferia o desarranjo ao desgaste, e substituí-a o ralentar ou a extinção gradual por paradas bruscas, hesitações, trepidações, falhas, quebrasuras. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 48, 2010)

Ressalta-se que, segundo os autores, as *máquinas desejantes* são técnicas e sociais concomitantemente e expressam o “lugar original” de uma espécie de recalçamento, enquanto produto e potência de produção, relacionado à fabricação de outros similares, como as opressões que operam nos espaços sociais e toda forma de afetação projetada, “(...) porque as máquinas técnicas não são uma categoria econômica, e remetem sempre a um socius ou máquina social (...) que condiciona essa reprodução (...) uma máquina técnica não é causa, mas apenas índice (...) da produção social” (DELEUZE; GUATTARI, pag. 51, 2010).

Neste sentido, é possível observar que o sistema capitalista é representado enquanto *máquina social*, segundo a referência utilizada, esta, é promovida pela *produção desejante*, que por sua vez garante os condicionamentos necessários a sua realização, com objetivo de autoproduzir-se. Sendo assim, o inconsciente produzido neste arranjo obedece tais princípios, desenvolvendo-se em prol do grande ciclo convencionado.

(...) duas maneiras constituem a autoprodução do inconsciente como ciclo. Podemos dizer que toda produção social decorre da produção desejante em condições

determinadas: primeiro, o Homo natura. Mas devemos dizer também, e mais exatamente, que a produção desejante é primeiramente social, e só no final tende a libertar-se (primeiro, o Homo historia). É que o corpo sem órgãos não é dado por si mesmo numa origem, para ser depois projetado nos diferentes tipos de socius, como se um grande paranoico, chefe da horda primitiva, estivesse na base da organização social. A máquina social ou socius pode ser o corpo da Terra, o corpo do Déspota, o corpo do Dinheiro. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 51, 2010)

Sugere-se a citação acima, onde é possível desenvolver as relações descritas no parágrafo que a antecede. Dessa forma, nesta primeira edição, os autores buscaram enfatizar duas vias interpretativas para a autoprodução do inconsciente como um sistema cíclico, dado que ela decorre da *produção desejante*, mas também atua nos procedimentos da *máquina social*, considerando-se fator indissociável da autoprodução de todas as categorias produtivas. Parece ser possível compreender que esta data “subjetividade produto” participa do grande ciclo não só como objeto fabricado pela *síntese conectiva*, mas seus fluxos de atuação também determinam caminhos e afetações que agem em acordo e para a própria convenção de implicações direcionadas à reprodução infinita de fundamentos (amplamente questionáveis) e fatores estruturantes como produto da *máquina social*, que é em si mesma objeto da *produção desejante*, que não deixa de ser, em primeira instância, uma *produção social*, pois está assentada sob o social (território, comunidade, cultura, ética, política, moral, dentre outras expressões) enquanto superfície de incidência e acolhimento de todo deslocamento para sua realização infindável.

Neste sentido, as múltiplas expressões do condicionamento subjetivo assimilam ideias e promovem sistematizações que também impactam no exercício produtivo, participando do movimento autodeterminado cíclico, tal como a execução de um manual minunciosamente articulado para uma finalidade: permitir e auxiliar a *produção desejante* em sua autoprodução.

Torna-se possível relacionar o projeto de colonização ocidental à realização objetiva promovida pelo *inconsciente produtivo*. O mesmo sentido pode ser aplicado aos processos como a racialização, escravização e aculturação dos povos originários, bem como aos apagamentos históricos, dentre outros.

(...) Quando a máquina territorial primitiva deixou de ser suficiente, a máquina despótica instaurou uma espécie de sobrecodificação. Mas a máquina capitalista, à medida que se estabelece sobre as ruínas mais ou menos longínquas de um Estado

despótico, encontra-se numa situação totalmente nova: a descodificação e desterritorialização dos fluxos. Não é de fora que o capitalismo enfrenta essa situação, pois ele vive dela, nela encontra tanto a sua condição como a sua matéria, e a impõe com toda sua violência. É este o preço da sua produção e repressão soberanas. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 51, 2010)

De acordo com os pensadores em questão, os fluxos das *máquinas territoriais* são descodificados²⁴ pela ação impositiva da *máquina despótica*, que desenvolve e processa a concentração arbitrária do poder; tal como o construto de ação subjetiva “negro”, enquanto objeto promovido, justamente, através da consciência e arranjos inconscientes, fundamentados em crenças e preconceitos originados nas formas de deturpação das realidades aparente, como o delírio sobre a superioridade racial²⁵ (do homem branco ocidental perante qualquer forma de vida no, inclusive, do planeta Terra como um todo orgânico).

Diante do exposto, é possível a proposição de que as formas de organização social são demandadas pelo exercício de máquinas, tais como a territorial e que os desdobramentos do acúmulo do poder incidem em formas de controle que se desenvolvem através da esfera subjetiva. Ideias, conceitos e convenções, por exemplo, são produtos que servem para condicionar e articular os meios para os fins capitalistas²⁶. Acontecimentos como regimes totalitários, genocídios, bem como a marginalização e vulnerabilidade, trabalham para a realização de interesses da dominação da economia complexada e configuram-se objetos no ciclo do dinheiro. Por conseguinte, o sistema capitalista, enquanto ideia, é design objetivo e produtivo.

24 Mesmo a partir da compreensão do conceito de *máquina*, trabalhado pelos autores, como um meio processual que considera atuações e objetivos diretos e indiretos, não se anula a abertura para questionar sua utilização para categorizar a produção da concentração arbitrária do poder como um produto que, por sua vez, produz outros iguais como a morte, o racismo, o machismo e tantas outras ideias que se originam através de seu exercício desumanizador. O que me faz pensar sobre como a tirania se estabelece através da ação da subjetividade projetada, segundo os conceitos desenvolvidos pelos autores, o que não diminui a responsabilidade por ações criminosas. O que digo é que mesmo que a *produção desejante* condicione a *máquina despótica*, seus impactos criminosos não podem ser anulados ou distorcidos. (nota para aprofundamento das ideias concebidas através da análise textual)

25 Como produto subjetivo que se expressa em convicções racistas, supremacistas e ideológicas, com a finalidade de legitimar e estruturar o poder econômico através da hierarquização das diferenças humanas. (Livre interpretação)

26 (...) O capitalismo instaura ou restaura todos os tipos de territorialidades residuais e factícias, imaginárias ou simbólicas, sobre as quais ele tenta, bem ou mal, recodificar, reter as pessoas derivadas das quantidades abstratas. Tudo repassa ou regressa, os Estados, as pátrias, as famílias. É isto que faz do capitalismo, na sua ideologia, “a pintura mesclada de tudo aquilo em que se acreditou”. O real não é impossível, ele é cada vez mais artificial. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 52, 2010)

Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 53, 2010)

Diante disto, como consequência da sistemática proposta, os arranjos e desconstruções se articulam reativamente, e em cada ação se origina uma potência de acumulação. É o trabalho de cada máquina que promove suas relações; contudo, o trabalho de cada uma se dá de forma independente – o encontro entre novas máquinas e os produtos é casualmente necessário, nesta lógica, mas não desvincula-se do acaso. O *sistema de cortes*²⁷ é expressão conceitual sobre o funcionamento das máquinas e os autores chegam a enfatizar a engenhosidade da concepção de que uma máquina está contida em outra e opera através de seus fluxos.

Neste sentido, segundo Deleuze e Guattari, nesta obra específica, toda máquina advém de outra máquina²⁸, que por sua vez relaciona-se a uma terceira. De modo geral, a máquina é em si o meio para cortar a ligação a uma outra igual, a quem se conecta e esta mesma também promove condições para a continuidade de sua produção; esta sistematização é tida pelos autores como a *lei da produção da produção*²⁹, conectando e desacoplando fluxos e funcionalidades, conforme “seus” interesses.

27 (...) Uma máquina se define como um sistema de cortes. Não se trata de modo algum do corte considerado como separação da realidade; os cortes operam em dimensões variáveis segundo a característica considerada. Toda máquina está, em primeiro lugar, em relação com um fluxo material contínuo (hylê) que ela corta. Funciona como uma máquina de cortar presunto: os cortes operam extrações sobre o fluxo associativo. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 54, 2010)

28 (...) É que, como vimos, toda máquina é máquina de máquina. A máquina só produz um corte de fluxo se estiver conectada a outra máquina que se supõe produzir o fluxo. Sem dúvida, esta outra máquina, por sua vez, é na realidade corte, mas ela só o é em relação a uma terceira máquina que produz idealmente, ou seja, relativamente, um fluxo contínuo infinito. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 55, 2010)

29 (...) Em suma, toda máquina é corte de fluxo em relação àquela com que está conectada, mas ela própria é fluxo ou produção de fluxos em relação àquela que lhe é conectada. É esta a lei da produção de produção. Por isso, no limite das conexões transversais ou transfinitas, o objeto parcial e o fluxo contínuo, o corte e a conexão se confundem num só — em toda parte cortes-fluxos de onde o desejo irrompe, que são a sua produtividade e que sempre implantam o produzir no produto (é muito curioso que Melanie Klein, na sua profunda descoberta dos objetos parciais, tenha negligenciado, a esse respeito, o estudo dos fluxos e os declare sem importância: ela provoca, assim, um curto-circuito em todas as conexões). (DELEUZE; GUATTARI, pag. 55, 2010)

Neste ponto de reflexão, diante da obra, os autores indagam sobre como as etapas processuais se apropriam³⁰ da humanidade desde o início da vida; de que forma os cursos sintetizam novas existências para a continuidade de seus movimentos, transformando-as em produtos finais executados em suas etapas e processo de manutenção.

(...) Em segundo lugar, toda máquina comporta um tipo de código que se encontra maquinado, estocado nela. Esse código é inseparável não só de seu registro e de sua transmissão nas diferentes regiões do corpo, como também do registro de cada uma das regiões em suas relações com as outras. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 57, 2010)

Ser máquina de máquina, não apenas, mas ser conexão e desconexão. (...) A extração de fluxos implica o desligamento da cadeia; e os objetos parciais da produção (...) coexistência e interação de todas as sínteses. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 59, 1972). Esta é a segunda característica das máquinas, segundo os autores – permitam-me, então, o ensaio interpretativo a seguir –, pode revelar evidências de limitações nas relações maquinicas, é forçoso que “tudo” não represente unicamente “máquinas de máquinas conectadas por fluxos e decodificações”, mas a proposta deleuze-guattariana pode colaborar para a visualização da imagem confusa de um caos sistematizado, uma “desordem ordenada”, etapas do capitalismo. Há ainda uma terceira síntese, artrelada à produção de registros, O terceiro corte da máquina desejante é o residual, que produz não apenas sujeitos³¹ condicionais, mas peças, objetos humanos desumanizados, adjacente às máquinas, produto dos desdobramentos do exercício das ficções e suas potências autoprodutiva. E (...) “este sujeito não tem identidade específica ou pessoal (...)” (DELEUZE; GUATTARI, pag. 60, 2010).

30 (...) Reencontramos sempre o mesmo problema: como é que o processo de produção do desejo, como é que as máquinas desejantes da criança começaram a funcionar no vazio até o infinito, de modo a produzir a criança-máquina? Como é que o processo se transformou num fim? Ou então, como é que ele foi vítima de uma interrupção prematura ou de uma horrível exasperação? É somente em relação com o corpo sem órgãos (olhos fechados, nariz apertado, ouvidos tapados) que algo se produz, se contraproduz, desviando ou exasperando toda a produção da qual, entretanto, ele faz parte. Mas a máquina continua a ser desejo, posição de desejo que prossegue a sua história através do recalçamento originário e do retorno do recalçado, em toda a sucessão de máquinas paranoicas, máquinas miraculantes e máquinas celibatárias. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 56, 2010)

31 (...) se percorre o corpo sem órgãos sem lhe quebrar a indiferença, é por ser não apenas uma parte ao lado da máquina, mas uma parte já partilhada, à qual dizem respeito partes correspondentes aos desligamentos da cadeia e às extrações de fluxos operados pela máquina. Do mesmo modo, o sujeito consome os estados pelos quais passa, e nasce destes estados, sempre concluído destes estados como uma parte feita de partes, cada uma das quais ocupa, por um momento, o corpo sem órgãos. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 60, 2010)

Os contextos formativos da sociedade brasileira, embora nada semelhante ao momento histórico de produção da referência aqui instrumentalizada, possibilitam contrastar as factuais realidades, cotidianos de guerras, constantes violações do direito a vida, a teoria comentada, no tocante à noção de *máquina-social capitalista* como superfície de registro de um sistema globalizado de produção autônoma de seus meios e formas de autoprodução.

Os crimes intencionalmente praticados através da colonização europeia do mundo moderno expõe as bases do estado generalizado de alucinações coletivas. Propor recortes da atualidade brasileira evidencia demarcações e atravessamentos de impacto geral, como a ideia de monetização da vida em relação às formas de violência e seus principais grupos vitimados. Neste sentido, interessou-nos analisar a produção e maximização das disparidades sociais neste contexto, como produto agenciado por preconceitos estruturais persistentes nas realidades referidas.

Diante disso, é possível relacionar o exposto à ideia de *produção desejanste*; dessa forma, a desumanização massiva, bem como as crenças ilusórias fundamentadas em preconceitos podem determinar produtos nesta lógica. Mas, (...) a parte nada tem a ver com o todo, “desempenha sozinha sua parte. Aqui, é da sua partição que o sujeito procede à sua parturição... razão pela qual ele pode conseguir o que lhe concerne, um estado que qualificaríamos de civil. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 62, 2010)

Para os autores, a realidade produtiva sintetiza tudo simultaneamente, todas as máquinas, fluxos, conexões, cortes e produtos, apesar de não conectar seus construtos a uma unidade interdependente. Segundo esta perspectiva, a atuação das *máquinas desejanstes* caminha por processos emancipados, que permitem a confecção e disponibilização de artefatos capazes, em si mesmo, de desenvolvimento produtivo autônomo.

(...) Tudo funciona ao mesmo tempo nas máquinas desejanstes, mas nos hiatos e rupturas, nas avarias e falhas, nas intermitências e curtos-circuitos, nas distâncias e fragmentações, numa soma que nunca reúne suas partes num todo. É que, nelas, os cortes são produtivos, e são, eles próprios, reuniões. As disjunções, enquanto disjunções, são inclusivas. Os próprios consumos são passagens, devires e revires. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 61-62, 2010)

Deleuze e Guattari, nesta construção inicial, evidenciaram que a diferença, enquanto categoria (multiplicidade³²), é capaz de transcender as concepções de *unidade* e diversidade, pois não se fixa em um só lugar mas, transita entre ambos como bem quer ou deseja, promovendo-se em cada movimento – tal atividade percebe-se propriamente como autocentrada em si mesma.

Dessa forma, O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia (2010), introduzem sua crítica em desacordo à concepção psicanalítica que buscou compreender a loucura através das relações sociais que constituem o sujeito consciente, especificamente a relação familiar³³ e impressões moralistas; para os autores, as desordens subjetivas são promovidas pela *síntese conjuntiva*, como resultado de processos que configuram o ciclo vicioso que sustenta o capitalismo através da desumanização. É viável pensar que problemas sociais como o desemprego e a corrupção sistêmica, nesta perspectiva, caracterizam objetos da vida cotidiana, enquanto projeções em exercício de suas potências produtivas.

(...) na medida em que a psicanálise envolve a loucura num “complexo parental” e reencontra a confissão de culpabilidade nas figuras de autopunição que resultam do Édipo, ela não inova, mas completa o que a psiquiatria do século XIX tinha começado: erigir um discurso familiar e moralizado da patologia mental, ligar a loucura “à dialética semirreal semi-imaginária da Família”, e nela decifrar “o incessante atentado contra o pai”, “a surda contraposição dos instintos à solidez da instituição familiar e aos seus símbolos mais arcaicos”. Assim, em vez de participar de um empreendimento de efetiva libertação, a psicanálise se inclui na obra mais geral da repressão burguesa,

32 (...) Só a categoria de multiplicidade, empregada como substantivo e superando tanto o múltiplo quanto o Uno, superando a relação predicativa do Uno e do múltiplo, é capaz de dar conta da produção desejante: a produção desejante é multiplicidade pura, isto é, afirmação irreduzível à unidade. Estamos na idade dos objetos parciais, dos tijolos e dos restos. Já não acreditamos nesses falsos fragmentos que, como os pedaços de uma estátua antiga, esperam ser completados e reagrupados para comporem uma unidade que é, também, a unidade de origem. Já não acreditamos numa totalidade original nem sequer numa totalidade de destinação. Já não acreditamos na grisalha de uma insípida dialética evolutiva, que pretende pacificar os pedaços arredondando suas arestas. Só acreditamos em totalidades ao lado. E se encontramos uma totalidade ao lado das partes, ela é um todo dessas partes, mas que não as totaliza, uma unidade de todas essas partes, mas que não as unifica, e que se junta a elas como uma nova parte composta à parte. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 62, 2010)

33 (...) Em sentido restrito, Édipo é a figura do triângulo papai-mamãe-eu, a constelação familiar em pessoa. Mas, ao fazer dele o seu dogma, a psicanálise não desconhece a existência de relações ditas pré-edípianas na criança, exoedípianas no psicótico, paraedípianas em outros povos. Como dogma ou “complexo nuclear”, a função de Édipo é inseparável de um forcing [esforço] pelo qual o teórico da psicanálise chega à concepção de um Édipo generalizado. De um lado, para cada sujeito de um ou outro sexo, ele leva em conta uma série intensiva de pulsões, afetos e relações que unem a forma normal e positiva do complexo à sua forma inversa ou negativa: é o Édipo de série, tal como Freud o apresenta em O eu e o isso [Das Ich und das Es, 1923], e que permite, em sendo necessário, ligar as fases pré-edípianas ao complexo negativo. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 73, 2010)

aquela que consistiu em manter a humanidade europeia sob o jugo do papai-mamãe, e a não dar um fim a esse problema. (DELEUZE; GUATTARI, pag. 71, 2010)

Referenciou-se a obra o anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia (2010), para contextualizar o capitalismo segundo o olhar de Gilles Deleuze (1925-1995, França) e Felix Guattari (1930-1992, França), por seus pensamentos sobre a realidade de sua época, desenvolvidos através de uma *filosofia da diferença*.

2. O DEVIR-NEGRO DO MUNDO

Neste capítulo, buscou-se refletir, especialmente por meio das propostas do pensador camaronês Achille Mbembe mas não apenas, outras vozes das filosofias africanas e afrodiaspóricas, como Valentin Mudimbe e Angela Davis também foram instrumentalizadas ao longo do texto. Tal empreitada visou investigar objetos conceituais não-representativos mas incidentes sobre as atuais realidades dos territórios e nações pós-colonizadas. Neste sentido, objetivou-se comentar as críticas e contestações a partir das referências sinalizadas, para embasar a criminalização das ações colonizadoras, promovidas pelos europeus modernos, enquanto atentados gravíssimos contra a humanidade.

É, conforme investigado e exposto, inegável que o delírio da mente, como objeto, se expresse apenas na consciência da falsa consciência imposta como verdade invariável; muito além da ingenuidade, as ilusões estruturam-se na desterritorialização, violência brutal e outros atravessamentos, objetivos e subjetivos, como *negro*, *nativo* e *mulato*, que denunciam o emprego de elementos condicionantes racistas, como a crença na hierarquização humana através do projeto colonizatório moderno.

As estereotipações xenofóbicas e racistas produzidas pelo olhar europeu sobre os *outros*, priorizando assim o ponto de vista em questão como superior produziram o que Achille Mbembe propôs como *sujeito racial*, que é e sempre será, antes de qualquer suposto preconceituoso, humano igualmente a todos. O que diz-se, na verdade, é sobre a espécie humana carregar em seu desenvolvimento existencial a diversidade como elemento comum a todos; desta maneira, ao eleger-se como raça superior, os autoproclamados colonizadores buscaram fixar seus anseios políticos e econômicos na desumanização e anulação das diferenças humanas.

2.1. A imposição do sujeito racial

A disputa pela introdução do domínio europeu no continente africano, conforme anunciado pelo filósofo congolês Valentin Yves Mudimbe, esteve orientada por princípios racistas e fins capitalistas, como a crença na superioridade racial, o crime de aculturação

através da colonização, a imposição de crença religiosa e ampliação dos crimes florestais por meio do extrativismo e transformação de todas as formas do *Ser* em recursos para a produção mercadológica mortal. Neste sentido, é preciso investigar a história difundida como moderna, analisando suas fragilidades e inconsistências que não podem justificar as realidades sociais dos territórios invadidos e massacrados, que sobrevivem ainda agora sob a tutela de injustiças e violação de direitos como noções estruturantes.

Embora as generalizações sejam obviamente perigosas, *colonialismo* e *colonização* significam basicamente organização, arranjo. As duas palavras derivam do latim *colêre*, que significa cultivar ou projetar. De fato, a histórica experiência colonial, certamente, não pode refletir as conotações pacíficas destas palavras. De fato, pode-se admitir que o colono (aquele que se estabelece em uma região), assim como os colonialistas (aqueles que exploram o território através da dominação de uma maioria local), tenderam todos a organizar e transformar áreas não europeias em construtos fundamentalmente europeus. (MUDIMBE, V. Y. Pag 01, 2011. Livre tradução)³⁴

Em sua *A invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do conhecimento* (2013), o filósofo reflete sobre como os conceitos racializantes, introduzidos pelos europeus no continente africano a partir do século XV, foram desenvolvidos imoralmente e aplicados objetivando o controle e manipulação social, sobretudo para efetivação das apropriações territoriais indevidas, bem como de sequestros e assassinatos baseados no delírio racial. O autor se propõe a desconstruir a "África mitológica"³⁵, enquanto construto, apresentado e instituído pelos ditos colonizadores europeus. A verdade, dentro deste projeto moderno, é fixada sobre o exercício da vontade de dominação e exploração, por meio de imposições e violências.

Para Mudimbe, ainda segundo a obra em comento, o projeto de mundo moderno se forjou a partir de imposições sobre o *outro*, através de preconceitos como a xenofobia e o racismo, com o objetivo de dominar através do ódio às diferenças.

34 Tradução independente: Although generalizations are of course dangerous, *colonialism* and *colonization* basically mean organization, arrangement. The two words derive from the latin word *colêre*, meaning to cultivate or to design. Indeed the historical colonial experience does not and obviously cannot reflect the peaceful connotations of these words. But it can be admitted that the colonist (those settling a region), as well as the colonialists (those exploiting a territory by dominating a local majority) have all tended to organize and transform non-european areas into fundamentally european constructs. (MUDIMBE, V. Y. Pag 01, 2011)

35 A expressão representa um produto subjetivo em ação, uma noção racista, preconceituosa e discriminatória do berço da humanidade.

Diversas culturas foram e ainda são silenciadas, perseguidas e anuladas, como culminância das ideias delirantes que estruturam tal projeto, de uma normatividade imposta para o interesse dos acumuladores e “donos do mundo”, que através da morte (o produto final de todo este processo) impuseram sociabilidades desumanas e desrespeitos de todas as ordens ao que não lhes era familiar. A incompreensão não implica em anulação da existência mas, a implementação da colonização denuncia justamente o sinistro de tornar o ilógico real e aparente.

Segundo o autor o autor anteriormente citado, as culturas africanas representam tradições milenares e monumentais, que foram apropriadas, em muitos aspectos, durante todo o crime de colonização ocidental. Enquanto pesquisadores que buscam investigar as narrativas, é necessário que haja comprometimento no aprendizado e reconhecimento dessas epistemologias, objetivando desmistificar as histórias de todos os povos “aculturados”. Mudimbe enfatiza que a invasão europeia (período colonial) não passa de um breve momento, que muito embora violento e devastador em perdas de vidas (humanas e de outras naturezas), não é capaz de sintetizar a grandiosidade e riqueza que fundamentam as histórias dos continentes e seus povos.

Por conseguinte, o projeto de negação epistemológica ocidental abrangeu-se globalmente e ao considerar-se a ascendência do sistema capitalista, nota-se que muitos grupos, sobretudo os atravessados pela racialização, foram introduzidos ao processo enquanto objetos subjetivos destituídos de humanidade. Trata-se do desrespeito à vida; negação dos direitos básicos. Tudo isso fundamentado na imposição da verdade sobre o mundo a partir de um único ponto de vista, que defende seu enriquecimento sob o preço esmagador das vidas e direitos dos *outros*.

A desenfreada vontade por dominação, culminou na difusão da ideia de subjugação e lucro – principais pilares formativos do sistema capitalista. É com base nessa constatação e outras a seguir que refletiremos sobre a consolidação do mundo moderno às custas da massiva expropriação dos povos racializados.

Os inúmeros genocídios, promovidos intensa e violentamente, num passado próximo se fazem incidentes e atuantes na atualidade, com consequências catastróficas. Desde apropriações indevidas, passando por apagamentos históricos e deslegitimações sobre o

desconhecido; os cotidianos são atropelados por crimes e equívocos, cuja continuidade sempre desemboca na manutenção dos sistemas de privilégios opressores, sobretudo no contexto da economia global.

Buscou-se introduzir a noção de colonização como planejamento social para conduzir o diálogo até os ensaios críticos do filósofo camaronês Achille Mbembe, *Necropolítica* (2013) e *Crítica da Razão Negra* (2018) mais precisamente, para pensar o termo *devir negro do mundo* relacionado à gestão da morte como exercício político de soberania³⁶.

Em ambas, pode-se dimensionar as consequências do processo de colonização do mundo e constituição do sistema capitalista. Desta forma, partiremos de um como via possibilitadora do controle social em larga escala; e o outro como procedimento de acumulação iniciado através da escravização de pessoas desumanizadas por categorias que fundamentam o delírio racial.

Alguém poderia resumir nos termos acima o que Michel Foucault entende por biopoder: aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle. Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou sua assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder? (MBEMBE pag 02, 2013)

Em *Necropolítica* (2014), o autor objetiva, a partir do conceito foucaultiano de biopoder (que expressa a imposição das políticas de controle populacional), evidenciar que com a introdução do sujeito racializado, os marcadores de soberania passaram a apresentar-se mediante ao controle do Estado político sobre o gerenciamento da vida, ou melhor, acerca de quem vai viver ou morrer, mais especificamente: "matar ou deixar viver" (MBEMBE, 2016) –

36 (...) o romance da soberania baseia-se na crença de que o sujeito é o principal autor controlador do seu próprio significado. Soberania é, portanto, definida como um duplo processo de “autoinstituição” e “autolimitação” (fixando em si os próprios limites para si mesmo). O exercício da soberania, por sua vez, consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias. (MBEMBE, 2014, pag. 03)

o que também aponta a letalidade presente no “poder soberano”. A guerra, por exemplo, muitas vezes promovida por estruturas estatais, representa um meio utilizado para alcançar ou impor a soberania através do exercício do “direito de matar”.

Em outras palavras, é com base em uma distinção entre razão e desrazão (paixão, fantasia) que a crítica tardo-moderna tem sido capaz de articular uma certa ideia de política, comunidade, sujeito ou, mais fundamentalmente, do que abarca uma vida plena, de como alcançá-la e, nesse processo, tornar-se agente plenamente moral. Nesse paradigma, a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública. O exercício da razão equivale ao exercício da liberdade, um elemento-chave para a autonomia individual. Nesse caso, o romance da soberania baseia-se na crença de que o sujeito é o principal autor controlador do seu próprio significado. Soberania é, portanto, definida como um duplo processo de “autoinstituição” e “autolimitação” (fixando em si os próprios limites para si mesmo). O exercício da soberania, por sua vez, consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias. (MBEMBE, p. 02, 2013)

Uma das grandes questões levantadas por Mbembe indaga sobre quais condições favorecem justificativas à produção de morte, ou ainda: como determinar quem ocupa lugar de vida ou de morte? Dessa forma, o necropoder, na atualidade do contexto neoliberal, condiciona “motivações” (interesses capitalistas) para se iniciar uma guerra, com emprego dos armamentos mais mortais – o que também constitui a própria motivação para a produção desenfreada desse tipo de produto.

Mais uma vez, vale ressaltar como as diversas realidades brasileiras podem auxiliar na compreensão teórica, através das complexidades formativas de suas experiências, denunciando a atualidade e contextualização histórica acerca dos apagamentos, genocídios, descumprimentos, negligências, entraves, injustiças e todos os tipos de violências estruturais nelas comportadas.

O projeto de descentralização urbana, visto por exemplo no contexto das zonas periféricas, demonstra o planejamento social para as coletividades em questão, implicações necropolíticas e econômicas. A exemplo, cita-se a ocorrência criminosa de 18 de Maio de 2020, no conjunto de favelas do Complexo do salgueiro(RJ), onde o racismo institucional praticado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro assassinou João Pedro, um adolescente de 14 anos no seio de sua própria residência, durante uma “operação policial”. Como se define o bandido, se o assassino usa farda? Quais respostas são reveladas pela observação criteriosa? O

Estado transgrediu inúmeros direitos civis e humanos de João Pedro, sobretudo o direito à vida, que lhe fora brutalmente roubada pelo vício em matar alvos vulneráveis, transfigurando seus crimes em exercício de soberania.

(...) formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tais como os campos da morte, são elas que constituem o nomos do espaço político em que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais táteis, tais como a vida e a morte. (MBEMBE, pag. 03, 2013)

Para Achille Mbembe, as formas de soberania dos Estados políticos deveriam pautar os interesses e necessidades comuns a todos os cidadãos; contudo, existem expressões soberanas que não viabilizam a autonomia e protagonismo humano, mas utilizam sua existência de forma impositiva e brutal. Neste sentido, convém salientar que os arranjos sociais capitalistas representam o foco das impressões do autor. A soberania enquanto imposição revela o trabalho do poder concentrado nos Estados mas, quando estes não determinam limites para a sua própria atuação, organizar a vida através da *necropolítica* acarreta produzir a morte de uns em detrimento do “deixar viver” concedido a outros.

Quem está morrendo? Quem sobrevive? Por quê? São questões suscitadas pelo autor, em sua *Necropolítica* (2014), para problematizar as políticas desenvolvidas para a gestão da morte num contexto social. Dessa forma, de acordo com Mbembe, no mundo atual existem estruturas que atuam para o extermínio e degradação de grupos sociais, tal movimento tem relação direta com os desdobramentos da implementação dos objetos que resultam da ilusão racial.

Neste sentido, é possível compreender que a *necropolítica* é uma forma de declarar que não existe espaço para todas pessoas incorporarem o *devir-negro*, e quem não pode se tornar esse trabalhador que vive sob as rédeas do modelo de escravização como ser-no-mundo

do trabalho, poderá, pelo exercício do Estado soberano, ser subtraído. E todos estão sob a tutela destas designações, à mercê da potência produtiva.

O projeto neoliberal sustenta esta articulação, de forma que pode-se citar fatos recentes, como algumas afirmações de políticos e ex-políticos do contexto brasileiro. Diante disso, cita-se o ocorrido durante uma entrevista jornalística concedida à Rede Globo pelo ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral em 2007, nela o ex-chefe de Estado apontou que a legalização do aborto poderia ser tomada como estratégia política para conter a violência no estado, em suas próprias palavras: “Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal”³⁷. A referência ajuda a elucidar a prática e o pensamento necropolítico.

A crítica ao estado de exceção é promovida pelo autor, na medida em que se revela seu uso, pelo Estado, como ferramenta para justificar as atrocidades cometidas em nome da lei e da ordem; neste processo, a crença num inimigo comum é utilizada como fundamento para uma “licença para matar” em nome do combate às guerras fabricadas. O que jamais poderia justificar a constante exponencial que revela a letalidade institucional, sobretudo através da agência dos preconceitos estruturais.

(...) Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. Em outras palavras, a questão é: Qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência? Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. (MBEMBE, pag. 07, 2014)

O autor promove uma relação direta entre o estado emergencial que legitima as ações políticas e o descontrole expresso na violência e brutalidade que envolvem a morte. Para ele,

³⁷Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html> .

recorrer ao estado de exceção se faz maliciosamente, com intenção de agir contundentemente contra a vida de pessoas racializadas e marginalizadas.³⁸

Para o autor, não se pode pensar o surgimento do terror, pavor e horror moderno³⁹ sem retomar a escravização colonial, pois mais que um crime hediondo significou a ruptura humana⁴⁰ com seu entendimento através da diversidade, a anulação da imagem do outro que não se liga à imagem e semelhança do homem branco europeu; ainda, referiu-se à realização da ideia-produto de superioridade racial que determinou alvos biológicos para a ação da dominação e desumanização.

(...) A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. (MBEMBE, pag. 14, 2013)

O pensador considera que a soberania está relacionada à noção de ocupar, o que no contexto da realidade de invasão e desconfiguração compreendida como colonização, também retoma os condicionamentos e sociabilidades impostas por este crime aos desterritorializados e transformados em pessoas-objetos, que sustentam os pilares do mundo atual tal qual ele o é.

38 (...) Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (MBEMBE, 2013, pag. 07)

39 (...) Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. (MBEMBE, 2013, pag. 08)

40 (...) Em primeiro lugar, no contexto da colonização, figura-se a natureza humana do escravo como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). (MBEMBE, 2013, pag. 10)

Estas realidades horripilantes, tais como a escravização, foram a forma de garantir a realização da soberania, objetiva e subjetivamente. “Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.” (MBEMBE, pag. 14, 2013). Eis como atua a necropolítica⁴¹.

O tráfico de vidas para o trabalho é um dos apontamentos em cheque no termo *homem-mercadoria* abordado por Achille Mbembe, em sua *Crítica da Razão Negra* (2018). Mas, o que seria essa razão negra? O autor fala de um grupo de pessoas, de semelhantes características, incluindo a atribuição da estigmatização do “paradigma na submissão e das modalidades de sua superação”; esse agrupamento tem a raça como enquadramento. Deve-se então pensar em uma razão da raça negra? Mas, é possível dividir a raça humana em sub-raças?

Nesse sentido, os processos de racialização tem como objetivo marcar esses grupos populacionais, fixar o mais precisamente possível os limites em que podem circular, determinar o mais exatamente possível os espaços quem podem ocupar, em suma, assegurar que a circulação se faça num sentido que afaste quaisquer ameaças e garanta a segurança. Trata-se de fazer a triagem desses grupos populacionais, marcá-los simultaneamente como “espécies”, “séries” e “casos”, dentro de um cálculo geral do risco, do acaso e das probabilidades, de maneira a poder prevenir perigos inerentes à sua circulação e, se possível, neutralizá-los antecipadamente, no mas das vezes por meio da imobilização do encarceramento ou da deportação. A raça desse ponto de vista funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar de principio do enraizamento biológico pela espécie. A raça é ao mesmo tempo ideologia e tecnologia de governo. (MBEMBE, 2018)

Achille Mbembe encara a utilização do termo raça como designadora de uma metodologia de representação primária, sendo uma questão geradora de “medos e tormentos”, problemas psicológicos relacionados a aceitação do seu próprio eu. A prática de alterocídio, que enxerga o outro como uma ameaça; e não alguém semelhante a si próprio. Fala-se aqui sobre a exposição da origem do “ressentimento” gerado na transformação de um humano específico numa coisa, numa mercadoria. Quem foi que disse que o humano poderia ser forçados contra sua própria vontade? É possível dizer que todo aquele que não participa do referencial humano europeu, tem excluída toda sua humanidade.

41 (...) proposita a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”. (MBEMBE, 2013, pag. 25)

O filósofo promove a dissolução do termo “raça”, em relação a uma função natural de espécie humana. Neste sentido, a raça se enquadra na categoria de uma “ficção útil”, com o objetivo de desviar a atenção de conflitos. O mito da “superioridade racial” é citado como a visão que os povos ocidentais tinham de si próprios, como sendo o núcleo racional do mundo conhecido. Essas nações “exploradoras” detinham um pensamento de apropriação (material e cultural) por meios violentos, que ocasionaram horror e destruição através de seus caminhos.

A forte política de disseminação da cultura ocidental, proporcionou também a falsa ideia de que o *negro*, a *África* (não em sua dimensão diversa e continental, mas sob agência do racismo estrutural) representariam categorias de inferiorização, anunciando uma sub-raça humana. Desse modo, para fundamentar esse e outros mitos sobre o “mundo distante” (crenças fantasiosa / “verdades” inventadas), esses povos dominadores recorriam à fabulação.

Numa perspectiva histórica, os primeiros negros, vítimas transformadas em objeto de comercialização, chegaram a Portugal no século XV, aumentando em função exponencial nos séculos posteriores. Com as “grandes navegações” (que não foram as primeira), os afroibéricos e escravizados africanos compuseram, em maior parte, as tripulações. Eles foram transportados numa triangulação transatlântica, por muitos séculos, mais de 300 assombrosos anos, de cárcere, perda identitária, fome, trabalho massivo, dentre inúmeros outros acontecimentos dos quais podem ser ditos. Entre 1500 e 1800 a mudança econômica global, propiciou à Europa Ocidental a expansão do projeto de escravização negra⁴²; o que demonstra ainda mais esse processo perturbador de deslocamento (sequestro!) dessa população, em prol do “bem” – como interesse – do capital destes países. Pode-se perceber também que a “contingência” inicial do processo de formação do sistema capitalista se dá com a comercialização de pessoas racializadas.

Enquanto o negro estiver em casa não precisará, (...), confirmar o seu ser diante de um outro. (...) Há, na Weltanschauung de um povo colonizado, uma impureza, uma tara que proíbe qualquer explicação ontológica. (...) A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser negro. Pois o negro não tem

42 O período que se estendeu de 1500 a 1800 viu estabelecer-se um novo sistema geoeconômico orientado para o Atlântico, com seu dispositivo comercial triangular, ligando a Europa, a África e as Américas. A abertura do comércio atlântico permitiu à Europa e, mais particularmente, à Europa Ocidental, aumentar sua dominação sobre as sociedades das Américas e da África. (UNESCO, 2010)

mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretenciosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (FANON, 2008)

A hierarquização das possibilidades humanas, através da leitura europeia sobre o mundo, promove um arranjo irreal/delirante, onde um norte se impõe como parâmetro universal para existências e experiências diversas. Mas, como bem dito por Achille Mbembe, quem são estes humanos que podem se desterritorializar e forçar a sujeição? Ou ainda, como destituíram o *outro* de humanidade? São questões sobre as quais nos colocaremos a refletir para contextualizar a população marginalizada, vulnerável e racializada.

(...) Em sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade. Sendo o rincão mais “civilizado” do mundo, só o Ocidente foi capaz de inventar um “direito das gentes”. Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como um espaço público de reciprocidade e direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano dotado de direitos civis e políticos, permitindo-lhe exercer seus poderes privados e públicos como pessoa (...). Só ele codificou uma gama de costumes aceitos por diferentes povos, que abrangem os rituais diplomáticos, as leis da guerra, os direitos da conquista, a moral pública e as boas maneiras, as técnicas do comércio, da religião e do governo. (MBEMBE. pag 29, 2018)

No processo de viver e entender o mundo, o europeu armou-se de um “delírio imaginário”, criador da ideia mais perigosamente manipuladora e maliciosa: a superioridade racial. Ideia essa, que atravessou mais de 5 séculos. A guerra racial desdobrou-se em várias outras, aflorando a concepção e prática de políticas racistas, com o objetivo de demarcar as possíveis posições sociais ocupadas pelos sujeitos, respeitando uma, inexistente, hierarquia racial. Dessa forma, buscou-se produzir afirmações falsas e equivocadas, que justificassem, ao padrão moral e ético, até então acordado e discutido pela comunidade ocidental, a validade de aceitação dos horrores idealizados e praticados através da promoção da racialização dos corpos humanos.

O professor Mbembe promove que a experiência de vida ocidental culminou no complexo irracional e xenofóbico, que ousou considerar-se potência central de toda possibilidade e expressão humana. Algumas figuras europeias, não faz tanto tempo – caso

considere-se a guinada do mundo moderno para o contemporâneo –, enxergavam-se como centro universal de todas as capacidades, como apenas concentrassem as especificidades dignas ao desenvolvimento social. Neste ponto, encontravam-se tão cheios de si que, ainda hoje, o mundo transborda lágrimas, sujeição, violência brutal, desemprego, fome, marginalização, dentre inúmeros fatores que afogam a vida (sempre a do *outro*). Que estejam todos de acordo, quanto a clareza e evidência dos autores dos crimes. Assim sendo, que não mais passem impunemente com suas falácias e manobras de prejuízo. Em língua portuguesa, dá-se o nome de bandido aos que comentem delitos; e, neste caso, cárcere, estupros e assassinatos deliberados.

A concepção de sujeito racial, segundo Mbembe “está ligada a história do capitalismo” (MBEMBE, 2018, pag. 309). Desta forma, o primeiro sujeito racial é apresentado sobre a tutela do substantivo “negro”, no processo de transformação do humano em *homem-mercadoria*, no período horripilante da escravização massiva dos povos originários dos continentes “descentralizados” – que eram aprisionados, sob condições desumanas, e deslocados pelos vastos continentes até lugares distantes, onde a infindável rotina de trabalho lhes (aos que sobreviveram à terrível jornada) eram imputados como “boa sorte”. É difícil descrever as violências praticadas, as torturas utilizadas na tentativa de dominação, objetivação e desumanização do corpo humano acometido pela projeção delirante dos povos colonizadores europeus, que conceberam o *sujeito racial*, a fim de categorizar a raça humana a partir da hierarquização dos povos e, posteriormente, assumiram o status de maior representatividade humana, enquanto “homens brancos” motivados pela crença na superioridade racial.

Seguiu-se à instauração do *delírio* ocidental – em enxergar-se como centro civilizatório do mundo – que a diferença se relacionaria diretamente à anomalia, caracterizando, muitas vezes, a doença ou crime, de acordo com suas convenções e conveniências; enquanto que sua forma padrão (homem branco cisgênero, como bem pontuara Angela Davis, em seu *Mulheres, Raça e Classe* de 2018) forçava seu reconhecimento como um parâmetro. Estamos diante da tentativa de refletir sobre como a autoconsagração do modo de vida europeu em *Mundo impacta*, ainda hoje, não só na forma como as sociedades capitalistas se organizam, mas também na perda do acesso à essência

humana em detrimento da transformação do indivíduo em objeto (do *corpo pleno*, de Giles Deleuze e Felix Guatarri, ao *homem-máquina*, cunhado por Achille Mbembe); interessa-nos, ainda, pensar sobre as formas de resistência e emancipação do sujeito racializado.

Contextualizar as desordens sociais assimiladas e negligenciadas, direta e indiretamente, pelos poderes públicos através do agenciamento sistematizado de ilusões assentadas em imposições, submissões e tudo aquilo capaz de desumanizar e tornar a experiência humana das pessoas racializadas cada vez mais brutal e mortal, sobretudo no tocante à ampliação das disparidades e formas de atuação das violências estruturais na experiência de vida vulnerável.

Não levianamente, trazer *Mulheres, Raça e Classe* (2018) da filósofa estadunidense Angela Davis, é de extrema pertinência ao panorama da colonialidade do corpo das pessoas racializadas, principalmente as mulheres negras, pois a autora ressalta as bases que perpetuam a violência sexual sistêmica contra as mulheres, especificamente como o pacto colonial persiste e agride prioritariamente as mulheres e meninas negras. Segundo Davis, as mulheres escravizadas sofriam, além das agressões físicas e imposição do trabalho integral, o abuso sexual como forma de coerção e subjugação. Enfatizou também que a determinação do tipo de exploração era dada pela conveniência do “senhor escravocrata”, que as tratava como “pessoa-objeto” destituída de gênero até o momento dos abusos.

Angela Davis, evidencia o estupro como violência estrutural maximizada pelo contexto relatado acima, sendo um dos crimes que mais crescem no mundo. Historicamente, as leis contra esta violação, em países capitalistas, são aplicadas de forma imprudente, efetivando-se majoritariamente nas classes ditas dominantes e, em contrapartida, tratam com desmazelo as transgressões denunciadas por pessoas marginalizadas, como as mulheres da classe trabalhadora.

A coerção e abuso sexual das mulheres não pode ser pensada dissociada do crime de escravização. Ao destituir a pessoa sequestrada e escravizada de sua humanidade, impuseram-lhe a categoria de objeto passível de propriedade e foi sob a tutela desta fatalidade, a crença ilusória na superioridade racial, que a relação entre o colonizador e as mulheres escravizadas estruturou o estupro como demonstração de soberania e poder, institucionalizando-o durante o período de dominação colonial. Infelizmente, essas são as bases que culturalizaram o crime de estupro ainda nos dias atuais, em contextos pós-coloniais. De acordo com Davis, o “padrão de abuso sexual institucionalizado de mulheres negras (...) conseguiu sobreviver à abolição da

escravatura” (DAVIS, 2018).

Neste sentido, o crime de estupro é também um ato terrorista, incorporado ao *devir-negro do mundo*, vitimando crianças, jovens e mulheres racializadas, destruindo, aterrorizando e traumatizando suas vidas. Pensar a colonialidade do corpo da mulher torna evidente que não existem padrões nas dores causadas pelo racismo; ao enfatizar este terror, não excluí-se o fato de que mulheres, adolescentes e crianças não-negras também são massivamente afetadas por estas mazelas; é extremamente comovente perceber o quanto estes processos impactam e limitam as possibilidades de uma vida digna e plena.

2.2. O devir-negro do mundo

O *devir-negro do mundo*⁴³ nos é apresentado, por Achille Mbembe, como uma enunciação teórica captada a partir da imposição do pensamento racial no mundo ocidental, em acordo com o desenvolvimento do Estado moderno e capitalista – cujo sistema ergueu-se a partir do esgotamento humano articulado como fabricação. Este, enquanto natureza, já não a vive com naturalidade, mas como processos e etapas de produção (DELEUZE; GUATTARI, 2010) que se relacionam com as condições de vida deterioradas pelas formas capitalistas.

Cabe ressaltar que a interpretação mbembeana acerca de *devenir nègre* sugere, em distinção ao entendimento deleuziano de *devenir noir* como um “vir a ser” da negritude categorizada como *minoría* diante da sistematização do mundo pelo capital, um devir imposto, o condicionamento das pessoas lidas através do *negro* como categoria; neste caso, mesmo que suas traduções para o português não revelem, inicialmente, suas diferenças, as expressões se distinguem pois são construídas a partir de termos díspares.

Para aprofundar a questão, propõe-se observar o subgênero de filmes policiais intitulado *film noir*⁴⁴, que teve seu ápice durante a primeira metade do século XX, sob influência do expressionismo alemão. Este subgênero se caracteriza pelo suspense e um modo de filmagem que contrastava as cores sob a dualidade: preto e branco. Neste estilo, muitos

43 (...) aquilo que faz fermentar o delírio são, entre outras coisas, as raças. Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele e de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmática, a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres. (MBEMBE, 2018, pág. 12)

44 Expressão francesa cunhada por Nino Frank (1904 -1988).

momentos eram enfatizados através das cores, como o horror e outras cenas chocantes, observadas através de tons mais escuros, o protagonismo que estava além das noções de bem e mal. Em contraste com a expressão *noir*, *nègre* significa algo relativo a preto, tornado preto. Logo, as definições dadas inicialmente demonstram que é possível compreender *devenir noir* como um tornar-se preto, através do olhar ocidental categorizador que configura o próprio racismo, e *devenir nègre* como uma transformação imposta pela violência e que condena o *negro* a condicionamentos desumanos.

Tal contextualização é proposta, segundo o arranjo crítico que envolve Filosofia (reflexão crítica sobre os fatos) e História (relações factuais entre os séculos XV e XXI), sobretudo quando Mbembe aponta a acumulação primitiva como tarefa ainda em curso – muito observável através das relações trabalhistas neoliberais, na atualidade. Nesse sentido, a Crítica da Razão Negra é uma reflexão acerca também da observação do comportamento e das consequências do estabelecimento de categorias prostradas a partir da imposição do *sujeito racial*, através da discussão sobre *raça*, *negro* e *África*, enquanto conceitos.

A *razão negra* é apresentada a partir de um referencial originário de escritores, filósofos e teóricos negros (como Franz Fanon) que refletem sobre a estrutura racial, as formas e possibilidades de emancipação dos indivíduos categorizados sob o estigma da *raça*. A relação entre o mundo tido como referencial e suas partes destituídas é evidenciada a partir da ilustração dos processos colonizatórios sofridos pelos continentes africano e americano, onde a ideia do *negro* também fora disseminada, como contraponto ao sujeito padrão, enraizado na figura do homem branco⁴⁵. A leitura nos sugere que *negro* e *raça* tem direta correspondência, no imaginário ocidental, aparecendo quase que simultaneamente e representando pilar central no projeto moderno de conhecimento e governo da Terra.

O neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo curto se presta a ser convertido em forma reprodutiva da forma-dinheiro. Tendo o capital atingido seu ponto de fuga máximo, engrenou-se um movimento de escalada, baseado na visão segundo a qual “a todos os acontecimentos e todas as situações do mundo da vida (pode) ser atribuído um valor de mercado”. Esse movimento também se caracteriza tanto pela produção da indiferença, a paranoica codificação da vida social em normas, categorias e números, quanto por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. (...) o capital, sobretudo financeiro, define-se agora como ilimitado, não só do ponto de vista de seus fins como

45 Tal como proposto por Angela Davis, em seu *Mulheres, Raça e Classe* (2018).

também de seus meios. Já não dita apenas o seu próprio regime de tempo. Uma vez que se encarregou da “fabricação de todas as relações de filiação”, procura multiplicar-se “por si mesmo” numa série infinita de dívidas estruturalmente insolúveis. (MBEMBE, pág 15, 2018.)

No pensamento mbembiano, o liberalismo (econômico e político) pode se relacionar à escravização e ao racismo estrutural como possibilitador existencial, uma vez que a esfera racial, indissociável do construto *negro*, é criada e favorecida através da lógica liberal. Ora, se o Estado moderno se origina a partir (e para) do mercado global, ele mesmo promove os meios que garantem sua máxima expressão capitalista; não é uma implicação direta válida, mas é a que se pode acompanhar através da compreensão de que as guerras, a empresa colonial/sistema de escravização, o plantation e toda acumulação primitiva são desenvolvidas por tal ideologia. O autor distingue etapas do capitalismo experienciadas pelo colonialismo, dos séculos XV ao XX, sem enxergar uma real ruptura, no que concerne à questão do *negro*.

(...) O primeiro é o da espoliação organizada, quando, em proveito tráfico atlântico (doséculo XV ao XIX), homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, (...), deixando assim de ter nome ou língua própria. (...) outros, com quem estavam condenados a viver, porém proibidos de manter relações como co-humanos (...). O segundo momento corresponde ao (...) da escrita, (...) quando, por meio de seus próprios traços, os negros, esse *seres capturados por outros*, conseguiram articular uma linguagem própria, reinvidicando o estatuto de sujeitos plenos do mundo vivo. (...) O terceiro momento (início do século XXI) é o da globalização dos mercados, privatização do mundo sob a égide do neoliberalismo e da crescente complexificação da economia financeira, do complexo-militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais. (MBEMBE, pag 14-15, 2018)

Mbembe questiona as categorias constitutivas da noção de *raça* para chegar à conclusões como a de que o *negro* representa uma ficção, nascida durante a consolidação do capitalismo mercantil, utilizada para justificar a imposição do sujeito racial como forma humana esvaziada de humanidade.

É neste sentido que o autor introduz a designação *homem-mercadoria* o como aquele destituído de humanidade e transformado em objeto, como um “pré -humano”, incapaz de autogovernar-se, alvo do trabalho e da escravização. O delírio, referido pelo autor, demonstra justamente a inconsistência da lógica colonial, que buscou sustentar-se e justificar-se

enquanto ação humanitária e civilizatória, que culminariam nos processos de globalização e neoliberalismo.

(...) indivíduo aprisionado em seu desejo. O seu gozo depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir pulcamente sua vida íntima e de oferecê-la no mercado como uma mercadoria passível de troca. Sujeito neuroeconômico absorvido por uma dupla inquietação, decorrente de sua animalidade (a reprodução biológica de sua vida) e de sua coisidade (a fruição dos bens deste mundo), esse *homem-coisa*, *homem-máquina*, *homem-código* e *homem-fluxo* procura antes de mais nada regular a sua conduta em função de normas do mercado, sem nem sequer hesitar em se autoinstrumentalizar e instrumentalizar os outros para otimizar a sua parcela de fruição. Condenado à aprendizagem por toda vida, à flexibilidade, ao reino do curto prazo, deve abraçar sua condição de sujeito solúvel e fungível, a fim de atender à injunção que lhe é constantemente feita – torna-se outro (MBEMBE, pag 16-17, 2018)

De acordo com Achille Mbembe, ao sujeito racializado – como postulado na própria fundação do grande mercado globalizado, onde tudo se comercializa – restara a imposição de uma forma de vida desvinculada da humanidade. Humanos não são objetos! O que se discute é o processo de “coisificação” que transformara indivíduos de plena potência em moedas, cujo trabalho assemelha-se à morte. O *homem-moeda* é, neste sentido, obrigado a trocar sua vida pelo trabalho e, com isso, manter-se como peça de estoque.

Não que aquele cuja humanidade é massacrada aceite a realidade sem lutar, muito distante disso, sua resistência é múltipla e acolhedora mas, as estruturas que mantêm a atual projeção sociopolítica determinam oceanos de dificuldades à sua desintegração efetiva. Por muitos “sempre” – em expressão de recorrência, contraposta à possibilidade de vezes –, da virada para o século antecessor ao atual, as sociedades, depois de muito explorarem os sinais de quebra sistêmica, “exterminaram” a legalidade jurídica da escravização (que pode-se entender como ação primária deste conceito *homem-mercadoria*), mas nunca cessaram sua prática, de forma que contabilizam-se inúmeras novas atualizações da máxima exploração determina pela teoria racial.

(...) Chamemos a isso o momento gregário do pensamento ocidental. Nele, o negro é representado com o protótipo de uma figura pré-humana incapaz de escapar de sua animalidade, de se autoproduzir e de se erguer a altura de seu deus. (...) O momento gregário do pensamento ocidental foi, alias, aquele ao longo do qual, com o auxílio do instinto imperialista, o ato de captar e apreender foi progressivamente se desligando de qualquer tentativa de conhecer a fundo aquilo de que se falava. A Razão

da História, de Hegel, representa o ponto culminante deste momento gregário. Durante vários séculos, o conceito de raça – que sabemos advir inicialmente da esfera animal serviu, em primeira linha, para nomear as humanidades não europeias. (MBEMBE, pag 41, 2018)

O pensador, segundo o recorte cima, enfatiza que o comportamento das culturas europeias, em relação ao encontro com o diferente de si, revela uma concepção limitante e xenofóbica do outro, compreendendo-o através das noções que diferem das expectativas projetadas por sua realidade. De acordo com o filósofo, a subjugação dos povos, também se estendeu a roubos e apropriações indevidas de cunho subjetivo e objetivo, como no caso de ideias, informações, tesouros e muitos outros.

3. O *DEVIR-NEGRO DO MUNDO* COMO PRODUTO DA *MÁQUINA SOCIAL CAPITALISTA*

É necessário enfatizar que o grandioso esforço reflexivo na contramão da tradição filosófica ocidental é o que demarca limites entre a filosofia da diferença – enquanto construto crítico e desvinculado da tradição dogmática – e paradigmas fixados através de inconsistências, intolerâncias e desterritorializações. É neste sentido que buscamos nos apropriar de conceitos proferidos pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, para pensar, do ponto de vista do *outro* – designado, pelo delírio racial, como referência humana universalizada – como impactos da projeção ocidentalizada.

De acordo com os filósofos, o capitalismo, assim como tudo, é uma grande máquina com seus fluxos e codificações, bem como *socius* transformado em matéria amorfa (o que, para nós, categoriza o processo de desumanização) necessários à manutenção de sua autoprodução. Contudo, é importante que se especifiquem as partes que compõe este todo maquinico, referenciado. Neste sentido, a máquina representa sistemas funcionais, conectados através dos fluxos provocados pelo desejo, daí o enquadramento conceitual: máquina desejante. Esta, pode sofrer mutação para máquina paranoica e outras.

Segundo Deleuze e Guattari, os fluxos retratam as conexões – como nos sistemas que estruturam o corpo humano e sua funcionalidade, o que opera segundo cada singularidade (indivíduo) – que é relacionado a aspectos individuais que reafirmam o ser presente em cada

sujeito, categorizado pelo capitalismo enquanto elites, trabalhadores garantido e os não-garantidos. Como impulsos que direcionam o curso das finalidades dos objetivos de produção projetados pelo desejo, os fluxos operam como sínteses conectivas entre os processos.

Ao pensarem a produção, neste primeiro volume, os autores retomam o conceito sobre a ótica marxista, que propôs, em *O capital*, uma crítica ao capitalismo, no que concerne às suas estruturas. De modo que a questão sobre “massa sobrando” designa o conjunto de trabalhadores que não são absorvidos pelo capital, de onde Guattari descreve seu correlato: “não-garantidos” (1996).

Sendo assim, segundo os autores tudo é um processo maquínico, que realiza-se diversificadamente através dos fluxos e conexões constituintes da produção social da máquina capitalista. Com efeito, a *produção desejante* se expressa como modo de existência, de forma a construir e impor o devir. De acordo com a psiquiatria materialista, este devir se deriva do inconsciente como categoria de produção, que fabrica modos de vida afetados pelo interesse proveniente dos que controlam através do biopoder – tal como evidenciado em *Vigiar e punir* (1975) de Michel Foucault. Aqui o desejo configura uma economia, baseada na produção da falta, como uma “incurável insuficiência de ser”; de forma que, a necessidade é fabricada como a falta do objeto, falta do produto da produção.

A máquina desejante busca ajustar-se entre a continuidade e o desarranjo da produção, o que faz da antiprodução um produto das especificidades que garantem a reprodução do processo delirante/desejante/capitalista. É neste sentido que, segundo a teoria da psiquiatria materialista, o recalçamento originário se assenta na produção desejante, que opera segundo a lógica desta dada continuidade e desarranjo, de forma a enquadrar-se como a principal categoria da economia dos desejos, que está ligada à própria produção da realidade, em sínteses passivas que trabalham para a autoprodução do inconsciente – que se expressa sob a forma de delírio; assim a necessidade deriva do desejo e representa contraposições da realidade produzida. Os autores também entendem o controle social como expressão do domínio de falsas imagens mentais (tal como colocado por Karl Marx), de forma que deixam evidente a existência de interesses sociais, políticos, ideológicos e geográficos na produção do “algo faltante”, nas sociedades produzidas sob a lógica do desejo como produção.

Deleuze e Guattari, denunciam também que o capitalismo se utiliza de várias expressões do desejo” para proporcionar o consumismo e outros meios de fazer circular o capital, no contexto delirante. Neste sentido, a vida é tida como estes processos de produção desejante, o que ocasiona a prática do vazio (falta) como economia de mercado, que organiza a necessidade na abundância de fabricação e descarrega todo desejo no medo de sentir esta dada “falta de algo”, como proposto também na teoria marxista sob o capital.

É importante ressaltar em *O anti-Édipo*, são apresentadas noções distintas de máquinas: técnica, social e desejante; o primeiro termo designa a máquina de produção em escalas; o segundo a sociedade como produto e o terceiro retoma a produção de desejos. Contudo, ainda é possível definir outras máquinas como a territorial, despótica e capitalista. interessante torna-se a compreensão de que as máquinas processam fluxos diversos (coisas, ideias, vontade), enquanto expressam-se de forma mutável.

Para Giles Deleuze e Félix Guattari, em *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* (2010), todo "mistério" contido na expressão capitalista é representado pela reprodução incessante de suas relações maquinicas. Tudo pode ser considerado máquina, de humanos a objetos, ações determinam reações, que por sua vez produzem conexões e eis que nos deparamos com o grande vício circular. Todas as forças coincidem às finalidades independentes, segundo múltiplos aspectos, do produzir.

Para Giles Deleuze e Félix Guattari, se faz necessário entender que todas as relações representam arranjos diversos entre *máquinas* de fabricação e transmissão de correntes (fluxos), de forma que é possível compreender que cada possibilidade de ser, em sua finalidade, representaria também uma máquina que algo formula.

Ao seguir este arranjo, o humano, que também compõe o mundo natural, já não se expressa com “naturalidade”, mas sim como etapas e procedimentos necessários à manutenção do sistema de produção, o que promove perda identitária e negligências vitais.

Ao retomar, em forma de analogia, a tragédia grega que conta história do rei Édipo, os autores compartilham um posicionamento que se distancia de toda estereotipação já sugerida pela interpretação psicanalítica do século XIX, de forma a demonstrar mais profundamente as complexidades contidas no comportamento entendido como não-padrão. Para os filósofos, “o

Édipo supõe uma (...) supressão das máquinas desejantes”(DELEUZE; GUATTARI, 2010), uma vez que se observa um imenso trabalho para fugir do destino terrível.

Se o universal - o corpo sem órgãos e a produção desejante - está no fim, nas condições determinadas pelo capitalismo aparentemente triunfante, como é que se poderá ter a inocência suficiente para fazer história universal? A produção desejantes aparece também desde o princípio: há produção desejantes desde que haja produção e reprodução sociais. Mas é verdade que as máquinas sociais pré-capitalistas são inerentes ao desejo num sentido muito preciso: elas codificam-no, codificam os fluxos do desejo. Codificar o desejo - e o medo, a angústia dos fluxos descodificados - é o objectivo do socius. (DELEUZE; GUATTARI, 2010)

Entende-se esta dada produção como ação patológica de autoprodução e o *corpo sem órgãos* como ser esvaziado de expressões próprias, aquele transformado em objeto mas, que as máquinas nunca desejaram criar. No caso do exposto, sua imposição como normalidade garante o alargamento das disparidades sociais, onde o trabalhador (incorporado ou não ao capital) caminha a cada prerrogativa para seu esvaziamento total (morte). É a expropriação da vida que garante tal manutenção, ao passo que o extermínio humano se evidencia como vislumbre de uma Terra descapitalizada, seria este o limite? Também torna-se interessante a constatação acerca da exploração dos recursos naturais, que se aproxima cada vez mais da morte planetária e extinção de nossa espécie, do que da dissolução do sistema capitalista.

A unidade primitiva, selvagem, do desejo e da produção, é a terra. Porque a terra não é apenas o objecto múltiplo e dividido do trabalho, mas também a entidade única indivisível, o corpo pleno que se rebate sobre as forças produtivas e se apropria delas como se fosse o seu pressuposto natural ou divino. O solo pode ser o elemento produtivo e o resultado da apropriação, mas a Terra é a grande estase inegendrada, o elemento superior à produção que condiciona a apropriação e a utilização comuns do solo. É a superfície na qual todo o processo da produção se inscreve, onde os objectos, os meios e as forças de trabalho, se registram, e os agentes e produtos se distribuem. Ela aparece aqui como quase-causa da produção e objecto do desejo (faz-se sobre ela a ligação do desejo com a sua própria repressão). A *máquina territorial* é, pois, a primeira forma de socius, a máquina de inscrição primitiva, <<mega-máquina>> que cobre um campo social. (...) A máquina social é literalmente uma máquina, independentemente de qualquer metáfora, porque tem um motor imóvel e faz diversos tipos de cortes: extração de fluxo, destacamento de cadeia, e repartição de partes. Codificar os fluxos – o que implica todas estas operações – é a mais importante tarefa da máquina social, na medida em que as extrações de produção correspondem a destacamentos de cadeias, e que daqui resulta a parte residual de cada membro, num sistema global do desejo e do destino que organiza as produções de produção, (...), As produções de consumo. (DELEUZE; GUATTARI, 2010)

Os autores buscam promover o entendimento sobre as relações de causa e efeito entre a produção e o meio no qual ela está posta. Para eles, o território designa o elemento produtivo, que proporciona e possibilita a extração e transformação dos elementos em produto.

Desta forma, em desacordo com o exposto, a Terra não representa nenhuma condição à naturalização das dimensões exploratórias tais como propostas pelo capitalismo, muito diferente disso, ela pressupõe um todo orgânico em sofrimento, em risco vital. A apropriação que dela se faz é fruto de ignorância e desrespeito, fundamentadores de políticas, éticas e manobras de controle que visam garantir a acumulação, ao mesmo passo que promovem a destruição em massa da possibilidade de futuro. Este é o produto, mais um dentre tantos objetos do capitalismo.

A *máquina-social capitalista*, segundo o filósofo Achille Mbembe é imposição desvinculada de qualquer causalidade, se não o desejo e promoção de preconceitos e disparidades (necessários à sua autoprodução), em destituição à qualquer coletividade e modo de vida sustentável. Ela depende da transformação de toda vida (que perpassa animais humanos e não-humanos, bem como espécimes vegetais) em morte. O que promove o capitalismo ao maior arranjo criminoso da história; que não se produz autonomamente, mas se materializa através do delírio coletivo e outros construtos.

Economia do desejo é o que representa o capitalismo mundial integrado, que estabelece elites, trabalhadores e *outros* "não-garantidos" (trabalhadores precarizados, negros e estudantes, enquanto categoria de destituição do Ser), existências cercadas pela disseminação do ódio à diferença, produzida para justificar o processo maquínico social. É neste sentido que, para Guattari, em sua *Micropolítica: cartografias do desejo* (1996), o capitalismo, ao criar tipos de indivíduos sociais, estabelece aos não-garantidos o desemprego.

Segundo os autores, a produção desejantes, através das sínteses passivas das máquinas, produz a realidade e não é de uma forma natural. No capitalismo, as pessoas também se tornam objetos da produção desejante. A subjetividade é fabricada e incorporada como fato referente ao ente, mas representa mais uma ilusão que o humano, transfigurado em *socius* e transmutado em matéria amorfa, sequer percebe, como fator estruturante imposto, pois sua falsa consciência deturpa seu entendimento.

Analisar as origens do capitalismo como sendo o fruto de uma evolução exclusivamente orgânica e linear da sociedade ocidental ou como o produto do “gênio” que, segundo muitos autores, seria específico aos europeus, é certamente um erro no qual caiu mais de um pensador. Na base desta absurdez, no entanto, estabeleceu-se a premissa, amplamente aceita, segundo a qual haveria um nexo de causa e efeito entre capitalismo e Modernidade.

Mas o problema não está realmente aí, senão embutido em uma questão mais ampla, conforme Moore, de forma a tornar-se um verdadeiro quebra-cabeça quando colocada no centro de nosso debate: caso o capitalismo não tivesse sido o processo da evolução interna da sociedade ocidental, como o teria surgido e de que forma? Com isso, é necessário atentar-se à complexidade presente em tentativas de responder à questão.

É neste sentido que o *devir-negro* da ótica da filosofia da diferença pode ser dito como um produto capitalista, que promove um eterno “vir a ser” que se realiza no *negro* como *minorias*, o que transparece violência e atua no fortalecimento da continuidade sistêmica. Ele é o custo da “produção da produção”, a vida em sua possibilidade, suprimida e apagada de forma brutal, cada vez mais brutal. Neste contexto, o neoliberalismo, cá nos anos 20 do século XXI, produz novos mecanismos que propiciam a morte como objeto ofertado às “minorias”.

Guattari, entende *minorias* como plural e diversificada, mas não propõe distingui-las de fato, nas obras citadas. Interessou-o trabalhar a questão de forma mais geral, ainda que se tenha objetivado estabelecer relação de distinção entre as minorias e a marginalidade. Para o filósofo, o sujeito social acolhe a subjetividade produzida pela máquina de capital, seja em relação à alienação marxista, opressões ou anulações de singularidades (comporta a individuação). Porém, em todos os sentidos, o indivíduo é preparado (esvaziado de individualidade e crítica) para incorporar o produto subjetivo, de forma que não permite sua recusa ou resistência.

Em Mil Platôs (1980), continuação do subtítulo Capitalismo e esquizofrenia de Deleuze e Guattari, mas que nada tem em comum com a primeira versão, o texto divide-se em quinze “platôs”, que remetem a uma pluralidade conceitual com base em circunstâncias. Neste sentido, a crítica ao Édipo, enquanto complexo, é abandonada e em seu lugar surge a necessidade de versar sobre a multiplicidade, se possível sua categorização. Certamente é uma

obra que propõe-se a refletir sobre as fronteiras, territorializações e rearranjos das concepções de mundo e todas as suas formas de expressão.

A história universal da contingência atinge aí uma variedade maior. Em cada caso, a questão é: onde e como se faz tal encontro? Em vez de seguir, como no Anti-Édipo, a sequência tradicional Selvagens-Bárbaros-Civilizados, encontramos agora diante de todas as espécies de formações coexistentes: os grupos primitivos, que operam por séries e por avaliação do "último" termo, em um estranho marginalismo; as comunidades despóticas, que constituem, ao contrário, conjuntos submetidos a processos de centralização (aparelhos de Estado); as máquinas de guerra nômades, que não irão apossar-se dos Estados sem que estes se apropriem da máquina de guerra, que eles não admitiam de início; os processos de subjetivação que se exercem nos aparelhos estatais e guerreiros; a convergência desses processos, no capitalismo e através dos Estados correspondentes; as modalidades de uma ação revolucionária; os fatores comparados, em cada caso, do território, da terra e da desterritorialização. (DELEUZE; GUATTARI. 2010)

A partir da construção ontológica e da observação do mundo social, a teoria da multiplicidade é apresentada como interpretação da realidade, que configura admissão da reformulação dos dados, segundo a não incorporação da categoria de “unidade natural”. O posicionamento do conceito *rizoma* como especificidade promotora de diversidade, não comporta a questão da escolha. Categorizar, subjugar, descentralizar, marginalizar, iludir, privar, dentre outros verbos, designam escolhas e convenções, de forma que não podem ser ditos como fluxos naturais. Contudo, há ainda um *devir-negro*, uma interpretação, a qual cabe dizer ser rizomática, ela funciona como modo de resistência, em sua multiplicidade.

Neste sentido, a multiplicidade pode ser dita como condicionante ao próprio *devir*, que admite, em si, transformação, determinada por processos imanentes, que não se expressam ou determinam segundo lógica alguma, mas convergem em encontros e metamorfoses. Assim percebe-se como uma grande “salada” de possibilidades de todo ser, neste instante, correlato ao corpo pleno sem órgãos, que promoveria esse dado encontro de multiplicidade. Mas, não seriam pois realidades desenvolvidas, propiciadas, acarretadas, pensadas exatamente para caberem na ilusão do acaso? O que corrobora ainda mais a noção de produto com potencial de produção.

É preciso ver além das imposições do processo maquínico capitalista, para conseguir enxergar as pessoas reais – não indivíduos padronizados pela teorização, uma vez que ela não alcança a realidade individual produtora, em expressão diversificada, da subjetividade

humana. A categorização do sujeito fabrica, dentre muitos produtos, a invisibilização daqueles atravessados pelo processo de racialização do ser humano – estes, hoje, precisam desesperadamente serem incorporados às possibilidades do viver. Contudo, segundo Félix Guattari, em sua *Cartografias do desejo* (1996), o projeto de fabricação de subjetividades aparece como forma de controle das massas operárias; contextualizando a cultura capitalista e a singularidade dos indivíduos transformados em espectadores e receptores das projeções impostas pela máquina social capitalista, o autor promove a ideia da cultura como forma de controle do ser social.

Em Guattari, na obra mencionada acima, a subjetividade é entendida como produção da máquina social, como uma natureza industrializada. A subjetividade é sugerida e promove ilusões.

Considerou-se que os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari não chegaram a focar diretamente na questão racial disparada pela ilusão de superioridade racial. No geral, o máximo que se pode enxergar fora que a raça e o racismo aparecem como um delírio social, histórico e político de todos os povos. Sobre a diáspora, colonialismo e escravização, Deleuze não se aprofundou. Junto com Félix Guattari, em *O anti-Édipo*, Deleuze defende que o “delírio racial”⁴⁶ não funda apenas uma ficção ou é racista necessariamente, mas caracteriza-se como uma invenção de povos e culturas ao longo da história universal – sob o ponto de vista ocidental.

A partir da investigação acerca de *Necropolítica* (2013) e *Crítica da Razão Negra* (2018), do filósofo Achille Mbembe, buscou-se evidenciar os condicionamentos de morte, impostos pela prática de soberania que destituiu o não-soberano em objetos desumano, como produto da produção capitalista, conforme articulado por Deleuze & Guattari. Durante o percurso, sobretudo no segundo capítulo desta proposta, pretendeu-se examinar como a realidade atual se comporta diante das determinações produtivas. Neste sentido, observou-se a existência de sociabilidades que também são produtos, articulados através da necessidade, também enquanto objeto. Estes condicionamentos sociais promovem a xenofobia, exclusão

46 (...) todo delírio tem um conteúdo histórico-mundial, político, racial; arrasta e mistura raças, culturas, continentes, reinos (DELEUZE E GUATTARI, *O Anti-Édipo*, p. 123).

social e contribuem para a atualização das práticas racistas e discriminatórias a partir da ação de inúmeros preconceitos.

Dessa forma, pôde-se verificar a presença de uma relação de crescimento exponencial entre a sistematização capitalista e o aumento da disparidade social. Neste seguimento, é viável frisar que o desenvolvimento de projetos tais como o endividamento das populações carentes, assim como o encarceramento e anulação dos direitos sociais dos mesmos grupos, processam o desenvolvimento de suas mortes. O abismo entre as classes dominantes e as dominadas culmina na morte destes, que se faz “necessária” à manutenção dos privilégios, incluindo a vida, das elites mundiais.

Considerou-se também as sociedades pós-colonizadas como produtos sociais onde mais imperam as injustiças e desigualdades, justamente como ação produtiva que opera para manter as estruturas e eterna vigência do capitalismo, em acordo com a noção de superfície de registro que é, em si mesmo, um produto do sistema.

(...) O que nos interessa aqui não é o que o filósofo francês pensou apenas ou somente o que podemos pensar sobre Deleuze, mas o que com Deleuze, a partir de Deleuze (seja em favor ou contra Deleuze), nós somos (ainda) capazes de pensar. Neste sentido, ainda que seja muito óbvio, vale dizer que uma boa maneira de “seguir-lo” é passar por onde ele não passou. Afinal, estamos de acordo com a ideia de que a história da filosofia “é inteiramente desinteressante se não se propuser a despertar um conceito adormecido, a relançá-lo numa nova cena, mesmo ao preço de voltá-lo contra ele mesmo”. É preciso descentrá-lo, confrontá-lo. (NOGUERA, pág.1, 2014)

Desta forma, tendo em vista que a filosofia de Deleuze e Guattari propõe-se a pensar a criação de conceitos como expressão filosófica, que comunica ideias, o professor Renato Nogueira colocou-se a investigar “o grito de Eric Garner” como conceito remetente à lógica da precarização e destituição da vida humana e expressão de toda estrutura racial e sociopolítica que atravessam vidas humanas subalternizadas, as minorias. Com objetivo de denunciar o conceito filosófico anteriormente citado, o professor Nogueira retoma fatos históricos – tragédias nacionais silenciadas – assombrados pela subjugação da vida travestida de “foi um acidente” ou “ele(a) era envolvido”. Ora, a negligência é uma escolha nada justificável. Como assimilar a morte por asfixia de uma pessoa que implorava a seu agressor pela possibilidade de sentir novamente o ar entrando em seus pulmões? O fazer valer da ilusão sobre o poder soberano não pode ser suficiente para justificar o questionamento.

O filósofo, aponta para o preconceito racial como fundamento da imposição da morte ao corpo desumanizado, mais ainda, o professor critica a rasa noção – aparada sob preceitos dogmatistas e epistemicidas – que limita a intervenção filosófica ao campo subjetivo deslocado da prática social. Ora, se a filosofia transita entre a percepção e reflexão sobre as realidades, por que não se pode pensar o campo social através de suas estruturas lógicas? Desta forma, críticas que se empenham em argumentos que tendem à deslegitimação do exercício filosófico a partir da investigação crítica das realidades, se esforçam também, direta ou indiretamente, pela manutenção dos sistemas e hierarquias criticados.

(...) Deleuze, a partir da obra de Foucault, distinguiu três regimes sociais – as sociedades de soberania, as sociedades disciplinares e as sociedades de controle. Primeiro: “Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições”. Segundo, é importante compreender que aquilo que comumente se denomina passagem de regime social para outro não indica necessariamente uma fase superada. Neste sentido, as sociedades de soberania se transformam, mas não cessam completamente. O mesmo se pode dizer das sociedades disciplinares, que também seguem margeando e se agenciando com as forças do regime social que gira em torno do controle. Para Deleuze, ainda que seja preciso compreender as forças específicas de cada regime social, não se trata de fases que desaparecem sem deixar ecos visíveis. Os investimentos na produtividade do corpo, efeitos de poder como sujeição e dominação, se aperfeiçoam, retroalimentam e acumulam. Na sociedade de soberania, castiga-se; na disciplina, busca-se a utilidade econômica e docilidade política; na sociedade de controle, fluxo contínuo e gestão da vida. Aqui vamos nos dedicar ao regime social que atende pelo termo “controle”. A expressão “sociedade de controle” apareceu na Carta a Serge Daney, um prefácio feito por Deleuze para o livro *Ciné Journal*, publicado em 1986, do crítico de cinema francês Daney. (NOGUERA, pág.5, 2014)

O professor salienta sobre a demarcação deleuziana que aponta três tipos de sociedade que se estruturam através do controle social: sociedades de soberania, sociedades disciplinares e sociedades de controle. Neste ponto, a continuidade da análise argumentativa sobre o assunto não requer pensar qual dos tipos representa a melhor opção de prática social, mas sim refletir que o trânsito de uma à outra não implica a superação de qualquer um dos casos – dado que as soberanias podem transformar-se sem necessária finitude; a prática de ambas está enraizada em processos de convenções e sujeições. Neste sentido, Deleuze aponta para indícios de que as instituições sociais disciplinares vivenciariam uma crise generalizada que as conduziriam ao status de “controle”.

Deleuze, em *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*, busca investigar, brevemente, sobre supostos marcadores que delimitam a transição das *sociedades disciplinares* (ponto de partida originário do pensamento foucaultiano) para as *sociedades de controle*, conforme é possível notar na bela articulação proposta pelo filósofo brasileiro Renato Nogueira, em seu texto *Sociedades de Controle e o Grito de Erick Garner: o racismo antinegro do cogito da mercadoria na (através da) filosofia de Deleuze* (2019).

O empreendimento deleuziano parte então da visualização e crítica sobre o colapso das estruturas disciplinares a partir da tentativa de manter e atualizar o exercício do poder nas sociedades, de forma a acarretar novos mecanismos de controle, cada vez mais estruturados e de difícil percepção. Neste sentido, o desenvolvimento das formas de controle social culminam em estratégias que se realizam direta e indiretamente.

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. (...)Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. (...)mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultrarápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. Não cabe invocar produções farmacêuticas extraordinárias, formações nucleares, manipulações genéticas, ainda que elas sejam destinadas a intervir no novo processo. (...)Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas. (DELEUZE, pág. 1, 1990)

Segundo o autor, a produção da subjetividade opera-se de acordo com a lógica da produção social, observar e absorver o trânsito social da estrutura disciplinar para a de controle pressupõe novos mecanismos de produção subjetiva, que ultrapassam a lógica funcional de ambientes fechados e centralizam-se em espaços amparados não só pelas instituições, mas também pela nova subjetividade amparada pela complexificação da economia, que passa a amparar-se, sobretudo, na ideia de necessidade suscitada pelo capitalismo, enquanto *máquina social*. O “refinamento” do exercício do controle no capitalismo atual, globalizado e neoliberal, aponta para a desumanização da vida, dando lugar à produção da morte, em detrimento da gestão da vida.

Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos”. É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão –, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o surf já substituiu os antigos esportes. (DELEUZE, pág. 2, 1990)

Para o filósofo francês, o desenvolvimento econômico vinculado ao sistema capitalista promove um rearranjo na concepção do indivíduo e, conseqüentemente, na subjetividade criada para seu condicionamento; se na sociedade da disciplina o sujeito representava parte integrante de um “corpo”/composto industrial, na de controle ele passa à status de divisível, que no aglomerado “massa” corresponde às amostras mercadológicas, distinguidas pela atuação da forma “dinheiro” em suas vidas (sujeições).

(...) O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas. (DELEUZE, pág. 3, 1990)

Com efeito, a sintetização de Gilles Deleuze aponta transformações condicionadas pela configuração capitalista do mercado globalizado, onde o humano é intimado, sem direito à recusa, à atuação ativa projetada por tentáculos da máquina capitalista, em seu ciclo de produção das realidades. A desintegração das fronteiras aniquila limites e nas sociedades controladoras nada se termina, a ação empresarial, o desenvolvimento humano, tudo é articulado para o lucro através da morte. Sendo assim, a necropolítica e racismo estrutural são expressões da prática de controle social, o que se pode comprovar ao observar as realidades marginalizadas.

Há tempos que a complexificação da economia envolveu para a produção e gestão da morte. Nas sociedades expressadas através dos fluxos de capital, pensar meios de contraposição à disparidade social, como no combate à insegurança alimentar, por exemplo,

significa também ir de encontro ao núcleo de convergência, poder de morte, do produto da máquina social capitalista, que tantas vezes assassinou possibilidades em detrimento da continuidade de seus fluxos, através do esmagamento de vidas categorizadas.

O professor camaronês Achille Mbembe, através de seus escritos e reflexões sobre a atualidade das políticas de raça que envolvem o desenvolvimento cultural, social e econômico, representa um dos mais importantes teóricos das últimas duas décadas, comprometido com a curadoria das realidades impostas às nações pós-colonizadas. Seus estudos apresentados em *Necropolítica* e *Crítica da razão negra* ajudam-nos a compreender e fortalecer nossos argumentos sobre como a imposição do sujeito racial – desdobrada no processo de aculturação de todos os territórios do mundo –, enquadrar-se como principal base possibilitadora da realização do atual sistema econômico vigente, o capitalismo, tal como o é; que por sua vez transformou-se em um projeto global de produção de morte.

Acredita-se que a ilusão, o *delírio*, projetada pela crença na superioridade racial, condiciona uma mentalidade racista e outros desdobramentos capazes de invisibilizar, marginalizar, endividar, encarcerar, deixar morrer ... impor variadas realidades ocasionadas deliberadamente para atingir a grupos específicos de pessoas que não são contempladas pela identidade imposta pelo “rosto branco” do capitalismo (bem como do conhecimento moderno), que objetiva criar e enaltecer privilégios e vulnerabilidades sociais. Neste sentido, o racismo nas sociedades capitalistas atua como mecanismo de implementação do *devir-negro*, que em diálogo à necropolítica, propõe a reflexão sobre os limites da prática de soberania, que se realiza segundo a lógica racista colonizadora de milhões de mentes.

A lógica de acumulação desenfreada, proposta pela sistematização capitalista, é responsável pela concentração de poder sobre a vida (biopoder), que é também estabelecida pelo domínio territorial. Dessa forma, a perseguição às terras africanas e indígenas, como expressão da dominação de ordem econômica, determina a desterritorialização e marginalização mas, no imaginário delirante, ambos representam uma espécie de degradação autosugerida – como evidenciado nos textos deleuze-guattariano, no tocante à contextualização das *minorias* não integralizadas aos sistemas econômicos globalmente difundido – pela anulação, aculturação, apagamento histórico, violência e ascendência da brutalidade, eis a questão. O que objetivamos é, mais uma vez, atentar para a urgência das

reestruturações sociais – porque cada sociedade que se tornou simultânea ao agora, precisa observar-se integralmente, como um “check-up”, enxergar e reconhecer seus traumas e doenças, necessariamente garantindo-lhes cuidados.

De fato, o capitalismo tornou-se um vírus mortal que precisa ser tratado, resta ainda calcular as estatísticas sobre deslocamentos possíveis que não comportem tragédias. Pois a realidade é a do esgotamento planetário, de toda biodiversidade. Tal sistematização econômica não prevê um equilíbrio; ora, não faz sentido concentrar o poder na ilusão do valor monetário, enquanto a vida se esvai, nos é tirada para alimentar o desejo pela morte, que cada vez mais reveste-se de brutalidade. É desta forma que o mundo nos parece: desequilíbrio forjado em favor de um lucro que não existe. É inconcebível que o dinheiro, sua ideia e realização, determinem a situação de vida ou morte, que o delírio continue roubando mentes, aprisionando potências, delegando insegurança alimentar e nutricional – injustificável, ainda mais considerando todas as toneladas de alimentos que são produzidos e desperdiçados todos os anos (só em 2019, segundo o "Índice de Desperdício de Alimentos 2021" – levantamento promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a organização britânica de resíduos WRAP, segundo apontado por Fernanda Paúl em seu artigo *Os efeitos do desperdício chocante de alimentos no mundo* – 931 milhões de toneladas de alimentos foram desperdiçadas).

Mais ainda, interessa-nos observar a sociabilidade imposta à pessoas racializadas, provocada pela concentração do poder e ação do sistema capitalista, como um dos conceitos chaves para pensar essa data reestruturação que se apresenta urgente. De maneira que a concepção mbembeana de “devir-negro” atrelada à conceituação sobre imposição do “sujeito racial” permitem constatar a discussão racial como caminho para a realização das mudanças necessárias.

Das fases pré-capitalistas ao neoliberalismo atual, a economia mundial se organizou e fundou sob o grandioso esforço vital dos povos nativos africanos e indígenas, que tiveram seus territórios invadidos e explorados; além de terem sido sequestrados e escravizados, como muitas vezes já dito, pelo mundo inteiro, vítimas da imensurável maldade já vista e praticada por outros humanos.

A multiplicidade de Ser inspira diferença. Mas, a diversidade foi condenada a vestir moldes europeus, pelo aculturamento.. Ora, que audácia! Querer obrigar o mundo a te entender, em vez de buscar uma unidade coletiva natural, que propiciasse uma comunicação, de fato, efetiva. Foi forçoso, embora nada aceitável, que, com o passar do tempo, a racialização dos corpos passasse a designar um esteriótipo de inferioridade e superioridade. Nesse sentido, os substantivos “nativo” e “negro” são forjados, pela história predatória europeia, a carregar o estigma do ser inferior. Um absurdo, só de pensar! Imaginem: mais de 300 anos de frequentes sequestros e escravização forçada. Inconcebível! Mas, as ideias de “liberdade, igualdade e fraternidade” já surgiram sob a maciça exploração dos corpos negros.

(...) o negro não existe, assim com o branco. A se tomar pela experiência de fato, na verdade não existe nenhum ser humano cuja cor de pele seja, *stricto sensu*, branca – pelo menos no sentido em que falamos do branco de papel, do giz, do lençol ou da cal. Mas, se essas duas categorias remetem afinal somente a um vazio, de onde foi que esse vazio e, no caso, a fantasia do branco, tiraram a sua força? (MBEMBE, 2018)

As diversas fases do Capitalismo contribuíram para que as sociedades humanas se organizassem, não mais em função do trabalho coletivo e interativo, mas do comércio dessas experiências. Suas etapas só foram e são possibilitadas através da exploração de uma força de trabalho, que das pessoas racializadas foram retirada à força de violência e sem remuneração; enquanto aos indivíduos privilegiados, restara um trabalho árduo, porém “assalariado”. Fato é que esse sistema promoveu desigualdades inimagináveis, mais desiguais para uns, que para outros. Como exemplo, cita-se a crítica ao projeto social que a colonização portuguesa impôs ao território que chamamos Brasil desenvolvida por Abdias Nascimento, sobretudo no que diz respeito à sociabilização dos afrobrasileiros e indígenas através dos genocídios.

(...) Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da “democracia racial”. Uma “democracia” cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a construíram detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de “democracia racial”? (NASCIMENTO, pag 54, 2018)

Para compreender o “mito da democracia racial” brasileiro criticado por Abdias Nascimento, é possível refletir primeiramente sobre o “delírio racial”, apresentado por Achille Mbembe, enquanto categoria conceitual delirante, que é em si mesma, produto e agente do racismo estrutural, tal qual proposto por Sílvio de Almeida, ou seja, sugere-se que a racialização se inicia na crença verdadeira em uma “superioridade racial”, logo, antes de significar a categorização hierárquica do “outro”, diz-se que racializar pressupõe também a fixação conceitual de *humano* enquanto um padrão: homem branco heterossexual, conforme exposto por Angela Davis.

Quem, em pleno século XXI teria coragem se aceitar a realidade? O que é a realidade e por quê não questioná-la? Infelizmente, as respostas possíveis são também complicadas, intimistas e dolorosas.

A razão negra é proposta, por Achille Mbembe, como uma constatação que considera diversos outros pontos de vista; ou melhor, do ponto de vista do “outro”, retomam uma rede de desdobramentos, incertezas e equívocos, capitados a parti das tentativas de classificação/caracterização de esteriótipos que significassem pertencimento, ou “despertencimento”, as sub-raças, que se organizariam de forma hierárquica (“superioridade racial”), considerando-se umas melhores que outras.

Como entender este conceito partindo de um delírio? Pois o que está posto é que “raça” é aquilo que é imposto, segundo um ponto de vista eurocêntrico, objetivando o desequilíbrio, uma vez que propaga um culto ao ódio à diferença, em sujeição a um padrão de humano privilegiado. Veja bem, os europeus, em sua neurose coletiva produziram mitos, nos quais consideraram-se o núcleo racional das “verdades” produzidas pela humanidade. Este equívoco permitiu a difusão da ideia de “raça”, dado que a civilização ocidental titulava-se uma raça superior a todas as outras (vale ressaltar que a diversidade fenotípica humana foi tomada como base para tal equívoco), instaurando assim a hierarquização entre as “raças”. Nesse sentido, a criação e disseminação de outros conceitos como o “negro” e “nativos” serviram e ainda servem para demarcar essa condição imposta, pela comunidade eurocêntrica.

Para Abdias Nascimento, em seu *O Genocídio do Negro Brasileiro* (2018), uma breve “comparação entre (...) definições, um aspecto ressalta impressionante: que a definição da palavra *negro* em português revela uma carga mais forte e violenta de conotações pejorativas”

(NASCIMENTO, pag 55, 2018). Neste sentido, propõe-se relacionar tal evidência à noção apresentada pela teoria mbembiana comentada ao longo deste trabalho, de onde é possível perceber a maximização das violências transgressoras do direito de existência humana como demonstrações do poder de transformação e fabricação a partir do *delírio racial*, enquanto máquina produtiva, conforme Deleuze e Guattari promoveram. É possível compreender que a prática genocida é um produto também, mais um fator estrutural no contexto capitalista.

Os substantivos “negro” e “nativo”, indicam ausência de humanidade, sob o olhar do colonizador, que os propaga – indicando sua crença na supremacia racial. Essa convicção racista também se aplica ao conhecimento ocidental produzido sobre África, o continente; o que ocasionou danos irreversíveis, pelo processo de aculturação, invasão e ocupação indevida, promovidos pelas metrópoles imperialistas, ao continente africano. Observe indignado: os africanos, bem como outros povos de maioria negra, não se organizavam sob a tutela deste conceito, o que não gera identidade para com o termo. Essa última se perde – sob o ponto de vista dos europeus – no traslado de vidas pelo Oceano Atlântico. A destituição de humanidade do corpo racializado, que foi ficando cada vez mais preto.

Segundo Mbembe, o termo “negro”, apareceu escrito em francês, no século XVI, mesmo com cerca de dois séculos de seu uso frequente, desumanizatório e abusivo. Ele designa um corpo, uma possibilidade de vida específica. O esteriótipo do “negro” dialoga com suas possibilidades físicas, força bruta, mais especificamente. Com isso pessoas pretas, de origem africana, foram transformadas em “negros”, representadas como corpos de extração de força de trabalho, na construção de um *homem-moeda*, um objeto, não um humano.

Reorganizando as ideias, ao compreender a lógica da exploração capitalista ocidental diante desse processo de fabulação. A opressão, gerada aos indivíduos racializados, fora fundamental para a consolidação desse comércio de vidas, que solidificou todo o mercado financeiro atual, para o trabalho. De modo que a maldade mais inesperada surge: fazer, através da tortura, com que os humanos “diferentes” trabalhassem em favor do benefício próprio dos impérios ocidentais, enquanto esses últimos tentavam convencer a si e aos outros de que o lugar de origem da diferença era o de exploração e intolerância, sobretudo de exclusão da ideia de padrão por eles impostas.

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. (NASCIMENTO, pag 59, 2018)

Quais são os frutos das políticas de raças? Planos eugenistas foram disseminados por inúmeros países; a proliferação do ódio à diferença; negação de espaços políticos, bem como a indisponibilização de espaço físico (moradia); dificuldade de acesso à educação; encarceramento em massa, endividamento e morte, precoce e banalizada, dos povos originários e seus descendentes. Dessa forma, é possível observar a questão racial se desenrolar num processo biopolítico: a necropolítica.

A exploração da força de trabalho de sujeitos racializados, pelas “grandes” metrópoles, desde seu início, permitiu que a fase de acumulação primitiva de capital perdurasse até os dias atuais, onde as novas leis trabalhistas, num contexto de Brasil, remontam abusos criminosos. O que possibilita ao empregador continuar ganhando muito mais dinheiro. Ora, o que temos é uma eternidade de exploração excessiva, dos povos racializados? E seguindo essa linha, espantar-se-ão ao observar que, ainda, as mortes são contabilizadas, como cédulas de valor insignificante. Sendo assim, a fantasia do europeu tornou-se a marca de seu modo de habitar o mundo: distribuindo violência, brutalidade e crueldade.

O que se tem hoje, no Brasil, é fruto de todos esses fatos. Dessa forma, ao lidar com a realidade da população racializada, percebe-se o tamanho do problema: pessoas foram sequestradas e escravizadas, nesse território, por mais de 400 anos (de levantes e revoltas desses populares, diante das práticas sofridas), mesmo tempo pelo qual as mulheres africanas e afrobrasileiras foram maltratadas e estupradas... Muito tempo, que formou e fundamentou uma cultura deprimente de aceitação (do lado que pratica) e assimilação desses abusos. E ainda hoje lida-se com novas formas de racismo e desigualdades, que objetivam fixar a ideia de domínio, soberania e subjugação. Não existe liberdade e a elite social brasileira se mantém torturando e excluindo as populações marginalizadas.

O Estado brasileiro não é representativo, o cenário político é comandado por uma elite excludente, com suas tradições burocráticas articuladas para o benefício de sua própria classe há muitos séculos, o que não permitiu aos povos marginalizados uma maior interação ao núcleo que pensa as questões políticas e sociais. Ora, sabe-se que tal organização é determinada pelo projeto eugenista brasileiro, mas nada impede que se faça a seguinte questão: como brancos, descendentes de uma sociedade que se sustentou, por séculos, sob o peso do sequestro, tortura e escravização de outros iguais, poderiam pensar uma política social que abarcassem todas as demandas das camadas populares? Como pensar soluções para problemáticas que não se vive (e muitas vezes são banalizadas)? Neste contexto, as realidades sociais brasileiras corroboram esta noção conflitante de políticas públicas excludentes.

O atual cenário político neoliberal apenas propõe a continuação da exploração da morte; especificamente, do derramamento de sangue preto e indígena. A economia continua exclusivamente dependente da força de trabalho, e muito dessa força provém dos subempregos, que, assim como as armas federais ou o medo da sombra da fome, também mata, por exaustão física e mental. O Estado controlador da economia, também se coloca como gestor e promovedor das mortes, inclusive as programadas pela necropolítica. E não é possível que haja uma política que crie e recrie novos mecanismos de “deixar morrer” e “deixar viver”! Contudo, essas decisões foram e ainda são tomadas, de modo que responder a essas perguntas representa a máxima expressão de soberania e sua manifestação de poder.

O Neoliberalismo, expressado nas sociedades brasileiras, tem sido representado pela falta de formulação de políticas públicas que articulem a resolução definitiva e efetiva das necessidades sociais, existentes em sua comunidade. A crise democrática se articula à crise ética, bem como às crises na educação, no sistema de saúde, no sistema carcerário, na mobilidade, na economia, no trabalho (e falta dele) e em tantas outras. Existe ainda uma dificuldade, provocada pelo abismo existente entre as realidades, em formular suas próprias necessidades conforme a mesma. A falta de representatividade política não permite que os verdadeiros problemas sociais sejam evidenciados e sanados. A desordem moral, rouba bilhões em dinheiro e nega infraestrutura básica, o que silencia milhares de sonhos todos os dias. É neste sentido que ainda pergunta-se: “quem matou Marielle Francisco da Silva e

Anderson Gomes?” e clama-se, diariamente, por justiça por tantas crianças, jovens e adultos marginalizados que tem seus direitos negados e resumidos à morte precoce e violenta.

Essa dor talvez ajude as pessoas a responder se somos de fato uma humanidade. Nós nos acostumamos com essa ideia, que foi naturalizada, mas ninguém mais presta atenção no verdadeiro sentido do que é ser humano. É como se tivéssemos várias crianças brincando e, por imaginar essa fantasia da infância, continuassem a brincar por tempo indeterminado. Só que viramos adultos, estamos devastando o planeta, cavando um fosso gigantesco de desigualdades entre povos e sociedades. De modo que há uma sub-humanidade que vive numa grande miséria, sem chance de sair dela — e isso também foi naturalizado.

O presidente da República disse outro dia que brasileiros mergulham no esgoto e não acontece nada. O que vemos nesse homem é o exercício da necropolítica, uma decisão de morte. É uma mentalidade doente que está dominando o mundo. E temos agora esse vírus, um organismo do planeta, respondendo a esse pensamento doentio dos humanos com um ataque à forma de vida insustentável que adotamos por livre escolha, essa fantástica liberdade que todos adoram reivindicar, mas ninguém se pergunta qual o seu preço. (KRENAK, 2019)

O Brasil é um país tão desigual, que, mesmo durante uma pandemia mundial que impôs, em certos momentos, a necessidade de implementar e manter um isolamento social, se conseguiu bater recordes de letalidade policial, bem como pela ação do vírus, no que diz respeito à mortalidade de pessoas pretas. A crise do Coronavírus vem perturbando a humanidade, durante a segunda década do século XXI. Segundo a Organização Mundial da Saúde⁴⁷, o COVID-19 se caracteriza pela promoção de doenças respiratórias, no organismo. Foi preciso se manter em isolamento, nos primeiros 8 meses de 2020, para que se evitasse a contaminação e disseminação do vírus. Em março do ano anteriormente citado, a doença eclodiu no Brasil, inicialmente na camada social econômica que representa as elites, mas sua velocidade de propagação foi e é tanta, que em Julho do mesmo ano já se acumulava mais de 69 mil mortes, em decorrência da doença; das quais 53% das vítimas eram pessoas pretas. Não se imaginou, até então, que chegaríamos às mais de 694 mil mortes em solo brasileiro, segundos os dados oficiais⁴⁸ divulgados pelo Ministério da Saúde.

Esse vírus está discriminando a humanidade. Basta olhar em volta. O melão-de-são-caetano continua a crescer aqui do lado de casa. A natureza segue. O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os

47 Disponível em: <https://www.who.int/pt> .

48 Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html .

povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise. (KRENAK, 2019)

Ora, o isolamento social se faz impossível para aqueles que precisam trabalhar diariamente, para ter o que comer. E ficar em casa não é o bastante, dado que o vírus se propaga pelo ar e é necessária uma gama de procedimentos higiênicos, os quais nem toda pessoa tem acesso, para se evitar o contágio... Precisa-se tornar evidente as dificuldades enfrentadas pela população, que se encontra em situação de vulnerabilidade social e não tem acesso à água potável, sabão, álcool 70% ou mesmo máscaras protetoras.

Essas dificuldades são inconcebíveis e gritam as injustiças que acometem grande parte da população brasileira. Quem realmente está se mantendo em isolamento social? Aqueles que podem depender, nesse caso pagar, pelo trabalho dos outros para sobreviver... séculos de Brasil e ele se mantém o mesmo dependente da exploração do trabalho e da morte dos “outros”. Quem são esses outros? Quem está tendo que comercializar sua própria vida, em troca de mais um dia exaustivo, da mesma? Pensando bem, quem é que tem praticado o isolamento social, por todo esse tempo? Ou melhor, quem foram as pessoas isoladas da convivência com os grandes centros? Quando o direito à vida se desfaz não há como respirar, não saber se fica ou sai de casa, mesmo sem a comida diária também não permite respirar; quando podem ficar em casa, ainda não conseguem encontrar a segurança que precisam, pois o Estado mata à “delivery”, para que um núcleo consiga sobreviver.

Na impossibilidade de apelar para a consciência brasileira, acreditamos que consciência humana não poderá mais permanecer inerte, endossando a revoltante opressão e liquidação coletiva dos afrobrasileiros (...) Caracteriza-se o racismo brasileiro por uma aparência mutável, polivalente, que o torna único; entretanto, para enfrentá-lo, faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e antigenocida. Porque sua unicidade está só na superfície; seu objetivo último é a obliteração dos negros como entidades física e cultural. (NASCIMENTO, 2018)

Gostaríamos de destacar conclusões sobre esta breve tentativa de experimentar e expor, agora mais de quatro séculos após, sobre a pior escolha de representantes da humanidade, pensamentos distintos sobre realidades longínquas que transformaram a vida na atualidade desumana e indigesta que é extraída violentamente da possibilidade de futuro. Quem são os filhos do capitalismo? Esta é a uma pergunta importantíssima, pois se propõe a

pensar, enxergar e refletir sobre a lógica capitalista e suas realidades, implicadas para diferenciar através do "deixar viver e deixar morrer", como bem colocado por Achille Mbembe em sua Necropolítica. Como o *devir-negro* atravessa as vidas, nas sociedades capitalistas? De acordo com as proposições mbembianas, existem, nestas sociedades, abismos sociais produzidos pela máxima exploração sistêmica. O delírio pela produção transformou os indivíduos racializados e transformados em *homem-moeda*, expressão máxima da expropriação e esvaziamento do ser humano, e estes são conduzidos à dificuldade da sobrevivência, entregues à vulnerabilidade social, ao projeto de encarceramento em massa e à morte violenta. O capitalismo representa mesmo uma causalidade universal? O terceiro questionamento se propõe a provocar o pensamento reflexivo acerca da imposição do sistema de produção.

O sublime que se expressa através das formas de resistência – erguida pelos primeiros alvos da racialização do sujeito e herdadas pelos que ainda sofrem com o racismo estrutural que segrega e oprime a pretos, pardos, ameríndios e outros povos contrapostos ao padrão humano ocidental – é transformado em devir da realidade, nos moldes deleuze-guattariano, enquanto produto dos processos maquínicos desejantes que fabricam as máquinas sociais. No entanto, tal resistência não pode ser correlata do *devir-negro* mbembiano, que denuncia a máxima radicalização do construto socioeconômico ocidental (sistema capitalista), que difundiu a violência extrema como forma de controle a partir da instauração e concentração do poder biopolítico, como salientado por Michel Foucault em sua obra Vigiar e punir: e da promoção e gestão do esgotamento humano pelo trabalho e outras formas de alimentar o sistema de produção de vazios.

Enquanto persistir a ideia de que só se deve justiça aos seus e que existem raças e povos desiguais, e enquanto se continuar a fazer crer que a escravidão e o colonialismo foram grandes feitos da “civilização”, a temática da reparação continuará a ser mobilizada pelas vítimas históricas da expansão europeia e da sua brutalidade pelo mundo. Nesse contexto, é necessária uma dupla estratégia. Por um lado, é preciso abandonar o estatuto de vítima. Por outro, é preciso romper com a “boa consciência” e a negação da responsabilidade. É sobre essa dupla condição que será possível articular uma política e uma ética novas, baseadas na exigência de justiça. Dito isto, ser africano implica, antes de mais nada, ser o homem livre ou, como nunca deixou de apregoar Frantz Fanon, “simplesmente ser um homem entre outro”. Um homem livre de tudo e, portanto, capaz de se autoinventar. (MBEMBE, 2018)

Achille Mbembe, em sua *Crítica da razão negra*(, pontua que o sistema capitalista produziu o *sujeito racial* – no qual o *negro* aparece como o primeiro tipo a ser distinguido humanamente. Para o autor, a violação sem limites é acrescida da crença maquiavélica – que tende a justificar os meios e os fins sem que haja uma distinção, como processo – teve o projeto de escravização dos povos negros de origem africana como primeiro produto. Dado que o capitalismo sempre "precisou de subsídios raciais para explorar os recursos do planeta" (MBEMBE, 2018, pág 309), e por meio dos poderes de captura, influência e polarização as expectativas de um "devir-negro do mundo" se tornam ainda mais evidentes, principalmente com a lógica da globalização da lógica vida violência - que apresenta-se de forma brutal aos sujeitos racializados, sobre tudo os negros.

Enquanto houver secessão em relação à humanidade, não será possível a economia da restituição, da reparação ou da justiça. Restituição, reparação e justiça são as condições para a elevação coletiva em humanidade. O pensamento acerca do que há de vir é necessariamente um pensamento da vida, da reserva de vida, do que terá de escapar ao sacrifício. Também é necessário *um pensamento em circulação, um pensamento da travessia, um pensamento-mundo*. (MBEMBE, 2018)

Para Mbembe, enquanto houver distinção racial entre a humanidade não será possível instaurar uma "economia da restituição", pois é a partir do conjunto $E = \{\text{restituição, reparo, justiça}\}$ - onde E representa a base possibilitadora de uma economia integralista e proporcional às necessidades de cada indivíduo - que condições para uma humanização, enquanto elevação coletiva, ergueriam-se.

O que o mundo contemporâneo representa? Segundo o autor, o questionamento sobre o mundo é presente desde que o ser humano apareceu sob a tutela do signo *negro*, o *homem-mercadoria*. Deve-se questionar a relação de Implicação direta entre o mundo e a humanidade para forçar a distinção.

(...) por mais que se ergam fronteiras, muros e enclaves, que se divida, classifique, hierarquize, que se busque subtrair da humanidade aqueles e aquelas que foram rebaixados, que continuam a ser desprezados ou que não se assemelham a nós, ou com quem achamos que nunca vamos nos entender, existe um só mundo e todos temos nossa parcela nele. Este mundo nos pertence a todos igualmente e todos somos seus coerdeiros, mesmo se as maneiras de habitá-lo não sejam as mesmas - e é justamente daí que vem a real pluralidade das culturas e das maneiras de viver. Dizer isso não significa de modo algum ocultar a brutalidade e o cinismo que ainda

caracterizam o encontro dos povos e das nações. É simplesmente recordar um dado imediato, inexorável, cuja origem se situa, sem dúvida alguma, no início dos tempos modernos - a saber, o irreversível processo de emaranhamento e de entrelaçamento das culturas, dos povos e das nações. (MBEMBE,2018)

Na Crítica da razão negra, Mbembe investiga a atualidade de eventos praticados, deliberadamente, em função da crença ilusória, transformada em realidade, por ação do bio poder – enquanto controle sobre a vida. O autor busca evidenciar a relação entre “África” – aqui como conceito universalizante de toda multiplicidade originária do continente africano, berço civilizatório de toda humanidade – e o “mundo” – referenciado como a projeção delirante de organização social estruturada pelo sistema capitalista globalizado. O que faz de negro, nativo, índio, África e outros, substantivos marcadores da estrutura racial imposta pela crença delirante na superioridade racial. Achille Mbembe, propõe que a criação do sujeito racial no processo de replicação de crenças e imposição de um sistema econômico global está vinculado ao que ele chama de “devir-negro do mundo”, que atua como destinação obrigatória às pessoas racializadas.

Segundo o pensador camaronês, “raça” e “racismo” são substantivações que comunicam significados imperfeitos – dado que não é lógico que haja subdivisões mal interpretada da espécie humana, que deveria se apresentar em unidade, mesmo diante da diversidade – que não são capazes de distinguir entre dualidades tais como o interno/externo e o invólucro/conteúdo, o que promove “raça” a um “complexo perverso, gerador de temores e tormentos (...) de infinitos sentimentos” (MBEMBE, pag 27, 2018). Para o autor, tais substantivações são heranças de uma dimensão ilusória, que se ampara na imposição do sujeito racial, através da crença na superioridade racial. Aqui é importante que se compreenda que o “outro”, enquanto nominalização designatória da diferença do ser, não mais se utiliza para enxergar semelhança entre os indivíduos, mas sim para instaurar o medo e a desconfiança como justificativas à manobras de distinção que objetivam controlar e destruir. Ao citar Frantz Fanon, Achille Mbembe retoma, tal como fora explicitado pelo psiquiatra e filósofo martinicano, que a raça nomeia o ressentimento e desejo de vingança dos condenados à racialização. Desta forma, observamos que a compreensão da imposição do sujeito racializado não basta, é preciso também investigar seus impactos na atualidade.

Sendo assim, Mbembe retoma os “condenados da terra” como aqueles a quem se invisibiliza, marginaliza e nega-se o direito de ter direitos. A análise das sociedades pós-colonizadas possibilita observar o que se diz sobre um abismo social, que sustenta o movimento sistêmico, iniciado a partir do esgotamento humano e sua transformação em sujeitos raciais, homens-mercadorias, onde a atualização promovida pelas políticas neoliberais continuam garantindo a exploração pelo trabalho e seus salários de fome.

De acordo com Achille Mbembe, é necessário questionar o mundo como uma ideia universalizada, mas que encontra-se presa a determinações do tipo “A quem pertence?” e “Como habitá-lo?”, mas principalmente como funcionam as relações entre seus povos diversos (humanos e não-humanos). Faz-se importante identificar como esta ideia de mundo se universalizou por tais critérios. Para ele, a verdade é que só existe um mundo, no qual o delírio racial e o capitalismo anulam outras possibilidades de comunhão e unicidade entre as espécies do planeta. O “mundo de todo mundo” é proposto pelo autor como uma conceituação humanizada, que o caracteriza conforme seus interesses. Eis um paradoxo, se todo o mundo planetário está em processo de transformação através do desejo de uns poucos humanos, algo de muito instável se propõe: a marginalização dos não-humanos que garantem diretamente o equilíbrio da vida na e da Terra. O que está em risco é a sua própria durabilidade, que depende totalmente de uma nova reformulação do poder que o organiza, ou melhor: necessita abolir toda a ordem instaurada pelo poder, pois este mundo pertence a todos e deveria ser habitado com o objetivo maior de proteger a vida e não causar, deliberadamente, a morte, como está proposto pela atual lógica capitalista neoliberal.

Há a constante contaminação mental, a qual todos estão sujeitos, que diz respeito à ilusão referente a tentativa de justificar o individualismo e a sujeição com bases em falsas sentenças como: “pessoas morrem todos os dias”. Certamente a morte designa uma certeza mas, a forma como ela tem sido provocada é assustadora. As pessoas não querem morrer em decorrência da brutalidade ou da sociabilidade que lhes são oferecidas, a morte deveria convergir para a naturalidade da vida que se deveria levar.

O atual momento humano caracteriza-se pelo aumento da prática da violência, que nos é apresentada com muita crueldade e desamor. Enquanto corpos são considerados descartáveis a perguntas não devem ser ignoradas: até quando o delírio permanecerá

proliferando ignorância? Quando a vida voltará a ser protegida e respeitada? Um sistema econômico que não integra os indivíduos sociais como importantes e essenciais, que não possibilite dignidade e saúde para que os trabalhos possam ser desenvolvidos, não faz sentido. A ilusão do acúmulo impõe a todos o caminho contrário à vida, à continuidade.

Como bem pontuado pelo rapper Eduardo Taddeo, em seu poema introdutório no álbum *Necrotério dos vivos* (2020), não existe vida para aqueles que nascem mortos. As desigualdades se expressam de tantas formas que a assimilação nos obriga a prosseguir invisibilizando pedidos de socorro e lamentos de quem, sem possibilidades, tem sua vida extraída e suprimida na frente dos insensíveis olhos da humanidade perdida. Descrença para mim, descrença para tu, descrença para tua família. Se você é enquadrado no esteriótipo criminalizado, “não passarás batido”. A a cultura imprime resistência e força para garantir a sobrevivência, mas isso não bastaria para quebrar o desencanto do delirante desejo por morte presente nas “duras”, nos desastres provocados por agentes do serviço público que não se estende a todos. Por que “bandido bom é bandido morto” e como essa frase ocupa tal lugar no imaginário popular? O que é ter o esteriótipo de bandido e o que é a prática de crimes reais que anulam realidades potentes?

Felizmente, a cultura nacional é abrangente e muitos ainda se comprometem com o combate às práticas de negação ao acesso e os inúmeros desdobramentos do sistema capitalista. Muito embora, a cultura represente parte formativa de quem somos, ela é o espelho do modelo social composto pelos indivíduos, em suas especificidades, e por isso se apresenta de formas diversas.

A cultura de massa é a produção industrial realizada pela grande mídia, com objetivo de atingir a grande população social, distanciada de seu núcleo capitalizado (elites). Este tipo de produção não tem responsabilidade social e muitas vezes representa atentados à saúde e integridade física e econômica do indivíduo, proliferando o consumismo e outras ideias.

A expressão da cultura popular representa também o movimento contrário à monetarização da produção subjetiva e apresenta verdades silenciadas pela ordem social imposta pelo *biopoder*. De forma que a resistência evidencia seus muitos meios de se mostrar efetiva e imponente frente às imposições estruturais.

Tendo em vista relações éticas que permeiam o convívio social, é totalmente incoerente conceber uma economia que objetive o fim (uma vez que o colapso planetário propicia a extinção em massa) de qualquer possibilidade de reformular ou evoluir entre espaço e tempo. É preciso criar novas formas de se relacionar com o ambiente natural, abandonando sua exploração e devastação, opondo-se ao capitalismo integrado. É importante propor políticas públicas e sociais de enfrentamento ao racismo e disseminar o imaginário ecológico vinculado à sua prática, em contraposição ao a sociedade de consumo que se sustenta através da exploração do meio natural. Mas, enquanto isso não se efetiva, que todos reflitam sobre a realidade e meios de torná-la melhor.

O conceito de “necrotério dos vivos”, elucidado por Eduardo Taddeo, representa uma contundente contextualização da realidade imposta pelo projeto de colonização e padronização econômica. Com ele, é possível sintetizar a imposição da morte, do *devir-negro*, da supressão e transformação dos indivíduos em coisas. Tornar-se-á ainda mais abrangente, conforme sua disseminação. Eis mais uma expressão da resistência e potência contida em nossa nação. Por que não pensar sobre quantas pessoas são impedidas de teorizar e experienciar o mundo verdadeiramente? Abaixo, cita-se uma das canções que compõe o álbum:

Necrotério dos vivo, dos vivos
 Necrotério dos vivos aqui jaz, aqui jaz
 Necrotério dos vivos você aqui jaz, aqui jaz
 Não teve vela no castiçal e crucifixo
 Mas desde o ventre materno tão te velando vivo
 Quando se tem que sequestrar os filhos do gerente
 Você existe biologicamente, mas não socialmente
 Não passa de um escravo comprado
 Com os direitos roubados pelo ministério do trabalho

Outro finado que respira e só sorri
 Se o juiz converter a pena (...)
 (...) declaração de nascido vivo
 Assassinar o controle do seu destino
 Se (...)quiser inventa reunião de facção
 E espalha a carne da sua família por um quarteirão
 Querem que você só sinta o batimento cardíaco
 Rasgando o BRINK'S e curtindo num sítio

Enquanto eles criminalizam movimento social
Metralham denunciador de abuso policial
Prova da morte do nosso senso crítico
É o comício que não tem um drone explosivo
Walking Dead real versão do opressor

Onde a vida começa no assalto da agência de penhor
Em breve no ar mais uma transmissão ao vivo
De outro bonde invadindo rumo aos jazigos
Os mano vão tá de G3 festejando à tiros
Ampliando o nós que tá no Necrotério dos Vivos

Mesmo longe dos sacos de corpos
Mesmo sem coração crivado de tiros
Mesmo sem túmulo com a sua foto
Você aqui jaz no Necrotério dos Vivos

(...)

Quer uma dica pra reanimação de cidadania
Leia a constituição 5 minutos por dia
(...)

Viver é ter a opção de não ser torturado
Pelo delegado pra sumir os homicídios do bairro
E pode criar uma sociedade onde os nossos ouvidos
Não ouçam um comandante da ROTA estuprar o Art. 5º
São iguais perante a lei (...)
Tem uma abordagem pra favela e outra pro bairro valorizado
(...)

Odeio a casa grande, nasci na senzala
Por mim eu tatuaria na testa do granfino
Ladrão vacilão matador de meninos

Que depois de atirar no uniforme da escola
Ainda faz postagem difamatória
Penso logo existo só curtiria o vídeo
Do político cavando a cova pra ser enterrado vivo
Ele nos faz vegetar sem os 3 mil mensal
Que garante o nível superior educacional
Ele nos faz vegetar no Necrotério dos Vivos
Rajando mosquito blindado que dizima o excluído

(...)

O pior é saber que a criança no chão da escola
Em breve vai tá liderando conflito lá fora
Vai ser vítima da polícia e do blogueiro
Que pede tratamento á pólvora pro povo brasileiro
(...)
O que importa ter sinal vital
Quando não se freia os pelotões do terrorismo estatal

Quando não se vê que ódio é a legítima defesa
 Pra que o bebê não cumpra pena com a mãe presa
 Enquanto somos politicamente sepultados
 800 mil sonham com um bom advogado
 (...)
 Fique rico ou morra tentando
 Mas honre a morte em vida de seus pais se humilhando em trampos

Pra te livrar do parça gravando sua ação no carro
 Gritando atira no fulano, e você dando disparo
 Fugi à regra, não tô no latrocínio
 Esperando progressão depois de cumprir dois quintos
 Tô fazendo sangue e circo, virar vida e livro
 Mesmo que um tribunal condene meu ativismo
 Vou botar água envenenada no Chopp do rico
 Ressuscitando Lázarus no Necrotério dos Vivos
 (...)
 (EDUARDO TADDEO, 2020)

É possível verificar que nas sociedades capitalistas pós-colonizadas impera a hierarquização entre classes, que são formadas sob estruturas promotoras de marcadores e mecanismos que distanciam os sujeitos e promovem diferenças devastadoras em suas possibilidades de vida. Neste ponto, o racismo estrutural, como proposto pelo professor Silvio de Almeida (2018), se faz presente e pode ser entendido como um condicionamento propiciado pela estrutura capitalista.

A investigação sobre a racialização dos sujeitos nos conduz ao padrão ocidental de humano (e quando referência de unidade) e todo aquele que difere do anunciado é marcado, literalmente, para morrer das mais diversas formas brutais. Identificar os filhos do capitalismo significa, aqui, evidenciar a dicotomia pobreza X riqueza e como o controle biopolítico se expressa.

Loucura ainda maior ocorreu, no século passado, quando essa mesma elite se propôs a “iniciar” a história científica do que chamamos Brasil, romantizando todo horror que fundamenta nossa narrativa (escravização, estupro, negação à saúde, abolição sem inserção social e econômica, política de morte)... Democracia racial ou preconceito de ter preconceito? Seja como for, a neurose cultural da elite brasileira, como disse Lélia Gonzalez, foi capaz de aceitar e disseminar tal mito, de modo que, atualmente, ainda é necessário explicar aos brasileiros a inconsistência do termo, em existência e essência. A marginalização dos povos

racializados, jogados às “latas de lixo” sociais, é fruto de tal dominação física e intelectual. Mas, quem de nós permitiu que nossas histórias fossem apagadas e transformadas nessa tal “democracia racial” ?

O que se tem, é uma política genocida que reduziu a população indígena a 900.000 (cerca de 0,4 % da população brasileira), condenou 13,5 milhões de pretos a viverem na extrema pobreza e, além disso, encarcerou cerca de 431.000 indivíduos pretos e matou, apenas em 2019, mais de 1.500, em operações policiais (cerca de 78% da letalidade policial). O Brasil se fez às custas de muito sangue “nativo” e “negro” e o que se vive atualmente são continuidades de um sistema mortal, que torna a vida dos mais de 100 milhões de pretos e pardos, bem como dos 900 mil ameríndios, muito mais difícil.

A sociedade dominante no Brasil praticamente destruiu as populações indígenas, que um dia foram majoritárias no país, essa mesma sociedade está às vésperas de completar o esmagamento dos descendentes africanos. As técnicas usadas têm sido diversas, conformes as circunstâncias, variando desde o mero uso das armas às manipulações indiretas e sutis que uma hora se chama *assimilação*, outra hora *aculturação* ou miscigenação; outras vezes é o apelo à unidade nacional, à ação civilizadora, e assim por diante. (NASCIMENTO, pag 131, 2018)

Abdias Nascimento, no *Genocídio do negro brasileiro* (2018), já denunciava todas essas perspectivas, em 1978 – 42 anos atrás – e o que se vê é uma atualidade desgostosa do sofrimento dessas populações. Como genocídio, se entende a prática de extermínio parcial ou total de um grupo de indivíduos, seus costumes e tradições, o que não deixa restar nenhuma dúvida sobre a existência do problema social nacional.

Carolina Maria de Jesus, por exemplo, denunciara a experiência de vida nas comunidades marginalizadas, no século XX. Através de sua obra *o Quarto de despejo: diário de uma favelada*, publicado em 1960 é possível elucidar o difícil cotidiano vivenciado pela autora e sua família, que também é o retrato, ainda atual, da vivência da população periférica brasileira. Uma vida de sofrimento e desespero interiorizado... não existe terapia que apague o desamparo social. E esse último, por sua vez, promove o silenciamento de vozes que, há séculos, pedem socorro a um Estado que os negligencia; que os mata sem dó.

(...) quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo

debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres somos os trastes velhos. (JESUS, 2013)

O Capitalismo como “máquina social” produz suas sociedades e as articula para o seu manutenção, por isso é preciso observar como estes conceitos incidem sobre as vidas, anulando seus direitos básicos, conforme previsto pelos Direitos Humanos Universais.

4. CONCLUSÕES FINAIS

O Brasil foi o último país, do Continente Americano, a abolir o trabalho escravizado; mas, o que motivara esse posicionamento tardio? De modo geral, o excedente de produção mercantil já não estava “vendendo” como precisava ser feito para que o lucro do investimento fosse gerado. Naquele momento uma “sábia” decisão passou a ser incentivada pelos grandes comerciantes europeus, sobretudo a Inglaterra. Passaram a buscar meios que aumentassem o número de compradores de suas mercadorias. Ora, se, só no Brasil, o número de pessoas negras escravizadas era próximo dos 3,1 milhões, naquela época; visto que a ideia geral era a de que o trabalho escravizado deveria ser substituído pelo trabalho assalariado, aí estavam os novos compradores necessários ao desenvolvimento do sistema econômico! Beira ao desrespeito, afirmar que a população negra estivera celebrando os princípios abstratos da “liberdade” à implementação da “emancipação” e continuidade da luta pela devolução de seus direitos humanitários.

Quando aquele “enorme lamento humano lançou-se ao vento e atirou suas lágrimas mar – “livre, livre, livre”, a população negra não estava dando vazão a um frenesi religioso. Essas pessoas sabiam exatamente o que queriam: mulheres e homens almejavam possuir terras, anciavam votar e “estavam dominados pelo desejo por escola. (DAVES, 2016)

Obviamente, existira no Brasil, desde a chegada dos primeiros escravizados (até a atualidade), um forte movimento de resistência àquelas condições desumanas de tratamento à pessoa negra (organizados em quilombos, rodas, grupos religiosos, dentre outros); como consequência a isso, houvera também forte movimentação abolicionista, criado e

fundamentado pelos próprios negros. O que se diz é que o contingente de pessoas negras residentes do Brasil, daquela determinada época, já buscava o enfrentamento político contra a injustificada condição de escravizados a eles impostas.

Não há dúvida de que já existe um núcleo de pessoas identificadas com o movimento abolicionista, que sentem dificuldade em continuar filiadas nos partidos existentes, por causa das suas ideias. Sob a bandeira da abolição combatem hoje, liberais, conservadores, republicanos, sem outro compromisso – e este tácito, e por assim dizer de honra política – se não o de subordinarem a sujeição partidária a outra maior, à consciência humana. Assim como, na passada legislatura, diversos liberais julgaram dever votar pela ideia abolicionista de preferência a votar pelo seu partido, também nas seguintes encontrar-se-ão conservadores prontos a fazer outro tanto e republicanos que prefiram combater pela causa da liberdade pessoal dos escravos a combater pela forma de governo da sua aspiração. (NABUCO, 1883)

Fato é que no Brasil, esses 3,1 milhões de indivíduos negros não foram introduzidos a esse novo regime de trabalho de forma justa. A minoria populacional (que controlava a organização política e econômica do país), de etnia branca, àquela altura já ouvira falar da Revolução Haitiana e temia pelo mesmo fim. Em vez de aceitar a nova configuração trabalhista, eles preferiram dar início ao processo de imigração de outros indivíduos brancos e não negros para o Brasil. O objetivo dessa iniciativa era o fortalecimento do ideal do embranquecimento (política que motivava o “clareamento” da população brasileira que se formaria). Com isso, cerca de 3 milhões de imigrantes, europeus e asiáticos, vieram para o país, com promessas e garantias de emprego e terra própria. E quanto aos 3,1 milhões de pessoas negras que aqui já estavam? Esses, desempregados e desabrigados (uma vez que a população imigrante ficou com a maioria das oportunidades de trabalho e tiveram seus locais de residência garantidos), foram e ainda são fortemente caçados pela discriminação.

Atualmente, estão endividados, presos ou mortos, num geral. A discriminação racial, impediu e ainda impede, que as pessoas negras tenham boas, ou quis quer, oportunidades de emprego, garantia a segurança alimentar e nutricional, acesso à educação de qualidade em todas as suas instâncias (educação básica, ensino tecnológico, graduação e pós-graduação), acesso à moradia em um “bom” lugar, e outras coisas mais. A pequena população de declarantes brancos (que atualmente representa cerca de 47% da população total do território

brasileiro) que fomentou, e ainda fomenta, o exercício discriminatório acostumou-se a mentir para si mesma, no que diz respeito à aceitação da existência de discriminação racial em território brasileiro, a ponto de disseminarem e, ainda hoje, acreditarem no mito da democracia racial.

Foram mais de três milhões de imigrantes em, mais ou menos, trinta anos. Aproximadamente a quantidade de negros escravos introduzidos pelo tráfico em cerca de 300 anos. Pode-se avaliar, por aí, a envergadura da primeira e mais duradoura política pública da república: o esforço de substituir a população, de maioria negra e mestiça. (...)Para o negro, sobravam os mais desqualificados trabalhos, os empregos domésticos (a mulher negra foi fundamental na reconstrução da família negra), a dependência social e a marginalidade. (PEREIRA, 2008)

A ação do tempo sobre essa história nos aponta a direção na qual encontraremos mais resistência e luta a todos os tipos de desigualdades, na esperança do despertar de um mundo com oportunidades mais igualitárias. A utilização do termo negro como o indicador de uma condição de hierarquia entre raças, foi uma forma de insultar/menosprezar e, sobretudo, desumanizar a população negra, objetivando a formação de argumentos que justificassem que o jogo do capital explorassem corpos humanos, sem nenhum tipo de consentimento. Essa simples ideia, aliada a inúmeras outras criações desgastantes, contribuiu para o esquema social de inferiorização da pessoa racializada, em detrimento de brancos, o que muito nos limita, ainda hoje. O Brasil acostumou-se à prática de formas e tentativa de eliminação/modificação da população negra, que permanece em resistência, junto a todos os povos massacrados por tais políticas e ideologias.

O processo de afastamento de qualquer possibilidade de “cidadanear” a pessoa racializada, aparece na história brasileira como um marcador da disseminação da cultura de discriminação e marginalização racial. Mecanismos controladores que privam, ou mesmo afogam-se num “tentar” infinito, o indivíduo negro das condições, ainda que mínimas, de sociabilização com a estrutura comunitária construída pelos ocidentais. Saúde (física e mental), educação, moradia... infraestruturas básicas para construção de vivências agradáveis (formadoras da sensação de “bem estar”) os foram negadas, e ainda agora sofre-se com o racismo herdado desta terrível construção. A afirmação, incessante, da suposta ocorrência de

uma, ainda mais suposta, inferioridade atribuída às pessoas negras, dá bases à estrutura de morte, que denuncia à última instância de julgamento a dívida histórica, anunciando seu crime: desumanização em massa, milhões de assassinatos, estupros, roubo epistêmico e material, privação de direitos!

No Brasil, ao pensar e aplicar os aparatos desenvolvidos para mais pessoas racializadas matar, em evidência primeira, é possível destacar as políticas de encarceramento, endividamento e morte (vale ressaltar que, apenas nos três primeiros meses do ano de 2020, o número de mortes, por intervenção policial, é maior dos últimos 20 anos, segundo relatório de violência do Estado do Rio de Janeiro) da classe oprimida (que resiste!). Não é por acaso que o número de encarcerados, categorizados racialmente, é alarmantemente maior do que o de presidiários brancos. Neste sentido, o mesmo se observa com relação ao endividamento familiar e o número de mortes pretas e indígenas, contabilizadas todos os anos.

Somos os indivíduos que mais são alvos de acidentes mortais provocados pela (sua, mas assumo caso queira) falta de sensatez e racionalidade. Digo, se ate mesmo a Constituição aponta, veementemente, a proibição do atentado a vida alheia, por que nos matam tanto e com tanta facilidade, ignorando seu belo ato de estupidez humana? Não se mostra dentro do que se espera de uma racionalidade virtuosa, uma atitude moralmente aceitável. (...) De acordo com o mais recente relatório do Children's Defence Fund mais suscetíveis a morrer no primeiro ano de vida do que crianças brancas e correm um risco três vezes maior de serem erroneamente colocadas em classes para estudantes com deficiência mental do que as crianças brancas. (Davis, 2016)

Os pilares do sistema econômico vigente, assim como os do racismo, se fundem, dificultando ainda mais o abandono desta política, engenhosamente preparada para negligenciar nossas vidas. Diante desta historia, após a “libertação” dos escravizados africanos e afro-brasileiros, dentre inúmeras outras formas de manutenção da antiga estrutura do poder, sobre a hierarquização das raças, o acesso à educação aparece como um dos fatores cruciais para o melhor entendimento do atual cenário politico... a crise da educação brasileira é reflexo do plano de negação de inclusão da pessoa negra, ao sistema social. Afinal de contas: quem hoje, no Brasil, pode pagar por uma educação de qualidade, mesmo no ensino público (porque mesmo ele não é inteiramente grátis)?

É recente que a sociedade brasileira assumira a criminalização do racismo, mais uma vitória do longo processo de reconhecimento do mesmo como um aspecto estruturante do arranjo social brasileiro. Contudo, antes desse atual momento muito sangue houvera sido derramado; o que se vive é a expressão direta do movimento político negro, desde o princípio desejoso por derrubar toda desumanização cruelmente imputada à característica, fundamentalmente humana, da diversidade. A perspectiva da diáspora, política e analiticamente, permite-nos vislumbrar seu real alcance.

Não se poderia deixar de citar a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de Novembro de 2019, que alterou leis importantíssimas acerca das garantias trabalhistas, como por exemplo, aumentando o tempo de contribuição à Previdência Social para “62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem” (BRASIL, 2019), além de outros aspectos. Essas políticas denunciam a forma como o neoliberalismo atua, sendo relevante referenciar a teoria sobre a Necropolítica (2014), tal como discutiu-se anteriormente, ou seja, aumentar o tempo de contribuição remonta a atualizada das ideias e implementações escravocratas, ainda mais quando as leis de tributação aos donos de fortunas não os cobram com o mesmo peso. Com o exposto, buscou-se refletir sobre como o capitalismo atual se desdobra para produzir mazelas e infortúnios.

Iniciado através da reflexão crítica sobre o conceito de *máquina social*, empreendido pelo filósofo Gilles Deleuze e o psiquiatra materialista Félix Guattari, essencialmente no primeiro capítulo de O anti-Édipo (2010), edição antecessora de Mil Platos: Capitalismo e esquizofrenia. Especificamente a *máquina social* capitalista, conceitualmente, pode ser elucidada como a superfície que comporta os fluxos das máquinas que nela atuam, por intermédio/facilitação

Dada a partida através das duas visões maximizadas e amplamente discutido até aqui, para solidificar as bases que nos possibilitem demonstrar ou afirmar fatos sobre a realidade que nos cerca. Porque a reflexão filosófica, por mais que esteja atualmente imersa em descredibilização e equívocos alicerçado em desinformação, sempre será uma alternativa para aqueles que desejam mudar, para quem reconhece a diferença e não prioriza a padronização. Em outras palavras, o exercício filosófico, a crítica tomada sob a subjetivação, a transcende e também por isso há possibilidade de respostas para diversos problemas.

A filosofia é expressão do ser humano, é natural. De forma que o movimento que se observa, em prol de sua desmobilização, em zonas desterritorializadas pelo processo criminoso intitulado colonização, representa um fato passível de ser utilizado como demarcador da produção subjetiva (caracterizada pela descrença em sua própria prática autônoma de regras e convenções). Pois uma vez imposto o pertencimento do mundo aos projetos coloniais (subjugações pelo delírio da superioridade racial, suas pretensões e produções), é preciso acordar em conviver sob tal lógica sem sentido humanitário? Tal é a ironia no pertencimento (ou eterno despertencimento) a um arranjo sociopolítico para te matar, de muitas formas.

A reflexão sobre as sociedades pós-colonizadas, sobretudo no tocante à interpretação da filosofia da diferença sobre a *máquina social capitalista*, possibilita perceber o “movimento objetivo aparente” que promove o sistema; neste caso, o *devir-negro* é categoria, um produto que enquadra e anula a expressão do *Ser*. Em relação à construção mbembiana, considerou-se as formas de atuação do projeto colonial e seus desdobramentos subjetivos e objetivos pra pensar o *devir-negro* como imposição e esvaziamento da humanidade do sujeito racializado, que é mantido refém do capitalismo e suas formas de escravização contemporânea, que dissemina desenfreadamente uma noção degradada de vida através da morte, como combustível para os processos de dominação através do trabalho e dos limites sociais.

A proposta foi debater, reinventar, convencer, libertar-se das amarras para buscar novas possibilidades, o protagonismo em nossas ações, independente das estruturas. Ao pensar um “todo” brasileiro, um “todo mundo” de nós, as evidências não podem e nunca puderam ser anuladas e silenciadas e por isso importa a consciência coletiva do trabalho antirracista, anti-imperialista, anticapitalista, anticapacitista.

Educar nossas crianças, jovens e adultos para construir um futuro melhor, para além de uma “democracia racial”, cada vez que vivemos nossas histórias, fazemos Histórias, promovemos saberes e ampliamos as possibilidades para uma real justiça racial, através de restituições e reparações que considerem a diferença humana como principal atributo, que nos permita Ser, para além de igual: único e legítimo.

Frantz Fanon, psiquiatra martinicano, em sua análise psicológica, publicada em 1952, *Pele negra, máscaras brancas* (2020) defendeu que os problemas humanos necessitam de atenção a partir de seu próprio tempo. Para o psiquiatra, o ideal deveria construir no presente as bases que fundamentarão o futuro. Como bem pontuado pela escritora e artista portuguesa Grada Kilomba, no prefácio à reedição da obra citada de Fanon pela editora Ubu, o princípio da ausência em tomar como ausente aquilo que existe, representa uma das bases do racismo⁴⁹. Segundo Fanon, o “(...) problema da colonização comporta não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude (...) diante dessas condições”.⁵⁰ O que demonstra a importância da dimensão atitudinal no pensamento crítico e revolucionário.

Observar os contrastes factuais contribuem para a legitimidade, relevância e pertinência desta proposta. Pois, no confronto entre as realidades e perspectivas éticas e políticas, perde-se em dignidade e pleno desenvolvimento humano e ampliam-se as violências estruturais.

Por fim,

Ninguém pode ser considerado vivo
 Comendo sobras de lixeiras
 Erguendo mãos para pedir esmolas
 Fumando crack
 Perdendo a saúde puxando carroças de papelão
 Não existe vida em dps cdps, viaturas
 Reformatórios, presídios e tribunais

Não existe vida nos subempregos, com salários de fome
 Nas casas devastadas pelo lícito alcoolismo
 Nas mulheres reféns do machismo e da violência doméstica

Não existe vida nas esquinas e puteiros
 Que estupram as crianças invisíveis do Brasil

49 KILOMBA, Grada. Fanon, Existência, Ausência. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu. 2020.

50 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu. 2020.

Não existe vida nos bolsões de miséria
Que fazem arma serem atrativas pros meninos e meninas
Que antes dos 25 estarão em caixões lacrados

Quem vive de lucro já tá enterrado com o ente que se foi
Quem viu o filho desaparecer depois do enquadro da polícia
Perdeu qualquer razão para viver

Quem é o número de matrícula prisional
Não passa de uma alma que vaga pelo cárcere de presídio em presídio
Morremos quando rimos do menor
Que aparece na internet sendo torturado em supermercados
Quando aceitamos as versões oficiais
Que alegam que o excluído executado pela PM atirou primeiro
Quando aceitamos os laudos manipulados que apontam
Que as balas que mataram a criança negra
Saíram do armamento do tráfico

Morremos quando votamos nos que afirmam
Que a pacificação do país passa pela aniquilação dos menos favorecidos
Se não fôssemos corpos vazios
Equilibrados por sistemas esqueléticos
Não teríamos opiniões formadas pelos
Que monopolizam os meios de comunicação

Se não fôssemos apenas sistemas respiratórios aspirando pólvora
Tiraríamos do poder
Os tiranos que aprovam decretos que acabam em
Helicópteros brincando de tiro ao alvo em comunidades carentes

Aí, opressor
Eu sei que você comprou com a sua riqueza suja o direito da existência
Eu sei que você conhece a estrita legalidade
Conhece o respeito à integridade física, psíquica e moral
Tem o privilégio de pensar de forma independente
Sem coação televisiva e educacional

Eu sei que você sabe que o código penal
E o martelo do juiz jamais te alcançarão
E é por essa e outras, (...)
Que quanto mais retalham o nosso direito a uma vida digna
Mais põe seu coração podre na mira (...)

Vamos segurar faixas de luto
Pelas escolas militarizadas
Pela liberação das armas
Vamos prestar condolências
Para a sociedade que aplaude
A política do confronto
Em conjunto com a política do nepotismo
Do 'fake news'
Do judiciário partidário
Do roubo de presidências

Irmão de guerra
Sinto muito em te informar
Que quem não tem o padrão de vida estabelecido na constituição federal
Já tá em estado avançado de putrefação
Quem tem a probabilidade de uma morte violenta
Por sua condição financeira e cor de pele
Já sobrevive dentro de um túmulo
A coroa de flor
É só um detalhe para nós
Que caminhamos sem vida
Na escuridão da indignação

Viver é ter a opção de crescer profissionalmente
E intelectualmente
De não ser metralhado pela polícia
De não ser torturado num sistema prisional
Puramente vingativo
Enquanto não pudermos impedir o genocídio

O racismo

A alienação

O aprisionamento em massa

A pobreza extrema e a anulação social

Não passaremos de cadáveres que respiram

Meus pêsames para todos nós que vegetamos

No necrotério dos vivos

EDUARDO TADDEO

(2020)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ASANTE, M. K. *Uma origem africana da filosofia: mito ou realidade?* In: Capoeira- Revista de Humanidades e Letras. V1, p.117, 2014.

ASPIS, R. O professor de filosofia: o ensino de Filosofia no Ensino Médio como experiência filosófica. 2004.

ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. Editora Martins Fontes, 2007.

BLACKBURN, S. The Oxford Dictionary of Philosophy. By Oxford University Press, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, São Paulo, Saraiva, 1989.

_____. Lei 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

_____. Notificação de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes pelos Profissionais de Saúde: um passo a mais na cidadania em saúde, Brasília. Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, 2002.

_____. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual InfantoJuvenil. Brasília, SEDH/DCA, 2002.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Porto: Poveira, 1971.

CERLETTI, A. La filosofía y sus encuentros con la educación. 2013.

DANELON, M. Por um ensino de filosofia como diagnóstico do presente: uma leitura a luz de Nietzsche. 2019.

DAVIS, A. *Mulheres, Cultura e Política*. Ed. Boitempo; tradução de Heci Regina Candiani, São paulo, 2016.

_____, A. *Mulheres, Raça e Sociedade*. Ed. Boitempo; tradução de Heci Regina Candiani, São paulo, 2016.

EDUARDO TADDEO. Estamos mortos. São Paulo: Eduardo produções, 2020.

- _____. *Necrotério dos vivos*. São paulo: Eduardo produções, 2020.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Ed. EDUFBA; tradução de Renato da Silveira, Salvador, 2008.
- GONZALEZ, L. *O papel da mulher na sociedade brasileira*. Apresentado no Spring Symposium The Political Economy of the Black World, Los Angeles, Center for Afro-American Studies:UCLA, 1979.
- _____. *A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade*. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: Edição Revista Tempo Brasileiro, 92/93 janeiro – junho, 1988.
- JESUS, C.M. *Quarto de despejo*. São Paulo: Francisco Alves, 1960; Ática, 1993.
- (KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.)
- JANZ. *Forget Deleuze*. 2012
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Ed. Antígona, Lisboa, 2017.
- _____. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOORE, C. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MUDIMBE, V. *The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Ed. Indiana, Bloomington, 1988.
- NABUCO, J. *O abolicionismo*. Ed. Nova fronteira, Rio Janeiro, 2000.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Ed. Perspectivas, São paulo, 2016.
- NOGUERA, R. *Ensino de filosofia e a lei 10639*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2014.
- _____; SEIXAS, R; ALVES, B. *A necropolítica na eminência do devir-negro do mundo*, 2018.
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Unicefe, 1948.
- PEREIRA, A. *Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Ed. Nadal. Belo Horizonte, 2008.
- PIMENTEL, C. *Por uma crítica da dimensão sacrificial do neoliberalismo*. Revista de Filosofia Atribuição (CC BY-NC4.0), 2020.
- SOUZA, M. *África e Brasil africano*. Ed. Ática, São Paulo, 2012.

- RODNEY, Walter. *De como Europa subdesenvolveu a África*. México: Siglo XXI, 1982.
- SILVA, E; SILVA, M. *O Brasil frente a pandemia de Covid-19: da bio à necropolítica*, 2020.
- SANTOS, D. Experiência negra, tempos de coronavírus. REL UFRJ, nº 4, vol 2, 2020.
- SMOLKA, A. Relações de Ensino e Desenvolvimento Humano: Reflexões sobre as (trans)formações da atividade (ensinar a) ler e escrever. Texto apresentado no IV Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBAIf), ago. 2019.